



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS**

**MESTRADO PROFISSIONAL**

**“ENTRE FRONTEIRAS: O ARRAIAL DO PRÍNCIPE REGENTE E  
O DEVASSAMENTO DO ALTO ITAPECURU NO SÉCULO XIX”**

**PAULO EDUARDO DE SOUSA PEREIRA**



**PAULO EDUARDO DE SOUSA PEREIRA**

**“ENTRE FRONTEIRAS: O ARRAIAL DO PRÍNCIPE REGENTE E  
O DEVASSAMENTO DO ALTO ITAPECURU NO SÉCULO XIX”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes  
Pacheco Filho

São Luís

2016

**PAULO EDUARDO DE SOUSA PEREIRA**

**“ENTRE FRONTEIRAS: O ARRAIAL DO PRÍNCIPE REGENTE E  
O DEVASSAMENTO DO ALTO ITAPECURU NO SÉCULO XIX”**

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pacheco Filho

---

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Helidacy Maria Muniz Corrêa

Pereira, Paulo Eduardo de Sousa.

Entre fronteiras: o Arraial do Príncipe Regente e o devassamento do Alto Itapecuru no século XIX / Paulo Eduardo de Sousa Pereira. – São Luís, 2016.

... 178fls.

Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pacheco Filho

1. Sertão. 2. Devassamento. 3. Território. 4. Alto Itapecuru. 5. Maranhão.

I.Título

Aos meus avós, Eduardo e Paula (Maternos) – Eva e Antonio (Pateros): Lídimos Sertanejos!

Para Raimundinho e Almerinda, meus pais, meus exemplos, meus tesouros neste mundo.

Aos meus valorosos ancestrais sertanejos, das famílias “Pereira “Francisco Pereira” – “Pereira de Sá” -- “Reis Pereira” -- “Paiva Pereira”, “Moreira Pereira” – “Sousa Pereira” -- “Moreira de Oliveira” -- “Meneses de Sousa” -- “Gomes de Sousa” -- “Fernandes de Sousa”... Em sua grata e ínclita memória!

“Os teus filhos edificarão as antigas ruínas;  
levantarás os fundamentos de muitas  
gerações e serás chamado reparador de brechas  
e restaurador de veredas, para prosperar as  
habitações das futuras gerações”.  
(Is. 58, 12)

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato, sobretudo, prazeroso àqueles que reconhecem que nenhuma caminhada se perfaz sozinho. Nesse sentido, agradeço primeiramente a Deus: Luz, Sabedoria, Graça, Fortaleza e Fé que se faz sempre presente em minha vida, e É o esteio dela. À minha família, em especial aos meus pais, Almerinda e Raimundo Francisco Pereira, aos meus irmãos Eduardo Antonio e Eva Paula, carinho, desprendimento e amor, assim como à minha tia-prima Maria Helena Pereira Espínola e tio Luiz Gonzaga Espínola pelo acolhimento e apoio generosamente ofertados, obrigado.

Aos Mestres e Doutores: Manoel de Jesus Barros Martins, meu amigo de longas datas e conselheiro fiel; João Renôr Ferreira de Carvalho (grande historiador e ser humano admirável, recentemente falecido), pelos momentos de discussões e contribuições à minha pesquisa, no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Não me esquecendo de agradecer à caríssima Conceição Rios e a historiadora Maria Helena Pereira Espínola (Diretoras do APEM), e demais funcionários do Arquivo Público por toda a dedicação com as quais conduzem aquela importantíssima instituição de salvaguarda de nossa memória histórica documental.

À caríssima amiga, Bibliotecária Aline Nascimento, Diretora da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão “Benedito Leite”, assim como ao venerável intelectual Frei Rogério Beltrami (Secretário, Bibliotecário e Arquivista da Cúria Provincial dos Capuchinhos Maranhenses) pelo amor, carinho e atenção dispensadas aos pesquisadores que, como eu, buscam a memória de nossos sertões. Ao amigo, e conterrâneo colinense por afinidade, o escritor, ensaísta e historiador, professor Jomar Moraes, por todas as informações e materiais de pesquisas que me franqueou com invariável acesso à intimidade de seu lar, paz e glória em sua memória.

Agradecimento muito especial ao Programa de Pós-Graduação História, Ensino e Narrativas, da Universidade Estadual do Maranhão, não apenas pela feliz oportunidade de aqui lapidar meus conhecimentos, como constituir outros tantos valiosos para toda vida, como também pela compreensão que me foi dispensada quando, a um só tempo, perdi alguns entes queridos, em profunda consternação. E aqui faço menção especial aos professores (as): Marcelo Cheche Galves, Monica Piccolo Almeida, Sandra Regina Mendonça Santos, Elizabeth de Sousa Abrantes, Ana Livia Bonfim e José Henrique de Paula Borralho. E aos membros da Banca de Qualificação,

Professora Tatiana Raquel Reis e Professor José Sampaio de Mattos Júnior, assim como à Professora Helidacy Maria Muniz Corrêa, por todas as valiosas contribuições que me possibilitaram refletir sobre minha pesquisa, podendo avançar e concluí-la de modo proveitoso, compondo um estudo útil e inédito ao arcabouço historiográfico maranhense.

Ao meu Orientador e amigo Prof. Dr. Alan Kardec Pacheco, pela paciência, atenção e zelo pelos quais me possibilitou a compreensão dos caminhos a serem palmilhados por mim rumo ao encontro do “meu sertão” do Alto Itapecuru. Muito obrigado, Mestre Pacheco.

À Geógrafa Lucilene Feil Terra que, com competência e dedicação, converteu minhas idéias e conceitos esboçados sob formas de desenhos e croquis, dos espaços e lugares do meu sertão, em Cartografia pura, que embeleza e dota de significado este estudo.

Aos queridos colegas professores e funcionários do Centro de Ensino João Pessoa, em especial à Professora Iracema Barroso de Freitas (Gestora Geral – 2014) pela compreensão amiga nos momentos difíceis da jornada.

Ao primo Dr. Jaldo Henrique Pereira e sua esposa Dr<sup>a</sup> Ercina Nobre Pereira, queridos amigos, Diretores-proprietários do “Centro de Ensino Rosa Câmara”, educandário onde me senti pela primeira vez professor e historiador, lá nos idos de 2001, e colhi no seio da juventude o amor pela educação e pelos meus alunos e alunas com quem muito aprendi e até hoje fazem parte de minha vida, obrigado.

Ao querido amigo Dr. Antonio Carlos Pereira de Oliveira (Prefeito de Colinas), homem de considerável cultura, sincero amante das Letras e das Artes. À sua digna esposa d. Graça Pacheco Oliveira (Primeira –Dama de Colinas), sensível e solícita amiga. Ao amigo Dr. Bento Lima (Procurador Jurídico de Colinas), como eu, um inveterado amante das Artes, da Lira; todos eles sertanejos das melhores genes, aos quais agradeço pela generosa compreensão e apoio nos momentos em que tive que me dividir entre as funções de Secretário Municipal de Cultura e de Mestrando, meus sinceros agradecimentos; assim como agradeço a todos e a todas que contribuíram para o êxito da pesquisa que segue sob a forma desta Dissertação de Mestrado.

## RESUMO

A região do Alto Itapecuru, mais especificamente onde se implantou o núcleo militar e portuário do Arraial Príncipe Regente, representa o lugar de encontro das distintas fronteiras que se movem no espaço maranhense desde o final do século XVIII, conceituados por Francisco de Paula Ribeiro como espaços da “porção norte”, tomados pela grande lavoura de exportação, e os espaços da “porção sul”, onde se desenvolveu a pecuária, representa, portanto, a região indistinta, capaz de promover a conexão litoral - sertão, no âmbito do plano integrador português. Como é possível examinar, toda importância da referida conquista não foi tangenciada pela historiografia maranhense. Nesse sentido, o presente estudo objetiva alinhar discussões acerca da dinâmica de povoamento, integração e formação territorial maranhense, em observância das dimensões geográfica, política e econômica, e suas implicações com as transformações que perpassaram a região no século XIX. Tais transformações serviram como “pano de fundo” para o devassamento e a formação territorial da região do Alto Itapecuru, nos sertões dos Pastos Bons, onde surgiu o município de Picos, antigo Arraial do Príncipe Regente. Além disso, buscou-se analisar como a memória da região fora constituída e sacralizada no âmbito de disputas materiais e simbólicas, sobretudo pelo domínio da terra, culminando na supremacia do europeu, e na imposição de seus padrões econômicos e socioculturais sobre a cultura original das comunidades que primitivamente habita o sertão do Alto Itapecuru.

**Palavras chave:** Sertão do Alto Itapecuru. Devassamento. Território. Memórias

## RÉSUMÉ

La Région du Alto Itapecuru, en plus spécifique, s'installé au nucleole militaire et au port do Arraial Príncipe Regent, represent un reencontre parmi différentes frontières qui marchent aux lieux maranhenses depuis la fin do XVIIIème séc, nomées pour Francisco de Paula Ribeiro comme espaces de la "partie nord", pris par une grande labourage de exportations, et les espaces de la "partie sud", où a été développé la bétail, que represent, ainsi, la région indistinct capable de promouvoir la connexion litoral-continent, au sens du plan integrateur portugais. Comme c'est possible voir, toute l'importance de la referée conquête n'a pas été tangencié par la historiographie maranhense. Au même sens, le presente étude a comme objectif formé une ligne de discussion sur la dynamique de la formation de la population, de l'integration et formation territoriale maranhense, en vue que les dimensions géographiques, politique et économique, et ses implications avec les transformations qui passent la région au XIX éme. Ces transformations ont servi comme 'scenario' pour le devasement et la formation du territoire de la région du Alto Itapecuru, à la région de Pastos Bons, où est né le municípe de Picos, ancien Arraial do Príncipe Regente. D'ailleurs, on cherché analyser comment la memoire de la région a été constitué et sacralisé, au sens de la dispute material et symbolique, surtout pour le domain de la terre, que resulte dans la supremacie du europeén et à l'imposition de ses normes économiques et sociocultureles sur la culture original des villes que primitivement habitaient au desert do Alto do Itapecuru.

**Mots- Clé:** Désert du Alto Itapecuru. Devasement. Territoire. Memoire.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão de Francisco de Paula Ribeiro – 1819 .....	25
Mapa 02 Dimensão Geográfica do Sertão dos Pastos Bons em 1807.....	33
Mapa 03: Regionalização Territorial da Capitania do Maranhão proposta por Francisco de Paula em 1807.....	37
Mapa 04: Localização Geográfica da Ribeira do Alto Itapecuru em 1815.....	41
Mapa 05: Regiões Geoeconômicas da Capitania do Maranhão – 1809.....	51
Mapa 06: Dimensão Geográfica da Freguesia de Almeida D’El Rei 1820.....	73
Mapa 07: Localização aproximada das principais comunidades indígenas no Sertão de Pastos Bons (séculos XVIII e XIX) .....	95
Mapa 08: Carta Geral da Província do Maranhão – 1854 Localização Geográfica da Fazenda Picos – 1838.....	112
Mapa09: Território do Município Picos em 1870.....	136
Mapa 10: Fragmentação Territorial do Alto Itapecuru em sedes municipais (séculos XIX e XX) .....	146
Mapa 11: Fragmentação Territorial do Alto Itapecuru em sedes municipais nos séculos XIX e XX.....	164

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Caverna Olímpio Fialho (Povoado Lagoa da Serra), maio/2016.....	89
Fig. 2: Tipologia de Pintura Rupestre existente na Caverna Olímpio Fialho .....	89
Fig. 3: Dr, Francisco Dias Carneiro (Foto de 1877).....	149
Fig. 4: Fábrica “Companhia Prosperidade Caxiense” de Dr. Dias Carneiro .....	149
Fig. 5: Igreja Matriz de N. S, da Consolação, erigida em 1878.....	159
Fig. 6: O casario colonial da cidade de Picos, cruzamento da Rua Senador Leite com o Largo Dias Carneiro – 1899. ....	160
Fig. 7: Exemplar número I do Jornal A IMPRENSA que circulou em Picos – 1898 .....	162

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1- Configurações do “Sertão” pelos estudiosos.....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 O “Sertão” e suas múltiplas visões.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 Os Sertões do Príncipe Regente.....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 2 - O Arraial do Príncipe Regente: processos de constituição, confrontos e cristalização de memórias.....</b>	<b>45</b>
<b>2.1 O Arraial do Príncipe: principiar da decadência e desdobramentos.....</b>	<b>55</b>
2.1.1 O Arraial do Príncipe entre a “opulenta” Caxias e a “florescente” Almeida .....	66
<b>2.2 Região do Alto Itapecuru: silenciamentos, sacralização, resistências e transmissão de memórias.....</b>	<b>79</b>
<b>CAPÍTULO 3 - Alto Itapecuru: transformações espaciais e socioeconômicas no século XIX.....</b>	<b>100</b>
<b>3.1 O Alto Itapecuru e as diferentes dimensões de “território” .....</b>	<b>104</b>
<b>3.2 O Alto Itapecuru entre os currais e as cercas do século XIX.....</b>	<b>121</b>
<b>3.3 Do espaço simbólico ao político: dinâmicas territoriais no Alto Itapecuru.....</b>	<b>128</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>173</b>

## **ENTRE FRONTEIRAS: O ARRAIAL DO PRÍNCIPE REGENTE E O DEVASSAMENTO DO ALTO ITAPECURU NO SÉCULO XIX”**

### **INTRODUÇÃO**

O presente estudo se inscreve, antes de tudo, numa inquietação que parece acompanhar todos os homens, nas mais diversas temporalidades e, invariavelmente, presente em todas as culturas: o desejo de um retorno às origens, de desvendar as entranhas da memória, num afã de conhecer o ponto de partida, em função das mais diversas circunstâncias que a vivência social nos impõe.

Afinal, evocar o passado é trazer ao tempo presente uma variada quantidade de testemunhos, fatos, símbolos, pensamentos e sentimentos sobre si mesmo e sobre seu grupo social, revisitando, e conferindo-lhes valores e significados, selecionando experiências, pensamentos, sentimentos e ações que devem ou não ser seguidos, repetidos ou imitados.

E a abordagem aqui contemplada uma recusa à História oficializada nos livros dos currículos escolares, uma vez que ela seleciona e prioriza o que deve ou não ser registrado e sacralizado como tradição, obedece a encadeamentos lógicos de poder e supervaloriza o tempo sistematizado em desfavor do tempo vivido, do tempo da comunidade. E é então que a memória é manipulada, no jogo das lembranças e dos esquecimentos, a servir um instrumento de dominação, onde a história do vencedor (neste estudo, a memória do colonizador) prevalece sobre a memória do vencido (a memória silenciada, neste estudo a dos povos indígenas do Alto Sertão).

Compreendo, tal como Candau (2014), que não é sobre a história aprendida nos livros oficiais do Currículo Escolar que se apóia nossa memória. Nossa memória se constrói enquanto processo vivido, partilhado e aceito como representativa dos mais variados elementos que compõem a coletividade.

Nesse sentido, a tônica impulsionadora do presente estudo é minha inquietação sobre o processo de devassamento da região Centro Leste Maranhense, tradicionalmente conhecida por Alto Itapecuru, situada no “Sertão dos Pastos Bons”, no Sul do Estado do Maranhão. No âmbito da pesquisa, objetivou-se demonstrar a importância do projeto do Arraial do Príncipe Regente (1807-1820), no contexto da frente de colonização pastoril do final do século XVIII e início do século XIX.

Para além do devassamento, contactou-se que tal processo de ocupação dos sertões de Pastos Bons se identifica precisamente com o projeto de integração geoeconômica do território brasileiro, no constante movimento da “fronteira da civilidade” pelos “despovoados” e “incultos desertos” territórios a serem integrados produtiva e economicamente à dinâmica colonialista do Estado português.

A região do Alto Itapecuru, mais exatamente onde se implantou o núcleo militar regional e portuário do Príncipe Regente, representa o lugar de contato entre os espaços da porção norte, tomados pela grande lavoura de exportação, e pelo pensamento social da época tidos como mais povoados e “civilizados”, e os espaços da porção sul, onde vigorava a pecuária, igualmente tidos pelos colonizadores como despovoados e onde a “civilização” ainda não havia chegado.

No decurso da pesquisa, pela análise da literatura e documentação sobre o assunto, constatou-se a existência de uma memória sobre a região que foi silenciada, dando voz à outra que persiste até então como “legítima” e única. Assim, uma inquietação se apresentou frequente no decurso da pesquisa: como se deu o processo de constituição da memória da região do Alto Itapecuru? A memória sacralizada no “lugar de memória” Arraial do Príncipe Regente é a memória comum ao grupo de pertencimento?

Em função da presente pesquisa, ficou evidenciado que a memória da região, não indiferente a outros similares processos, fora constituída e sacralizada no âmbito de disputas materiais e simbólicas, sobretudo pelo domínio da terra, culminando na imposição dos padrões econômicos e socioculturais do colonizador sobre as comunidades indígenas que primitivamente habita o sertão do Alto Itapecuru.

No sentido de contribuir com a história local/regional, priorizou-se um estudo do território, com vistas a compreender como a região do Alto Itapecuru, passa da dimensão geográfica e simbólica para a dimensão político-jurídica. Observei que se dá uma reconfiguração do espaço em função das atividades econômicas, das disputas de poder no momento em que a oligarquia agrária maranhense estava em formação, assim como arquitetar o território, aqui no sentido político e jurídico, do atual município de Colinas, antigo Arraial, porto, povoação, fazenda, entreposto comercial e vila dos Picos.

Contando com alguns mapas, ilustrações e transcrições de documentação primária, o conteúdo da presente dissertação segue disposto em três capítulos, com suas respectivas subdivisões.

No primeiro capítulo, **“Configurações do ‘Sertão’ pelos estudiosos”**, optei pela proposição de uma discussão conceitual de “Sertão” a partir de antropólogos, historiadores e literatos que se ocuparam em conceituá-lo e categorizá-lo na literatura existente.

Configurado primeiramente como um “espaço” natural e simbólico, tratou-se de situar o nosso objeto de estudo, demonstrando como o “Sertão dos Pastos Bons” se insere nas discussões de “sertão” na esfera do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, as leituras de Candice Vidal e Souza (1998) e Lúcia Lippi de Oliveira (1998) foram primordiais para a compreensão de como a noção de “fronteira da civilidade” por elas defendida avança tanto no pensamento social como no processo de conquista oficial dos sertões maranhenses. Nesse sentido, verificou-se que o Arraial do Príncipe Regente, enquanto ação oficial do Estado português, sinaliza a força desse projeto integrador do “Maranhão do sertão” com o “Maranhão do mar”, naquele início do século XIX.

Como forma de introduzir as discussões em torno do Arraial do Príncipe Regente, e sua importância no processo de devassamento da região Centro Leste Maranhense, especificamente o Alto Itapecuru, apresento o sertão em estudo a partir da visão e percepção do ilustrado militar português major Francisco de Paula Ribeiro, desbravador dos “sertões” de Pastos Bons, ensejando analisar duas de suas obras nas quais se encontra descrito tecnicamente o território em estudo, apontando as relações entre a natureza, a economia e o pensamento social de integração sertão ao litoral, pensamento que norteou a maior parte de suas ações nesse sentido.

No segundo capítulo, **O Arraial do Príncipe Regente: processos de constituição, confrontos e cristalização de memórias**, trato mais detalhadamente o objeto de estudo, no sentido de compreender e demonstrar as motivações de sua fundação, em 1807.

Nesse sentido, primeiramente apresento o Arraial, situando-o e caracterizando-o a partir de dois roteiros de militares comissionados da coroa designados especificamente para este fim. O primeiro elaborado pelo fundador do Arraial do Príncipe Regente o major Francisco de Paula Ribeiro, e o segundo pelo seu reconhecedor *in loco* e legitimador de sua existência e importância, coronel Sebastião Gomes da Silva Berford. Pelas informações prestadas por eles, é possível conhecer as minúcias do processo que envolveu o empreendimento.

Esclareço que nessa etapa realizei pesquisa no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) no ensejo de levantar documentação primária sobre o referido. No entanto, não tive muito êxito, em virtude de que a quase totalidade da documentação referente ao Arraial ter sido perdida.

Assim sendo, no sentido de esboçar as conjunturas de criação e declínio apresento uma discussão historiográfica a partir dos escritos de Sebastião Gomes da Silva Berford (1810), Francisco de Paula Ribeiro (1815, 1819), testemunhas oculares do Arraial, e dos historiadores César Augusto Marques (1870) e Mário Martins Meireles (1980) que deram informações úteis sobre o governo de d. Francisco de Melo Manuel da Câmara, governador que está em ligação direta tanto com o contexto de criação quanto de decadência do projeto do Arraial como ponto de contato da frente de colonização pela pecuária com a frente de colonização pela grande lavoura de exportação.

Relacionando tanto sua criação quanto seu declínio ao governo de Melo Manuel da Câmara, levantei informações que me levaram a compreender a relevância do Arraial para o projeto integrador sertão --- litoral via navegação pelo rio Itapecuru. Tanto Berford quanto Ribeiro defendem insistentemente em seus registros sobre a importância do Arraial no sentido de integrar as distintas regiões e extirpar a presença das numerosas comunidades indígenas da região, estando aqui o ponto nodal de criação do Arraial: o encontro das fronteiras a partir da supressão do “entrave”: o indígena.

Tais informações contribuíram fortemente para o delineamento do objeto, além de possibilitar um avanço qualitativo da pesquisa, no sentido de atendimento dos objetivos propostos na problemática levantada. Nesse sentido, analiso como condicionantes o governo efêmero de dom Francisco de Melo Manuel da Câmara e a possível perseguição política de seus opositores no sentido de desarticular seu projeto do Arraial do Príncipe Regente. Além disso, destacam-se as rixas políticas e econômicas desse governador com políticos e potentados comerciais de Caxias que se sentiam prejudicados com a prosperidade e a rivalidade oferecida pelo porto do Arraial, cuja navegação e intercâmbio se davam diretamente com a capital, São Luís, reunindo toda a produção dos altos “sertões maranhenses”.

Em sua narrativa, Francisco de Paula Ribeiro apontada as motivações do surgimento do Arraial, as vantagens de seu funcionamento para os “sertões dos Pastos Bons”, assim como as conseqüências desastrosas que se seguiram ao seu fracasso, como a contenção da frente de povoamento, dos empreendimentos de lavoura e criação, o

estagno da navegação do rio Itapecuru de Caxias para cima, e o avanço da ação das populações indígenas. Isso tudo ia de encontro à ideologia de integração e desenvolvimento proposta pelos militares emissários da coroa, e Francisco de Paula Ribeiro evidencia isto com insistência em todo seu “Roteiro ...” .

No decurso da pesquisa, ficou confirmado que não apenas as rixas políticas do governador Câmara, ou as disputas comerciais com os comerciantes de Caxias estiveram relacionadas com o insucesso do empreendimento do Arraial. Em verdade, já havia sido impetradas tentativas de deslocar o destacamento militar e o porto do Arraial rio abaixo. Isso se efetivou com a fundação da povoação-porto Almeida Del Rei, igualmente na margem direita do Itapecuru e a apenas quatro léguas (a jusante do rio) do Arraial do Príncipe Regente, sendo um projeto de um latifundiário do sul maranhense, o coronel Germano Francisco de Moraes, a mais alta autoridade militar do Julgado de Pastos Bons.

Nesse sentido, conforme relata Ribeiro (2002), Almeida Del Rei, por força política de seu idealizador, elevada à Freguesia desmembrada de Pastos Bons, conforme a Provisão Régia de 18.abr.1820. Finalizo o capítulo indagando se realmente o projeto do Arraial do Príncipe Regente teve fim. Considerando-o não apenas na dimensão física e territorial, mas para além, no sentido do ideal integrador e econômico que o inspirou e lhe deu impulso, sob o prisma ideológico iluminista da primeira metade do século XIX.

Pondero que esse processo de integração não deixou de acontecer mesmo com o declínio do Arraial enquanto núcleo militar oficial, pois compreendo que ele de certo modo se faz presente e perseverou nos outros empreendimentos oficiais e privados que foram surgindo ao seu entorno (e no próprio local onde fora erigido) com os mesmos objetivos que o fizeram emergir em 1807. Casos mesmos que servem de exemplo é o da fundação da Almeida Del Rei (1820), da Fazenda Maravilha (1822), da Freguesia de São Sebastião da Passagem Franca (1835) e o porto-povoação dos Picos (1863), que se mostraram como resistência da ideologia de colonização branco européia.

O terceiro e último capítulo, **Alto Itapecuru: transformações espaciais e socioeconômicas no século XIX**, se ocupa da compreensão de como se configura esse espaço territorial do Alto Itapecuru a partir das transformações que aos poucos vão se processando pela dinâmica econômica que avança pelos espaços “vazios e aproveitáveis”, ainda na primeira metade do século XIX. Reconhecendo, nesse sentido, como o projeto integrador oficial, sinalizado pelo surgimento do Arraial do Príncipe

Regente, se fez refletir em outros empreendimentos congêneres como o porto-povoação e freguesia de Almeida Del Rei (1820), o qual contribuiu para o avanço da “fronteira civilizatória” que almejava precisamente o extermínio das populações nativas. Daí compreender-se a função dos desdobramentos do Arraial, o que se fez pela fazenda Maravilha (1822), pela vila de Passagem Franca (1838), vila do Mirador (1855) e a povoação do porto dos Picos (1863) o cerne da municipalidade colinense.

Autores que priorizaram a história da região como Maria do Socorro Coelho Cabral (1992), Antonio Fonseca dos Santos Neto (2006), Paulo Eduardo de Sousa Pereira (2012), Eloy Coêlho Netto (1979), José Sérgio dos Reis Jr.(1958), José Osano Brandão (1959) para citar apenas alguns, são fontes bibliográficas importantes para a discussão historiográfica a que se pretende no sentido de compreender as disputas políticas e territoriais que se deram na região do Alto Itapecuru, a partir do segundo quartel do século XIX, quando a grande lavoura do algodão avançou pelos vales do Itapecuru em demanda de terras férteis.

Tal contexto de ocupação econômica das terras, até então devolutas, segundo o discurso dos desbravadores, interferiu evidentemente nas formas de organização do espaço territorial e social sertanejo, em função desse contato que se dava entre a frente econômica da pecuária sulista e a frente econômica da agricultura de exportação nortista.

Nesse sentido, também realçar que o território do Alto Itapecuru, mas necessariamente o espaço do antigo Arraial do Príncipe Regente, aparece não mais como uma zona ou área indistinta, mas sim como um espaço de disputas entre no contexto da ocupação da terra pela pecuária e pela grande lavoura do algodão. Ressalto que é nesta teia de poderes que a “povoação-porto dos Picos” (grande produtor de algodão, à margem do rio Itapecuru) é elevada a vila rebaixando politicamente a velha Passagem Franca (antigo território interior próprio para a pecuária).

Convém, nesse capítulo, analisar como essas relações de poder se estabeleceu no sentido da “invenção” política de Colinas, antiga povoação dos Picos, a qual passou de uma “*insignificantíssima povoação*” (MARQUES, 2008, p.350) para a descrição bem mais próxima de sua realidade naquele período como afirmou José Ribeiro do Amaral que a visitou e a categorizou como “*um dos empórios do comércio dessa parte do sertão e também um dos grandes centros produtores de algodão*” (AMARAL, 1896, p.95).

De fato foi a grande lavoura do algodão que possibilitou a formação econômica e política de Colinas, antiga Picos, atraindo a si o status político e jurídico de Passagem Franca por meio, sobretudo, das articulações de Dr. Francisco Dias Carneiro, membro do Partido Conservador, latifundiário e industrial, em meio a muita celeuma. É ele quem escreve um extenso relatório sobre a região do Alto Itapecuru, descrevendo suas potencialidades e atrativos para o progresso da província, e envia à Assembleia Provincial convencendo os parlamentares da importância do território para o desenvolvimento da região e da província. O capítulo finda com a configuração do espaço a partir da projeção da vila dos Picos como maior centro comercial e cultural do Alto Itapecuru, sede da segunda maior comarca da região – Comarca do Alto Itapecuru.

## **1 Configurações do “Sertão” pelos estudiosos**

Neste primeiro capítulo, faz-se necessário um diálogo conceitual a partir dos estudos de historiadores, antropólogos, sociólogos e outros teóricos que trabalham a categoria “Sertão”, deves importante para a compreensão do nosso objeto de estudo. O principal motivo para esta abordagem reside no fato de que o Arraial do Príncipe Regente situa-se num espaço geográfico e simbólico configurado pelo militar major Francisco de Paula Ribeiro como “sertões dos Pastos Bons”, em uma alusão clássica de lugar interior e distante do litoral. Portanto, devemos considerar a pluralidade conceitual e as múltiplas visões que esta categoria admite como forma de compreender melhor o nosso sertão maranhense, e como ele se funde ao ideal de sertão disseminado no pensamento social brasileiro.

### **1.1 O “Sertão” e suas múltiplas visões**

A tônica impulsionadora do presente estudo é a inquietação sobre o processo de devassamento da região Centro Leste Maranhense, tradicionalmente conhecida por Alto Itapecuru, regionalizada no “Sertão dos Pastos Bons”, no Sul do Estado do Maranhão. Nesse sentido, objetiva-se demonstrar a importância do Arraial do Príncipe Regente (1807-1820), no contexto da frente de colonização pastoril do final do século XVIII e início do século XIX, como ponto estratégico para o surgimento de diversas fazendas e portos à margem direita do Rio Itapecuru. Toda a importância da referida conquista não foi tangenciada pela historiografia maranhense.

Neste primeiro capítulo, constrói-se um diálogo com os historiadores, antropólogos, sociólogos e outros estudiosos sobre a temática sertão no pensamento social brasileiro. Assim, para Amado (1995), Souza (1996, 1998), Oliveira (1998), a categoria sertão passou a povoar o imaginário brasileiro a partir, principalmente, da publicação de Cunha (1902), que a cristalizou pela percepção de um sertanejo atrasado, mas não degenerado racialmente; e mais tarde por Rosa (1956), com um “sertão-mundo” para além do geográfico, um sertão que está em cada um de nós.

Embora o tema já tenha sido abordado por outros autores, tais como: Alencar (1875), em “O Sertanejo” (retrata romanticamente a paisagem sertaneja e o heroísmo do homem do sertão frente ao sofrimento inerente ao espaço); Visconde

Taunay (1876) com “Inocência” (contribui para a percepção mais objetiva das peculiaridades do interior do Brasil, com forte tendência realista); assim como Arinos (1898) em “Pelo Sertão”, e Coelho Netto (1896) em “O Sertão” (cujas obras são marcadas por um regionalismo que busca retratar a natureza bela e indômita onde convive o sertanejo bravo e leal), para citar apenas alguns.

Assim, conforme acentua Amado (1995, p.146)

Sertão é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia. Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas, viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por frei Vicente do Salvador (1975). No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, ‘sertão’ chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira.

A autora realça a presença da categoria sertão, com o mesmo significado que tem até hoje, desde os primeiros relatos na literatura de viajantes que aqui estiveram, quer por conta própria, quer a serviço da coroa portuguesa, mapeando o território, destacando também a visão de outros estudiosos que colocaram tal categoria no âmbito das discussões sobre a constituição da nacionalidade brasileira e tendo o sertão como um parâmetro para se pensar a formação de uma “cultura brasileira autêntica”.

Outra estudiosa do tema, a antropóloga Candice Vidal e Souza (1996, p.97), nos chama atenção para um “sertão fronteira” existente entre o litoral e o sertão onde reside a nação, ela afirma:

Sertão e litoral constituem o padrão das descrições do espaço nacional e dos modos de vida concebidos como regionalmente diferenciados. As clivagens políticas, sociais e econômicas encontradas na observação da "realidade" nacional são inteligíveis, para os pensadores do Brasil, através desta bipartição geográfica e cultural do território nacional. Têm-se, então, dois cenários, combinação de terra e gente, que polarizam um amplo temário relativo aos problemas nacionais e ao caráter do desenvolvimento político e econômico brasileiro.

Nesse sentido, conforme acentua Souza (1996, p.96-97), a forma como vemos a nós mesmos parece estar associada à compreensão do lugar onde habitamos. No caso específico da noção espacial do Brasil, as denominações “sertão” e “litoral” são consideradas legítimas categorias para se pensar a Nação; em outras palavras, o Brasil

está nacionalizado no sertão, levando-se em conta que a história da ocupação territorial, que passa pelo espaço interior (sertão), se confunde com a história da formação nacional brasileira.

Portanto, para que se compreenda a formação da identidade nacional se faz necessário o conhecimento da formação histórica do território brasileiro, perpassada essa compreensão por clivagens políticas, sociais e econômicas que se assentam nos aspectos geográficos e culturais. Convém salientar que as categorias “sertão” e “litoral” não se limitam a situar espacialmente regiões, mas para além, representam *modus vivendi* bem peculiares, quanto à política, a sociedade, a economia e a cultura. Nesse sentido, observa-se que o processo de ocupação do território brasileiro não primou pela integração das suas distintas regiões legando vastidões de territórios desconectados.

Exemplo dessa realidade é o caso da conquista do território do Maranhão, que se dá no contexto de duas frentes distintas: uma advinda pelo Oceano Atlântico, influenciada e financiada pelo Estado Português e que ocupou o litoral e áreas adjacentes, a partir da Ilha de São Luís; a outra, oriunda dos sertões nordestinos, sob o impulso da iniciativa particular de fazendeiros que conquistaram o Sul do Maranhão, alcunhado de “Sertões de Pastos Bons”. Ambas as frentes, muito peculiares, contribuíram para o desenvolvimento social, político e econômico do Maranhão (CABRAL, 1992, p.19).

Conforme se observa em “outros sertões” do Brasil, o sertão maranhense teve sua gênese num contexto de isolamento em relação ao litoral, sobretudo por parte das autoridades que lá habitavam. No início da conquista do território, o sertanejo maranhense não reconhecia o poder da autoridade colonial. Sobre tal questão, em relação ao Brasil, esclarece Souza (1996, p.99) que: “Tal modelo de ocupação do espaço é tido como responsável pelo surgimento de modos de vida social distintos da sociedade litorânea e pela extensão territorial desafiadora para os esforços de controle do território”. Assim para essa autora, a importância do sertão como categoria espacial e social está no fato de possibilitar a compreensão da própria formação territorial, histórica e econômica do Brasil, desde o período colonial até o ideal de Nação, compreendido no século XIX, no dinâmico movimento da fronteira do pensamento social brasileiro. Conforme enuncia Amado (1995, p.7), a categoria sertão é construída a partir de um olhar que se lança do litoral, do espaço “civilizado”, constituindo-se ambas em:

[...] categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a

outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), ‘sertão’ esvazia-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa.

Para a autora, “sertão” e “litoral” representam categorias opostas, construídas a partir dessa dicotomia, porque uma representa o reverso da outra, e complementam-se em sentido simbólico, pois o sertão torna-se compreensível apenas a partir do litoral e vice-versa.

Na região dos “sertões dos Pastos Bons” são realizadas as primeiras incursões oficiais da região entre o final do século XVIII e início do século XIX. Isto se dá pelo fato de que, desde a segunda metade do século XVIII, a filosofia Iluminista, calcada na crença do progresso humano pela “Revolução Científica”, influenciou fortemente as mentalidades e as práticas do homem europeu. Como bem caracteriza o historiador Eric Hobsbawm (1992, p.37-38), “A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do Iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem-estar, e na civilização”.

Tal contexto se fez refletir principalmente na política, na economia e na especialização dos exércitos europeus. Os militares de confiança do Estado, enviados em comissões exploratórias dos territórios conquistados, recebiam formação científica bem específica nas mais renomadas universidades europeias como forma de realizar, com perícia e eficácia, a demanda de suas missões oficiais.

Como prática, palmilhavam a região e registravam as suas mais fiéis impressões, sobretudo sob a forma de roteiros e cartas geográficas, oferecendo as primeiras e mais importantes informações sobre a região dos “sertões dos Pastos Bons”, tendo-se em vista que até então era pouco conhecida das autoridades lusitanas.

A propósito, cite-se, o registro considerado mais antigo, de autoria do português João Pereira Caldas, o “*Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*” (1790). O segundo registro é de Francisco de Paula Ribeiro com suas três obras: “*Roteiro e Mappa da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás, no ano de 1815, em serviço de S. M. Fidelíssima*”, seguido da “*Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão: propriedade de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual de seus estabelecimentos*”, e da “*Memória das Nações Gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão*”, concluída em 1819. A terceira obra sob este formato é de Sebastião Gomes da Silva Berford, o “*Roteiro e Mapa da*

Viagem da Cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro”, publicado em 1810 pela Imprensa Régia. O Mapa 1, da autoria de Francisco de Paula é uma das mais importantes cartas geográficas a retratar com minúcias o processo de formação do território maranhense, sobretudo pela perícia técnica de sua construção e a riqueza de informações que apresenta. Observe-se isto pela sua apreciação na página seguinte.

Para compreender, portanto, a dinâmica da ocupação desses “imensos espaços interiores e distantes” da costa litorânea é preciso entender a estrutura do processo de colonização portuguesa que se processa no Brasil. Afinal, os interesses das missões exploratórias eram necessariamente econômicos, sistematizadas pelo Estado português com objetivos precisos, movendo a “fronteira da integração” como justificativa para a invasão das terras e das bacias hídricas milenarmente ocupadas pelos grupos autóctones, considerados pelo agente colonizador o maior “entreve”, e por isso foram submetidos e dizimados.

Os estudos e registros técnicos desses exploradores militares, os conhecimentos reunidos em seus roteiros, mapas e ensaios geográficos foram que, de fato, permitiram a efetivação da conquista pelo avanço da fronteira integradora oficial sobre os “sertões dos Pastos Bons”.

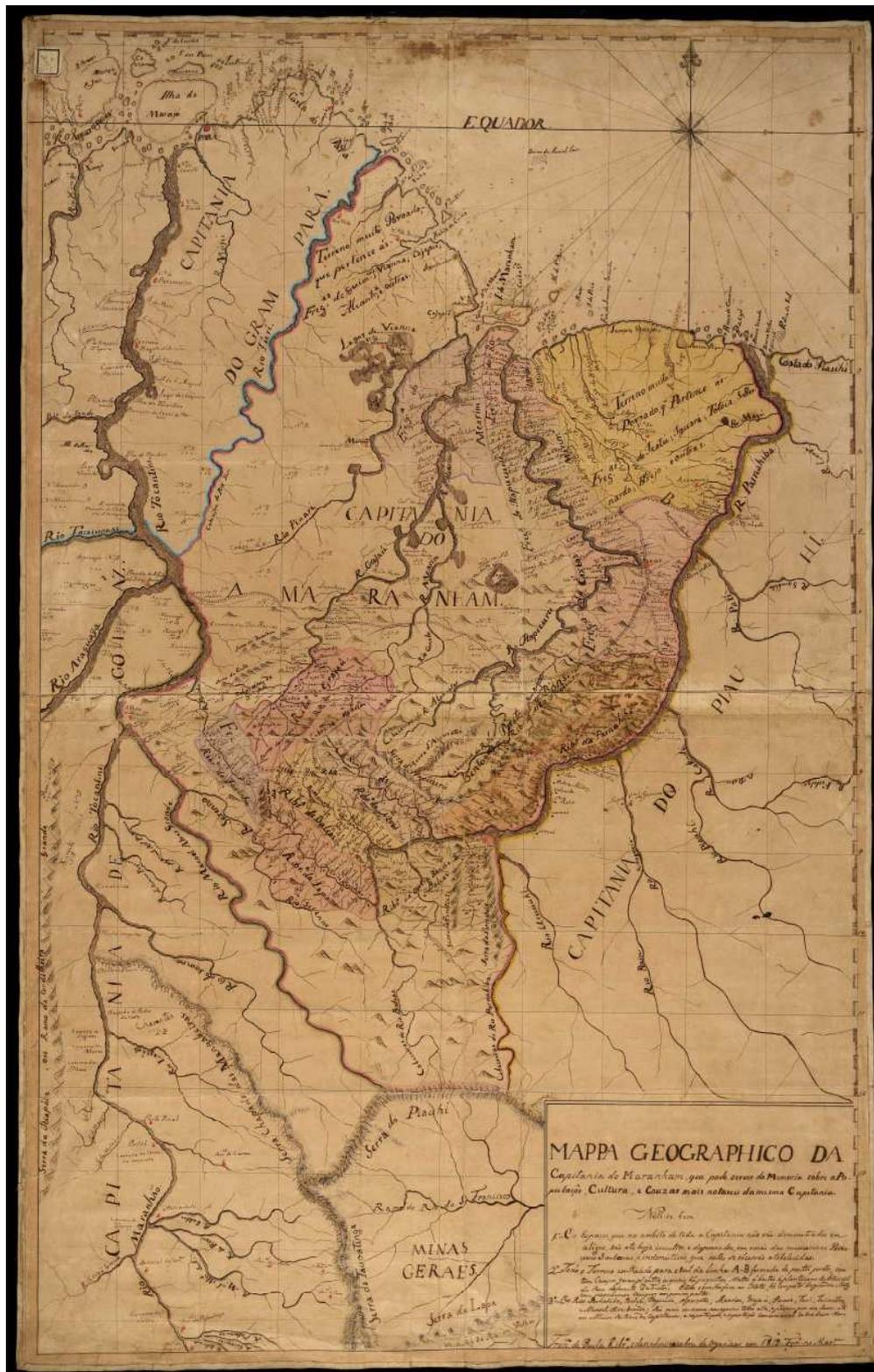
Conforme destaca um estudioso do ideal de “fronteira”, João Frederico Normando (1945, p.76), o conceito de “deslocamento de fronteira” está, no caso do Brasil, associado à expansão econômica e territorial dentro dos contornos espaciais e de seus limites políticos, sobretudo em função de seus espaços economicamente aproveitáveis. Sobre essa questão, é oportuno observar que no imaginário social da região do Alto Itapecuru, notadamente em Colinas, antigo Arraial do Príncipe Regente, a categoria “sertão” permanece como expressão comum para designar os territórios mais interiorizados, menos habitados, ou mesmo ainda despovoados.

Ouvir algum munícipe da zona rural colinense dizer que “fulano foi pro sertão”, a expressão é sinônimo de que ele está em lugar distante, de dificultado acesso e comunicação. Outro exemplo dessa permanência é o fato de ser a cidade conhecida como “Princesinha do Alto Sertão Maranhense”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> FONTE: Jornal **D’CLASSE**: Órgão de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão. “**Professor resgata a história de Colinas**”. Nº61, pag. 06, Agosto/Setembro de 2012 -- São Luís – MA.

Mapa 01: Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão de Francisco de Paula Ribeiro – 1819.



Fonte: Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

E, a propósito, a própria letra do Hino Municipal de Colinas é carregada de ufanismo simbólico, exaltando a terra como um farol, estrela guia na constelação das cidades do Alto Itapecuru: “*No progresso, ó Colinas pioneira, és estrela no céu deste sertão! / Do saber, do ensino e da cultura, tu és líder em todo Maranhão! [...]*”<sup>2</sup>. Também por sua localização privilegiada do ponto de vista climático e geomorfológico é considerada como “**porta de entrada** para uma das regiões mais bonitas (e também cheia de contrastes sociais) do Estado: o **sertão maranhense**”<sup>3</sup>.

Nesse sentido, não é o mítico, o curioso ou o imaginário que move essa fronteira de integração litoral -- sertão, mas sim um projeto político-econômico precisamente esboçado pelas autoridades portuguesas, durante o século XIX, em busca dos espaços que tivessem riquezas a serem exploradas, por meio da submissão das imensas populações nativas que habitavam a região do Alto Itapecuru e de todo o sertão dos Pastos Bons. O agente colonizador figura nas primeiras narrativas históricas como um herói, enquanto que o indígena como um “entrave” à prosperidade da região.

Em verdade, as bases conceituais para se categorizar o sertão são sempre recursivas aos seus condicionantes naturais, físico-geográficos, e culturais: terra longínqua, ignota, semiárida e estéril, habitado por populações selvagens e ignorantes. Daí existir uma ideia muito recorrente entre os intelectuais: a de que nos diferenciamos segundo o meio geográfico no qual convivemos permanece como chave interpretativa para essa diferenciação e categorização social e cultural. “[...] Pode-se destacar como o pensamento brasileiro refletiu continuamente sobre as distinções entre litoral e interior, entre a cidade e o sertão, demarcando as diferenças de vida social e de tipos humanos” (OLIVEIRA, 1998, p.202).

Essa versão é presente desde o primeiro documento escrito sobre o Brasil, a carta do escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, a qual vem carregada de predicativos que ressaltam as prodigalidades da terra “recém-descoberta”. Do mesmo período, constam contrariamente registros dos membros da Companhia de Jesus, os padres jesuítas, que acompanharam o processo de colonização portuguesa no Brasil, e deixaram impressões bem negativas tanto da natureza quanto de seus habitantes, registrando-a como assustadora, selvagem e indômita. Também o “sertão”

---

<sup>2</sup> COLINAS, Câmara Municipal de. Livro das Leis, Resoluções e Decretos Legislativos da Câmara Municipal de Colinas, Estado do Maranhão. **Lei nº153, 13 de abril de 1993: Institui os Símbolos Municipais e dá outras providências.**

<sup>3</sup> Revista **Caminhos do Maranhão** (Turismo, cultura e meio ambiente): **Colinas, A majestade do sertão**. Ano I nº11 – Maio de 2000, pag. 12-17 -- São Luís – MA.

identificado como lugar geográfico ou social é assim concebido tanto no imaginário como nos registros oficiais primeiros, ora figurando como “paraíso”, ora como “inferno” ou “purgatório”.

Não se pode esquecer que esta insistência em polarizar por meio de antíteses o sertão e o litoral, o campo e a cidade, o civilizado e a barbárie, não se resume em um simples preconceito dicotômico. As construções discursivas perpassam as relações de poder e estão no âmbito das ideologias de dominação, notadamente no caso específico do território brasileiro, cuja dilatação das fronteiras territoriais, pela ação dos bandeirantes, não primou pela integração social do território.

No caso específico deste estudo, convém destacar que os rios cumpriram papel de destaque nessa busca de integração. Por sinal, o Arraial do Príncipe Regente, fundado por Francisco de Paula Ribeiro, em 1807, com seu porto fluvial à margem direita do Rio Itapecuru, surge no âmbito dessa realidade, com uma função de ponto de contato, sobretudo de escoamento dos bens comerciais, constituindo-se numa via natural de acesso e comunicação entre os altos sertões e o litoral, além de garantia do desenvolvimento e da multiplicação das fazendas de gado na região do Alto Itapecuru.

Nestes termos, compreende-se que a integração regional era um desafio premente. Urgia conquistar e transformar a natureza bruta. Dessa forma, o processo de conquista e ocupação dos sertões de Pastos Bons se identifica substancialmente com o projeto colonial do Estado português, no sentido de integrá-los social e economicamente com a região litorânea.

A região do Alto Itapecuru, mais precisamente onde se implantou o núcleo militar e portuário do Arraial do Príncipe Regente, representa, parece não haver dúvidas, a zona de interstício que se converte em região de encontro entre os espaços da porção norte, tomados pela grande lavoura de exportação, e os espaços da porção sul, onde vigorava a pecuária. Representa, portanto, esse território a própria “fronteira interna de integração”, a zona indistinta, que não representa nem uma das dinâmicas das duas frentes de povoamento, mas que objetiva garantir a conexão sertão – litoral.

Nesse movimento das fronteiras econômicas do norte e do sul em convergência no Alto Itapecuru, no sentido de tangenciar sua atuação, faz-se indispensável o conhecimento de um importante personagem, cuja história se mescla à dos espaços por ele palmilhados, o major português Francisco de Paula Ribeiro – desbravador dos “Sertões de Pastos Bons”, de quem tratar-se-á adiante.

## 1.2 Os Sertões do Príncipe Regente

A partir da segunda metade do século XVIII, sob a égide da filosofia iluminista, os Estados europeus passaram por um processo de vigorosa sistematização política e econômica, concebendo um modo de pensar e agir regido pelo ideal “racionalista” com vistas ao “progresso” e ao “desenvolvimento”. Nessa mesma vertente surge uma corrente do “pensamento econômico” que valoriza os recursos naturais, especialmente a terra, com as atividades agrícolas e mineradoras, como principal fonte de riqueza e prosperidade de um Estado. Como bem descreve Marie-Nóelle Bourguet, em “O Explorador”, trata-se de “Uma ambição curiosa e uma confiança na utilidade do saber são a característica de uma época (Século das Luzes) que pretende unir o comércio, a ciência e o progresso”<sup>4</sup>.

As atividades militares receberam a influência desse mesmo processo de racionalismo. Os Estados europeus considerados fortes procuraram paulatinamente investir em disciplinamento e sistematização de seu efetivo militar. Diante do caráter duvidoso dos mercenários e combatentes de contrato, os déspotas esclarecidos passaram a decretar a obrigatoriedade do alistamento militar, sendo via de regra aceita pelo súbito desejo de servir à pátria. “O exército do rei é, tal como a Igreja, um local de asilo. Existem motivos mais nobres que surgem no início do século XVIII: sucede por vezes com frequência, que o alistado é súdito do rei, colocando-se ao seu serviço a fim de defender a pátria ameaçada” (BERTAUD in VOLVELLE, 1997, p.4).

Essa será a tônica impulsionadora para que muitos indivíduos vejam, no serviço militar, uma distinção nobre. Ao final do século XVIII, conforme assevera Jean Paul Bertaud, as classes nobres ingressam nas escolas militares abertas pelos monarcas europeus, e onde oficiais serão alvo de boa educação racionalista voltada para o conhecimento dos “ofícios d’armas”, assim como para os conhecimentos em ciências físicas e naturais e engenharia. Afinal, “[...]o que distingue o soldado do mercenário é o facto de o primeiro pertencer a um exército regular, cada vez mais disciplinado [...]” (BERTAUD in VOLVELLE, 1997, p.4).

Formado no contexto descrito, o militar português Francisco de Paula Ribeiro, comissário a serviço dos interesses da Coroa portuguesa no Brasil, realizou um estudo indispensável para o conhecimento mais aprofundado do Maranhão Colonial,

---

<sup>4</sup> BOURGUET In VOLVELLE, Michel. O Homem do Iluminismo. Lisboa, Editora Presença, 1997, p.209.

notadamente em suas potencialidades geográficas, climáticas, botânicas e hídricas nas colossais ribeiras da região sul maranhense, nos chamados “Sertões dos Pastos Bons”.

Seu trabalho de pesquisa registrado sob a forma de narrativa memorial constitui-se obra de referência para a compreensão do avanço da fronteira interna de integração lusitana às regiões interiores da capitania do Maranhão, no contexto de inúmeras comissões demandadas pelas autoridades capitais portuguesas naquele final de século XVIII e principiar do século XIX.

Paula Ribeiro parece ser exemplo de intelectual racionalista, do tipo que não confere ao seu trabalho de registro outro cunho senão o técnico-científico. Mas se deve considerar que ele, enquanto observador e narrador oficial, identifica-se com o pensamento em voga na sua época, segundo sua formação ilustrada, e, nesse sentido, seus escritos estão impregnados por termos, concepções e pensamentos, próprios do seu tempo, de seu “lugar social” e de seu ofício de militar graduado. Não pode ser confundido, então, como um simples reflexo do sistema colonial português, mas como um desbravador que vivencia por suas práticas de ofício, durante a maior parte de sua vida, esse processo de conquista e descreve a região a partir de sua visão e vivências num limite de espaço e tempo.

Nesse caso, parece que sua obra se fez representar maior que o autor, que o homem enérgico, minucioso e racional que a concebeu sob o escudo de compromisso de vassalo fiel da Coroa lusitana. Em função disso, pouco se sabe sobre sua origem familiar, vida educacional, pessoal e mesmo profissional antes de sua chegada ao Maranhão em missão oficial, estando toda essa gama de informações ainda sob as brumas do desconhecimento. Isso de fato obsta a composição de uma biografia mais ou menos precisa desse militar lusitano, audaz intelectual, acurado em vários campos do conhecimento a ponto de desempenhar com proficiência todas as missões a ele confiadas, precisamente doando sua própria vida em cumprimento do real serviço.

Parece opinião costumeira ao seu respeito que era ele um lusitano de nascença e que como militar galgou às mais relevantes patentes da hierarquia de seu tempo. Daí se aferir de sua origem nobre, já que mesmo com uma lista de rigorosos e relevantes serviços prestados à Coroa, isoladamente isso não se constituía como justificativa única para sua rápida e progressiva ascensão militar, afinal foros de fidalguia e perícia militar era uma combinação segura para o êxito nessa carreira.

Também é consensual a relevância de seus registros enquanto fonte primária pioneira para o conhecimento da região sertaneja do território maranhense, quando o

devassamento dos “sertões” fazia parte de um momento histórico importante no processo de integração regional entre o litoral e o sertão.

As primeiras evidências históricas de sua presença situam-se em 1798 quando, na condição de alferes, foi adido a uma comissão de oficiais que rumava para uma missão indigenista no Pará. No entanto, data relevante sobre sua vida é a de 1800 quando, por determinação da Coroa lusa, foi nomeado para comandar o destacamento de Pastos Bons. Foi naquela região, local de intensas disputas entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, que se aplicou em exaustivos estudos de forma a mapear e registrar minuciosamente a região meridional maranhense, por ele cognominada de “sertões dos Pastos Bons” (MARTINS in RIBEIRO 2002, p.09).

Em sua incursão pelo interior da Capitania, que se estenderia por mais de duas décadas, sua vida foi dedicada sob a forma de trabalhos árduos em defesa dos interesses portugueses nas áreas setentrionais do Brasil. Sua ação rendeu como produto pessoal suas promoções militares e para a historiografia e a etnografia um “traçado radiográfico” dos sertões maranhenses, mormente em seus aspectos geográficos, físicos e antropológicos.

A importância das expedições chefiadas por Paula Ribeiro não se limitam ao mapeamento e a descrição crítica do território. Os “desertos”, assim classificados inadvertidamente os sertões pelos colonizadores, eram sim povoados por inúmeras comunidades autóctones que há muito conviviam naquelas áreas.

Nesse fim, dirigiu muitas expedições de caráter “civilizatório” ou “punitivo” como forma de “pacificar” as numerosas populações indígenas que habitavam a região e, conforme pensamento da época, entravavam o estabelecimento e a manutenção das fazendas de plantar e de criar, assim como sua multiplicação pelos férteis pastos bons, mais favoráveis áreas para a pecuária extensiva e lavoura. Neste imperativo, fez acurado estudo das nações indígenas que habitavam os altos sertões maranhenses, denunciando seus problemas, acentuando seu modo de vida peculiar.

Dando substância ao projeto e atento aos objetivos da política colonial portuguesa, o desbravador Francisco de Paula Ribeiro esteve envolvido em diversas frentes de colonização, participando da fundação de muitas fazendas, portos e povoações que hoje se constituem atualmente como sedes municipais. Dentre essas podemos citar, como de suma importância ao contexto da época, o Arraial do Príncipe Regente, em 1807, cumprindo algumas das determinações da Carta Régia de 12 de maio de 1798, e cujo território corresponde à atual cidade Colinas, na região do Alto

Itapecuru, primeiro distrito geográfico por ele dividido e descrito na segunda parte de suas memórias.

Um de seus objetivos expressos foi fundar fazendas e povoações, bem como de interligá-las por estradas e incentivar a navegação pelo Rio Itapecuru, tendo o Arraial do Príncipe Regente como trampolim para a ocupação do território, promovendo a integração espacial e socioeconômica entre o litoral e o sertão.

Em 1815, já promovido ao posto de Capitão do Regimento de Linha do Maranhão, recebe possivelmente a mais importante e intrépida missão oficial de sua carreira. Escolhido pelo governador Paulo José da Silva Gama (1811-1819) para representar os interesses da Capitania do Maranhão junto aos emissários da Capitania de Goiás na demanda da delimitação “definitiva” dos limites de fronteira entre elas, acerca da pertença legal do Rio Tocantins e da povoação de São Pedro de Alcântara (cidade de Carolina) (MARTINS *in* RIBEIRO, 2002, p.9).

Passou nessa missão entre 1815 e 1816, dando termo a contenda com pleno êxito. Em função de seu apurado conhecimento destes rincões, sua ação foi decisiva na fixação dos marcos limítrofes. Ao operacionalizar sua ação demarcatória, lançou um olhar especificamente técnico sobre a região vasculhando suas peculiaridades geográficas, pondo-se a identificar acidentes geográficos que pudessem servir de marcos divisórios perenes entre as duas capitanias. Mas não se limitou a essa percepção. Ciente da delicadeza da missão, da necessidade de um acordo bilateral entre goianos e maranhenses, mantém

[...] sólidos contatos com os mais antigos habitantes daquele sertão, buscando identificar a noção de pertencimento por eles desenvolvida em relação a uma ou a outra capitania. Por outro lado, deveria investigar o tempo de residência, como produziam a sua subsistência e a que jurisdição recorriam aqueles moradores para resolver seus interesses, além de efetuar o reconhecimento dos acidentes geográficos passíveis de serem indicados como marcos perenes ao cabo da faina demarcatória (MARTINS *in* RIBEIRO, 2002, p.11-12).

Nesse ponto, Ribeiro demonstra sua leitura de mundo, reconhecendo o valor simbólico e cultural que as gentes conferem aos acidentes geográficos, no processo de socialização e apropriação de determinado território. Ao realizar seu trabalho, revela, por assim dizer, duas características da “fronteira da integração”, compreendendo o espaço do sertão sob duas vertentes.

Primeiramente a concepção de “espaço físico”, naturalmente dada e representada pelos acidentes geográficos que caracterizam e singularizam a paisagem.

Em seguida, a concepção “sociocultural” do espaço, simbolicamente configurada pelos sentimentos de pertença identitária, que os indivíduos conferem àquilo que elegendam coletivamente como seus bens patrimoniais, pois ao passo que o homem interfere no espaço geográfico ele também recebe a influência dele.

Conforme assevera Arruda (2000, p.163), “As memórias construídas sobre os espaços geográficos possuem grande influência na constituição dos sentimentos de identidades nacionais ou regionais, no pensamento político e no próprio processo de transformação dos mesmos espaços geográficos”.

De fato, sua estratégia produziu os efeitos esperados e os limites entre as capitâneas foram estabelecidos. Esta postura parece figurar como um traço bem marcante dos registros deixados por Paula Ribeiro. Em diversos momentos, extravasa sua função técnica, realizando uma leitura crítica do sertão por ele devassado, palmilhado e tão bem conhecido, ora se posicionando em tom de denúncia contra a situação dos colonos, segundo ele abandonados a própria sorte, ora mesmo se opondo à política indigenista calcada no extermínio.

Defende que a melhor maneira de conter as investidas das populações indígenas contra os fazendeiros seria promover sua pacificação em vez de seu extermínio, pois os considerava como possibilidade de servir de mão-de-obra aos colonos e ao desenvolvimento do sertão, carente de braços para desenvolver suas riquezas, ressalta em seu Roteiro.

De fato, Paula Ribeiro compreende, como ninguém, a importância da região dos sertões dos Pastos Bons em suas potencialidades extraordinárias, que demandavam ações específicas e racionais para saciar os interesses da Coroa e dos colonos. Para ele, tal desenvolvimento somente seria possível através da integração da zona agroexportadora litorânea com a zona mais favorável à grande lavoura de exportação, o sertão. O Mapa 02 “Dimensão Geográfica do Sertão dos Pastos Bons em 1807”, página 33, nos proporciona visibilizar a dimensão da região em estudo, com uma grandeza espacial continental.

O Mapa 02: “Dimensão Geográfica do Sertão dos Pastos Bons em 1807”



Em 1818, após solicitações e recomendações de autoridades capitais da Coroa, em função de seu reconhecido mérito em benefício do real serviço, o major graduado Francisco de Paula Ribeiro é elevado ao posto de sargento-mor, pelo decreto de 18 de julho daquele ano, adido ao Estado Maior do Exército, com a missão de comandar o Destacamento de Pastos Bons.

Em verdade, esse cargo, para Ribeiro, funcionava como um prêmio, já que lhe permitia nova oportunidade para ampliar o seu conhecimento da região e consolidar observações e sínteses parciais sobre variados objetos que lhe aguçaram a curiosidade em outros momentos (MARTINS in RIBEIRO, 2002, p.15).

Movido pelo seu ensejo de explorador e embasado em seu profundo conhecimento da região, Paula Ribeiro retomou seus estudos científicos sobre os sertões dos Pastos Bons, buscando todos os informes possíveis de se recolher, pelos meios da época, nos três domínios naturais. Sua missão, coadjuvante ao seu exercício militar de comandante do Destacamento de Pastos Bons, era de auxiliar no estabelecimento das fazendas de gado vacum e cavalar no sertão, além de promover o aproveitamento racional da região para o benefício da coroa e dos seus colonos que ali iam se estabelecendo.

E é bastante importante comentar esse caráter de “explorador” adjacente ao de militar, e tão bem desempenhado por Francisco de Paula Ribeiro. Em verdade, conforme o estudo de Marie-Noëlle Bourguet (1997), o conceito de explorador nos séculos XVIII e XIX aparece associado ao de informador, aquele que vai em missão oficial às terras estrangeiras desvendar seus mistérios. É ele convidado a descobrir um determinado espaço natural e oferecer informações sobre sua situação geográfica, sua extensão e seus recursos, pois ele “É o emissário, o observador, por vezes o informador” (BOURGUET In VOLVELLE, 1997, p.210).

Acrescenta ainda que apesar do trabalho de um explorador, no século XIX, por exemplo, ser executado por um militar, os dicionários franceses que primeiro grafam a palavra aproximam seu significado de uma exploração científica, realizado por um estudioso, não por qualquer militar, pois

[...] o explorador é mais um reconhecedor do que um aventureiro, viaja em cumprimento de uma missão organizada que conta com o financiamento de um príncipe, de um grupo de comerciantes, de uma instituição científica ou missionária, com objetivos precisos nascidos de um conhecimento geográfico provisório e das expectativas de uma época. Em vez de se lançar no vazio, o explorador sabe o que deve

procurar, o que pretende encontrar. Antes de seguirmos os seus passos, convém vermos primeiro o panorama político, econômico e mental que idealizou sua partida (BOURGUET *In* VOLVELLE, 1997, p.212)

Esta conceituação de explorador vem esclarecer muito do homem experimentado, dotado de sensibilidade e, sobretudo, de um apurado rigor técnico. Francisco de Paula Ribeiro, fiel servo do Estado português, e notavelmente embevecido pelos sertões de Pastos Bons, que foi o primeiro a percebê-lo para além da perícia técnica, o que o possibilitou conceber uma obra dotada também de caráter etnográfico.

Fato é que sua ação empreendedora da ocupação oficial do território fez majorar o número de fazendas, preliminarmente assentadas entre a ribeira do Alpercatas até próximo a sua foz no Rio Itapecuru, e dali em direção ao sudoeste às ribeiras do Neves, do Rio Balsas, do Lapa e do Grajaú. Assim é que, por sua atuação, muitas fazendas surgiram, outras foram restabelecidas favorecendo os arranjos estratégicos do Estado português na região meridional do Maranhão, no final do período colonial.

Como dito, seu trabalho se estruturou em roteiro de memórias. O primeiro foi intitulado “Roteiro que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815” publicado pela primeira vez, em 1848, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Deste primeiro tomo de sua obra importa mais detidamente ao presente estudo a sua percepção de como se encontravam os sertões naquele ano, quando tem termo o projeto do Arraial do Príncipe Regente, por ele fundado. Sobretudo, por oferecer um panorama detalhado dos componentes naturais da região entre as ribeiras dos rios Parnaíba, Itapecuru e Alpercatas, principalmente, imbricando em sua narrativa informes valiosos sobre os aspectos físico-climáticos, geológicos, botânicos, assim como dando noção dos caminhos, veredas, portos e povoações sertanejas, existentes e possíveis de se estabelecer.

Com efeito, o segundo tomo das memórias de Paula Ribeiro intitulado “*Descrição do Território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão, propriedades de seus terrenos, suas produções, caráter de seus habitantes colonos, e estado atual de seus estabelecimentos*” (1819) em função de sua densidade informativa e de seu caráter abrangente ao descrever o território dos “Sertões de Pastos Bons”, nos interessa mais precisamente. Notadamente o fez da região do Alto Itapecuru, encenando os condicionantes que o levaram a fundar, ainda em 1807, naquelas paragens, o Arraial do

Príncipe Regente, “ponta de lança” do avanço oficial no devassamento do espaço maranhense.

O texto de sua Descrição do território de Pastos Bons vai estruturado sob a forma de uma narrativa memorial, fruto do seu arguto olhar e de suas dilatadas vivências no território por cerca de duas décadas. O cronista, portanto, não fala de algo que viu de forma fortuita, por ocasião de uma rápida passagem, mas sim de uma vivência experimentada, de um homem que nutria particular intimidade com os sertões, por ele visualizados, vividos e sentidos.

Segue sua narrativa histórico-geográfica distribuída em 94 parágrafos que contém informes bem precisos sobre a história, a geografia e a etnologia do espaço geográfico. Primeiramente se vale da localização geográfica para em seguida oferecer noções de seus contornos limítrofes, situando regionalmente o território maranhense, diga-se, com certa precisão ao localizar e descrever os acidentes geográficos que servem até hoje como limites dos territórios com as outras unidades federativas.

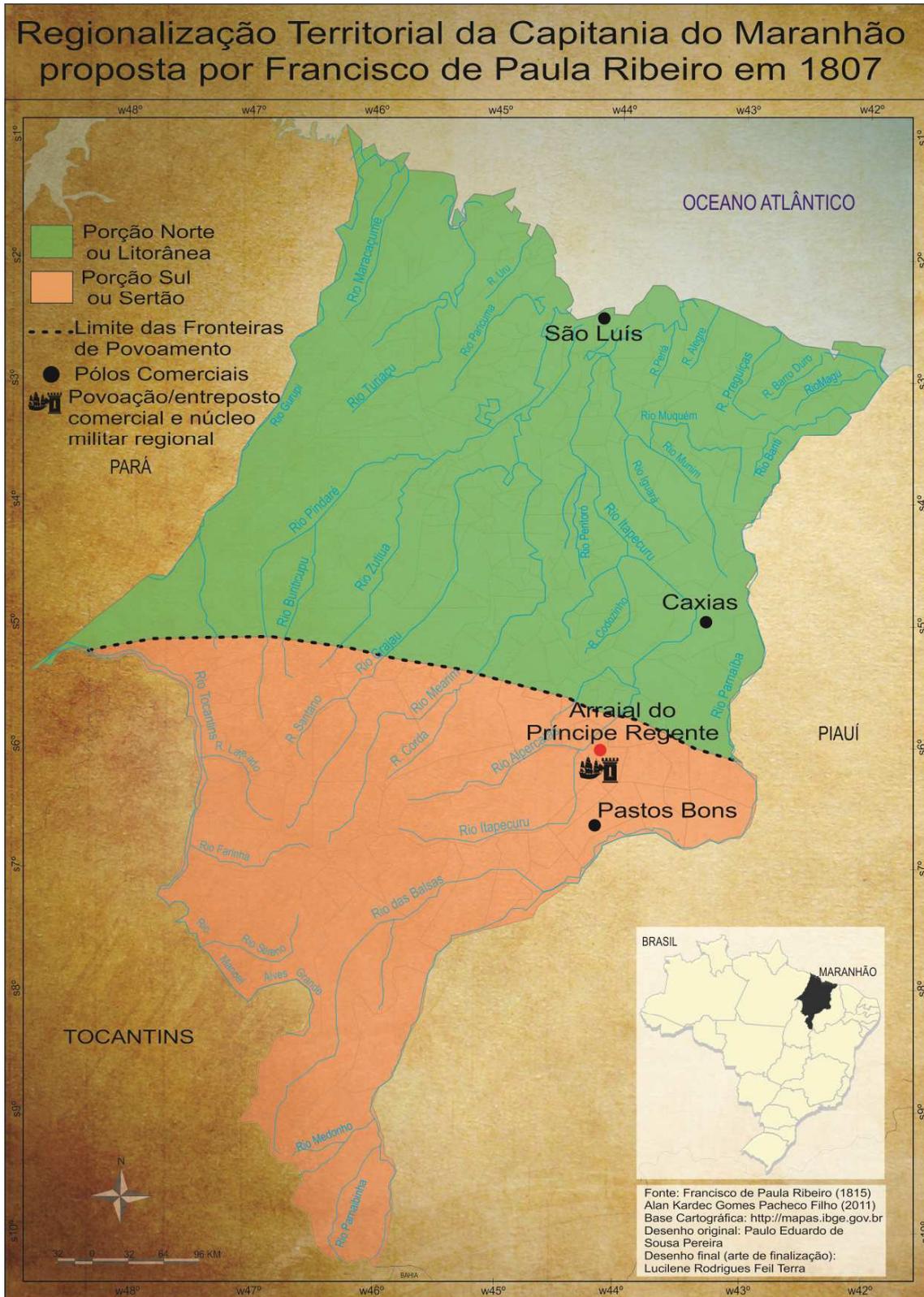
Nesse sentido, lança seu aguçado olhar para a imensidão espacial daqueles sertões, que tantas vezes palmilhara em cumprimento das mais ariscas missões oficiais, ressaltando suas características topográficas que marcam as potencialidades naturais, que tornam peculiares a fisiografia dos sertões dos Pastos Bons.

Ao estabelecer uma configuração espacial do território maranhense já enuncia suas especificidades e o regionaliza em duas zonas ou porções distintas: a primeira, do litoral até a vila nova de Caxias, a qual denominada “porção norte” da capitania, concentrando a produção de algodão e arroz e mantendo efetivamente com o litoral importantes atividades comerciais “*o principal motivo de sua opulência*”.

A segunda, compreendendo o território pouco abaixo da vila nova de Caxias, da barra do riacho Corrente subindo em direção às cabeceiras dos grandes rios Parnaíba, Itapecuru, Alpercatas, Balsas, Mearim e Grajaú, a “porção sertaneja”, segundo ele, com ampla potencialidade a ser explorada, notadamente para a criação de gados.

Segue um Mapa temático produzido no intento de dar noção da referida divisão e da localização do Arraial do Príncipe Regente no referido contexto. Tal divisão em “porções” na verdade é fruto do estudo do militar Paula Ribeiro com vistas ao melhor aproveitamento econômico das distintas regiões, conforme se lê claramente no Mapa 03, a seguir.

**Mapa 03: Regionalização Territorial da Capitania do Maranhão proposta por Francisco de Paula Ribeiro em 1807**



Segundo Paula Ribeiro, no 2º parágrafo de sua Descrição, a divisão do território da capitania do Maranhão em “porção norte” e “porção sul” se dá segundo critérios geográficos, físicos, climáticos e de produção econômica, características que, segundo ele, poderiam levar mesmo a se formar duas comarcas distintas. Nisso, refere-se às peculiaridades do norte e do sul, como ele afirma, associadas à distância espacial e que constituíam obstáculos à integração espacial e social entre o sertão e o litoral, pelo que “é por isso mesmo que melhor entre si devem dar-se as mãos e sustentar combinadas a sua florescência comercial e agrônômica” (RIBEIRO, 2002, p.107).

Vê-se com clareza o que permeia e sustenta esse discurso. Paula Ribeiro é um homem de seu tempo, defende a integração espacial do sertão com o litoral, demonstra que o avanço econômico não seria viável se a “fronteira integradora” não chegasse àquelas áreas, tão pródigas e fecundas, que racionalmente aproveitadas suas potencialidades naturais levariam a capitania do Maranhão à prosperidade.

Acompanha essa visão de “sertão vazio”, a representação, nesse mesmo âmbito discursivo, de seus habitantes nativos, primeiros povoadores, tidos como “bárbaros ferozes” e “bandoleiros”, sempre referenciados como principais “entraves” ao “avanço da capitania”, obstando a navegação, a abertura de estradas, a fundação de fazendas, povoações e portos. Portanto, os habitantes autóctones dos sertões constituíam-se obstáculos ante a “fronteira da integração”, pelo que precisariam ser urgentemente pacificados ou erradicados.

Ao referir-se à “porção sertaneja” a qual designa “Pastos Bons” ou “altos sertões da capitania”, compreendendo desde os limites do território de Caxias até as cabeceiras dos grandes rios meridionais, Paula Ribeiro chama atenção para a necessidade da ocupação oficial do território,

Somente, no entanto povoado por quatro ou cinco mil almas livres, que empregam menos de mil escravos, e contendo, com parte também de boas matas ainda devolutas, dilatadas campinas próprias quanto é possível para uma imensa criação de gados, não só atualmente presta, mas pode para o futuro muito mais prestar com os mesmos gados (op. Cit. §2, p.108).

Seguidamente acrescenta a importância da criação de gados como forma de atender o consumo da população do litoral, assim como o litoral fornecer os misteres comerciais demandados pelos altos sertões, o que segundo ele faria “vigorar pelas forças desta a cultura dos gêneros de que lhes resulta o comércio, e, por conseguinte

firmar-se o giro de que depende o adiantamento dentre ambas ou o de toda a capitania em geral” (RIBEIRO, 2002, p.108).

Nessa proposição, Paula Ribeiro foi bem claro quanto à sua compreensão do estado territorial da capitania. Para ele, tais peculiaridades não deveriam servir como parâmetros de segregação, mas compreendia que as distintas zonas produtora e agroexportadora se complementavam, o que poderia se fazer por meio de intercâmbio comercial. Sua grande preocupação em criar fazendas, estabelecer portos e povoações, assim como abrir estradas para interligar as fazendas reais refletem seu entusiasmo pelo projeto integrador da “porção norte” com a “porção sertaneja”, notadamente manifesto em sua insistência em promover a navegação pelos rios.

Ao se referir à região em seus aspectos naturais, assevera que “A natureza de uns e outros terrenos, excessivamente pródiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo esse distrito o nome de Pastos Bons”. E continua a descrever em tom romaneado, a exemplo de um sertanejo embevecido pelas coisas da terra: “Os seus campos nutritivos, o seu ar cômodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são as circunstâncias que fazem com que este país seja o mais abundante e delicioso” (op. Cit.§7, 110).

O tom enaltecedor ao expressar a riqueza da terra é o “pano de fundo” da “publicidade integradora” proposta por Paula Ribeiro. Procura, pela perícia de suas investigações minuciosas sobre o espaço geográfico, demonstrar às autoridades portuguesas a necessidade de investimentos na região por ele desbravada. Sendo ele um entusiasta do “ideal integrador” em prol dos interesses lusos, incentiva e promove o contato das frentes de povoamento e das regiões geoeconômicas, o que leva as autoridades litorâneas a estenderem não somente suas atenções, como também seus “fortes braços de ação” sobre o território dos sertões maranhenses.

Convém reiterar que os condicionantes naturais ímpares não encontrados em outros sertões do Brasil, de fato conferem ao sertão dos Pastos Bons o atrativo para as incursões de fazendeiros, vaqueiros e comerciantes de gados que, fugindo das suas infecundas campinas nordestinas, da seca e da falta de fontes de água perenes, “invadiram” o território para estabelecer e prosperar suas criações e “lavouras de raiz”.

Paula Ribeiro, em sua narrativa, afirma que uma boa parte da freguesia de Pastos Bons já estava, por aquele ano de 1818, pontilhada de “excelentes fazendas de gado”, ainda se constituindo como empreendimento econômico único nas ribeiras dos quatro principais rios: Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Grajaú. Acrescenta que a ausência

de outras atividades econômicas se explica pelo não-incentivo ao estabelecimento da navegação, ficando os produtores incapacitados de exportar seus gêneros para a capital,

[...] conhecendo-se que os mesmos rios oriundos dos seus seios podem fazer o principal motivo da sua riqueza, [...] **fica provado** por isso, e pelo que temos a dizer de suas vantagens, **ser este dito território a mais importante porção da Capitania do Maranhão, e o quanto é para lastimar o retardamento havido no seu desenvolvimento** (RIBEIRO, 2002, §30, p.120) (grifos nossos).

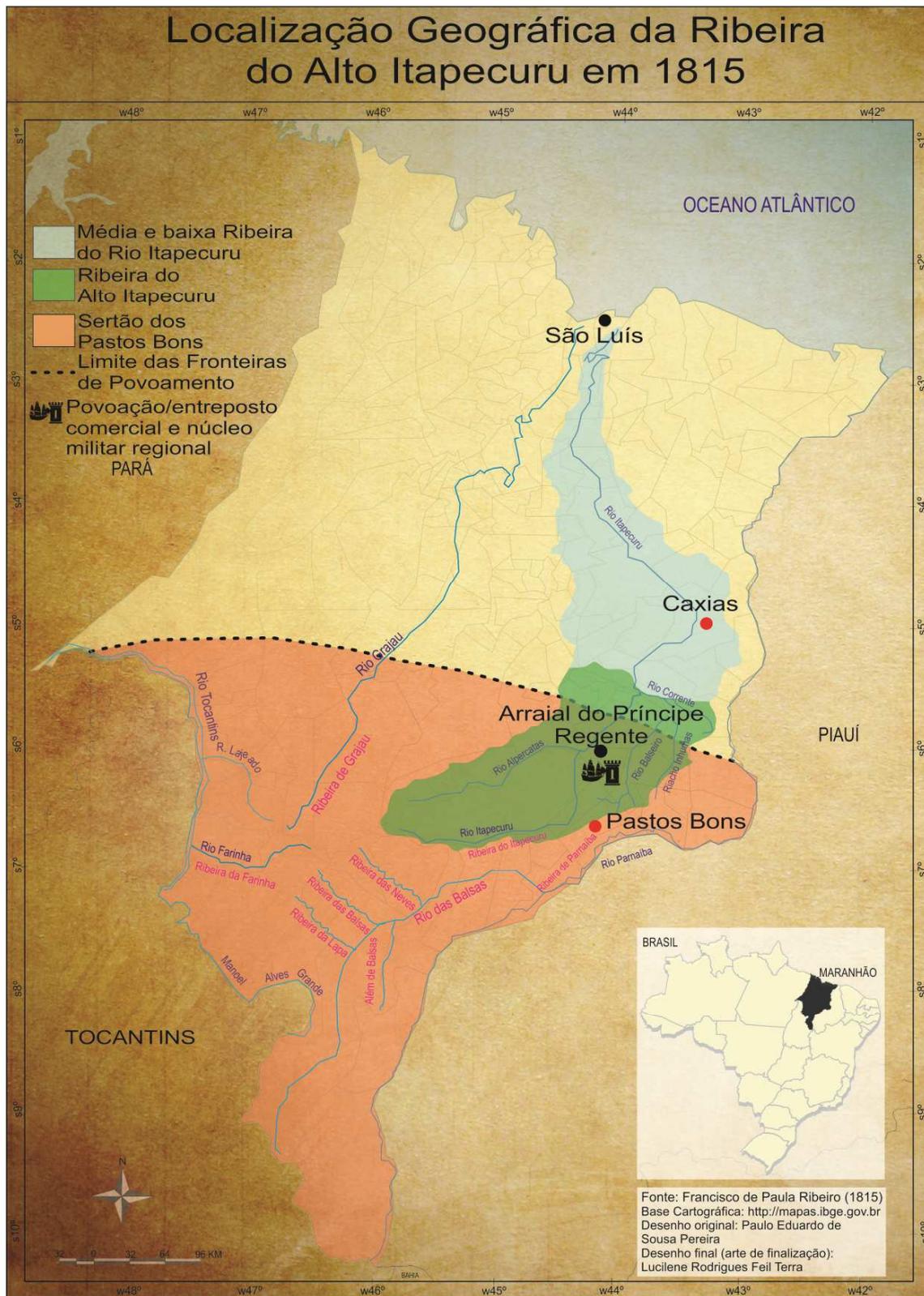
Tanta importância atribui às bacias hidrográficas para o devassamento e efetivação da conquista do sertão dos Pastos Bons que o major Francisco de Paula Ribeiro, como forma de melhor compor sua descrição da região, divide a continental freguesia em oito microterritórios os quais ele nomeia como “particulares distritos ou ribeiras”, tendo os rios como referência, a saber: 1.Alto Itapecuru; 2.Parnaíba; 3.Balsas; 4.Além de Balsas; 5.Neves; 6.Lapa; 7.Farinha e 8.Grajaú. Conforme se pode constatar no Mapa 4, onde destaco a Ribeira do Alto Itapecuru, onde foi erguido a Arraial.

Sua acuidade técnica chega sempre a surpreender, afinal Paula Ribeiro faz um trabalho de regionalização do espaço segundo critérios pouco usuais na época. Ciente de que os condicionantes geográficos influenciavam decisivamente na presença humana, assim como no desenvolvimento das atividades econômicas em função do solo, relevo, clima, formação vegetal, enfim. Atualmente, pode-se contemplar a divisão regional do Estado do Maranhão em cinco Mesorregiões Geográficas as quais, com atenta observação, verifica-se que parecem condizer com as linhas limítrofes por ele traçadas há mais de dois séculos.

Para efeito do presente estudo interessa-me mais a primeira ribeira, a do **Alto Itapecuru** que compreendia o território desde a barra do riacho Corrente até as cabeceiras dos rios Itapecuru e Alpercatas, terreno no qual fundou, em 1807, o Arraial do Príncipe Regente. Sobre essa microrregião assim registrou no parágrafo nº32 de suas memórias:

A ribeira do Alto Itapecuru compreende todo o terreno que se acha desde a barra do riacho Corrente até as cabeceiras dos rios Itapecuru e Alpercatas, tomando no seu âmbito circunferencial o espaço cujas vertentes correm de oeste e de leste para estes rios [...]. Ao centro os seus campos de criar os gados e suas excelentes matas próprias de lavar encostadas no rio Itapecuru tem proporções atendíveis. Cortada por este memorável rio, pode por isso mesmo adquirir tantas vantagens de quantas se pode fazer idéia [...](RIBEIRO, 2002, p.121).

**Mapa 04: Localização Geográfica da Ribeira do Alto Itapecuru em 1815**



Nascido nas confinantes distâncias do conjunto de serras do mesmo nome, o rio Itapecuru tão bem descrito pelo seu desbravador Francisco de Paula Ribeiro, compreendia, àquela época, uma via estratégica para a efetivação da empresa integradora dos distintos territórios da capitania. O arguto militar assevera sua importância para a navegação segundo ele “navegável desde a sua foz, no mar do Maranhão, até a fazenda do Alegre, situada no seio desta sua ribeira” (op. Cit.§33, p.121).

Aqui se vê algo bem útil ao nosso estudo no sentido de compreender a importância dada a navegação pelo Itapecuru para constituição do ideal integrador. Paula Ribeiro descreve o périplo do rio, no que tange sua navegação, a partir de sua foz no Golfão Maranhense. Nesse trajeto, afirma somente ser ele navegável até a fazenda do Alegre, poucas léguas acima de sua confluência com o rio Alpercatas, próximo de onde ele fundou o Príncipe Regente. Eis o que ele diz sobre o Itapecuru elucidando a possibilidade fácil e o pouco dispêndio para o incremento da navegação:

Corre para o nordeste pouco importante até juntar-se com o rio Alpercatas que em si o recebe e lhe cede o nome naquele ponto [...]; com as águas deste rio, com as do riacho Corrente, que encontra ao entrar no território da vila de Caxias, e para baixo desta, já todo voltado ao noroeste, com as águas dos riachos Ouro, Limpeza, Gameleira, Riachão, Codó, Prata, Pirapemas, Peritoró e outros, se faz de muito suficiente navegação (§33).

Como se lê, Paula Ribeiro é incisivo com relação à necessidade de se promover a navegação efetiva do rio, dos altos sertões até sua foz no “mar do Maranhão”. Em sua narrativa memorial, de maneira especial dos parágrafos 30 ao 47, dá noções de como melhorar as vias fluviais e fazê-las realidades concretas de modo a servir ao progresso da região e da capitania. Afirma ainda sobre a deficiência da navegação pelo Itapecuru que “sua única causa é somente a falta de uma verdadeira precisão”, e desmitifica a navegação do rio reverberando que a falta de interesse a faz permanecer inerte, pois

se a população e cultura desta grande e melhor parte do rio algum dia se facilitar, o interesse dos que então existirem fará mover os tais pretendidos obstáculos com a mesma facilidade com que já se removeram aqueles que em outro tempo o receio também fantasiava na ideia de que se fazia da sua navegação de Caxias, hoje tão frequentada [...] (§39).

Trocando em miúdos, Paula Ribeiro afirma que o povoamento branco, o avanço das fazendas de gados e lavouras para aquelas ribeiras do Alto Itapecuru é que

faria concreta a navegabilidade. Sobretudo, ante a necessidade desta via de transporte e comunicação, por meio da remoção dos diminutos obstáculos, pedras e lajedos no leito do rio, que a entravavam, na sua melhor parte nos altos sertões. E cita mesmo o exemplo da vila de Caxias cujos obstáculos foram removidos à medida que a “população branca” majorou e seu comércio se incrementou tornando a navegação realidade tangível.

Nos parágrafos 42 e 43 de sua narrativa memorial, assinala que o rio Itapecuru, da freguesia do Rosário até a vila de Caxias, é “povoado por um e por outro lado de ricos lavradores, [...] mas de São Zacarias para cima ainda deserto, [...]” e que suas terras estão confusamente repartidas “em datas tão numerosas, que há três e quatro títulos de uma só porção conferidas a diferentes sesmeiros; [...]”. Ressalta ainda que na “porção norte” em seus limites com a “porção sul” está um dos poucos “lugares públicos”, “a opulenta Caxias, a mais comerciável de toda a Capitania e também a mais carecida de gêneros de lavoura para a sua subsistência, [...]” (§36).

Paradoxalmente, a “porção sul” da ribeira do Itapecuru é por ele descrita com profundo pesar ante o descaso que se faz potente sobre ela. Segundo ele, deserta, devolutas as suas terras, tomada pela “barbárie do gentilismo”, a despeito de suas inerentes potencialidades a serem exploradas, pois

Já em outro tempo foram povoados seus campos em Pastos Bons, os melhores para a criação de gados, e ali com mais de sessenta estabelecimentos deste gênero formavam esta ribeira uma das mais populosas do districto [...] (§43).

Lamentando o estado pouco lisonjeiro do povoamento, o major Ribeiro aponta como principal causa para o “despovoamento” da “mais rica porção do território” da Capitania a forte presença das numerosas comunidades nativas, por sinal seus legítimos possuidores. A fronteira do desenvolvimento estagnara, muito embora a navegação fosse possível, facilitada e capaz de fazer “desenvolver os sertões”,

[...] porém, os índios Sacamecrãs, de que tratamos na memória respectiva, e outros que com estes se confinam tornaram a vertê-los em desertas solidões, desestruturando a maior parte dos ditos estabelecimentos, e indo gradualmente tanto em aumento essa devastação, que já hoje na dita ribeira muito pouco conhecemos, e esses mesmos quase exauridos, circunstância esta pela qual pode fazer-se idéia do quanto ela estará devoluta, e de quão poucos é o número de seus habitantes (*idem*).

Esta análise de Paula Ribeiro sobre o território de Pastos Bons é carregada de forte simbolismo, onde se deve enxergar uma insistente marginalização dos

habitantes nativos, sempre referenciados como bandoleiros, traiçoeiros, criminosos, assim como “entraves” por excelência ao progresso da região.

Nesse sentido, a formação identitária desses sertões maranhenses está intimamente ligada à negação do elemento étnico indígena em função da construção de uma identidade relacionada ao “*boom econômico*” do momento: a pecuária. O próprio gado, conforme se vê claramente, é o impulsionador da dinâmica da conquista do território, ele fez fixar os “invasores” nas campinas sul maranhenses, nas suas pródigas e intermitentes ribeiras. É, pois, a partir dos registros de Paula Ribeiro que esse espaço geográfico, já de muito tempo povoado pelas populações nativas, começa a existir historicamente, oficialmente na verdade.

O próprio cognome usado por ele para representar os imensos sertões meridionais da capitania é carregado desse simbolismo: “Pastos Bons”, o que está em conformidade com a dinâmica de ocupação econômica e social que se fará imprimir à realidade da região, a partir da imposição dos currais, das roças e das primeiras casas de pindoba pelos colonos.

O clima, o solo, as potencialidades naturais e minerais são apresentadas na obra de Paula Ribeiro em tom de ineditismo e descoberta. As abundantes espécies de árvores e arbustos com propriedades terapêuticas, milenarmente conhecidas dos nativos, são colhidas para legitimar sua eficácia por botânicos e químicos europeus. Passam, assim, todos esses aspectos naturais e geográficos, em função da nova dinâmica do (re)povoamento a serem revisitados e ressignificados pelo colonizador, distanciando-se de um caráter paradisíaco e aproximando-se do econômico.

O criador de gado, os vaqueiros e os outros produtores como lavradores e artesãos passam, neste contexto, a representar a gene social e cultural do sertão. O elemento nativo passa a função de “empecilho natural” ao desenvolvimento que se fazia concreto e inevitável. O gado fez fixar o (re) povoamento, assim como o vaqueiro aquele que, no trato direto com as crias, a desbravar os perigos das matas, é revertido de uma carga cultural e simbólica.

Conforme conceitua Bourdieu (2005, p.14) o simbólico é um “poder de constituir o dado pela anunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos”.

As representações simbólicas, não nos restam dúvidas, são alimentadas ou retroalimentadas pelas relações de poder que perpassam as constituições das sociedades. O poder de oficializar a história e a memória de um grupo, muitas vezes cabido a algumas restritas instituições, compõe esse jogo de forças onde a versão do mais forte é tomada de uma geração a outras como a “verdade” permanente ou duradoura dos fatos.

No caso específico, Francisco de Paula Ribeiro já em si carrega “capital simbólico oficial”, aqui empregado de acordo com o que conceitua Bourdieu (2005, p.107) como sendo “uma propriedade qualquer, percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que elas podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”.

Seu reconhecimento de militar graduado, sua perícia e a própria investidura oficial que lhe dera a Coroa para realizar a leitura e o registro dos sertões configuraram às suas memórias um caráter quase que incontestável. Há de se considerar que, dependendo de quem as impetram, algumas ideias têm o poder de se perpetuar por incontáveis gerações, exercendo forte influência sobre diversas formas de pensamento e práticas sociais e culturais. São, portanto, construções de poder de um segmento social em detrimento de outros.

A memória do Arraial do Príncipe Regente pode estar associada a essa realidade de manipulação do “capital simbólico”. Para muitos que sobre ele escreveram foi simplesmente um projeto que não vingou. Mas o que estaria de fato relacionado ao seu fracasso? Tendo-se em vista as querelas entre potentados de Caxias e autoridades capitais sobre a sua permanência como o mais importante entreposto comercial do sertão do Alto Itapecuru, e a própria política partidária impetrada contra seu idealizador o governador e capitão-general Francisco de Melo Manuel da Câmara, somente conjecturas são levantadas, conforme se lerá no capítulo seguinte.

Passemos agora a uma leitura dos registros de Paula Ribeiro em sua “Descrição do território de Pastos Bons”. Convém recordar que sua composição situa-se no período imediatamente posterior à extinção da povoação mais importante para garantia do projeto lusitano de enquadrar os sertões à dinâmica do litoral, o Arraial do Príncipe Regente, fundado por ele próprio em 1807.

## **2 O Arraial do Príncipe Regente: processos de constituição, confrontos e cristalização de memórias**

Conforme se tem acompanhado no decurso do presente estudo, o território da capitania do Maranhão entre o final do século XVIII e principiar do século XIX compreendia peculiaridades espaciais, sociais e econômicas bem distintas. Tal realidade acentuava consideráveis disparidades entre as classes sociais que habitavam o litoral, onde predominava a lavoura de exportação e o comércio de manufaturados em torno da zona portuária da cidade de São Luís e zonas adjacentes; e aquelas que viviam no sertão, regionalizado na porção centro-sul da capitania, altos sertões dos Pastos Bons, onde a criação e o comércio de gados projetaram um contexto social característico, estruturado em torno da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência.

Em função, sobretudo, das dificuldades de comunicação vivia o sertão em certo isolamento com relação ao litoral, razão pela qual seu contato comercial se dava mais com as capitanias do Piauí, Goiás, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Tal realidade desde muito incomodava as autoridades capitais maranhenses, notadamente pelas perdas comerciais que se davam em função das relações que se processavam entre o sertão e referidas capitanias.

Principalmente, ensejavam tais autoridades que o comércio de gados, carnes, couros e outros gêneros que estava sendo operacionalizado entre o sertão de Pastos Bons, pelo navegável rio Paraíba, com São João da Parnaíba (hoje cidade de Parnaíba), antiga e estratégica vila portuária piauiense, fosse direcionado para a capital do Maranhão, via navegação fluvial do Itapecuru.

Sobre isso registrou Paula Ribeiro, em 1819, em sua “Descrição do Território de Pastos Bons...”; ao descrever a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, e ressalta: “Até hoje a principal navegação de Pastos Bons se faz por ele (rio Parnaíba) em balsas ou jangadas de buriti, exportando seus moradores para a vila de São João da Parnaíba os insignificantes gêneros que podem transportar, ou em que podem traficar” (RIBEIRO, 2002, p.129).

Naquele principiar de século XIX, atendendo às determinações da Carta Régia datada de 12 de maio de 1798, consciencioso da necessidade de medidas emergenciais, dom Francisco de Melo Manuel da Câmara, Tenente-coronel de Cavalaria e Comendador da Ordem de Cristo, governador e capitão-general da capitania do

Maranhão (1806-1809), ordenou a promoção da navegação do rio Itapecuru, assim como a fundação do Arraial do Príncipe Regente, como um núcleo militar de apoio ao avanço da frente de colonização pelo que

tentou judiciosamente pelas suas ordens de 17 de novembro de 1806, 19 de março e 29 de novembro de 1807, 11 e 24 de março de 1808, restabelecer em parte as perdidas vantagens desta ribeira [do Alto Itapecuru] promovendo a navegação de todo o rio Itapicuru com a fundação do arraial do Príncipe Regente que mandou restabelecer no último ponto navegável de maiores barcas, que é na confluência do Alpercatas;[...] (RIBEIRO, 2002,§44,p.126).

O projeto do governador Câmara intentava, portanto, promover a navegação, incrementar as atividades comerciais e a integração das distintas regiões, nesse contexto, facilitadas exclusivamente a partir da contenção das populações indígenas que “entravavam” o (re) povoamento do interior da dita ribeira, contrariando a expansão da mais importante atividade econômica na época para a região de Pastos Bons, a pecuária, assim como indispensável diante da demanda do abastecimento de carne, serviço do qual o próprio governador era “sócio ostensivo de José da Costa e Oliveira, arrendatário do abastecimento de carne” (MEIRELES, 1980, p.206).

Seu projeto arrojado ensejava um possível enquadramento econômico da região ainda “pouco povoada” com o litoral, assim como uma tentativa oficial de incentivar tais atividades produtivas em benefício da Real Fazenda. Não é demasiado enfatizar que tais atividades, sobretudo a pecuária e a agricultura, desde o século XVIII, já processavam certa movimentação econômica e contribuía com o (re)povoamento na região, por meio de iniciativas particulares cujos focos irradiadores foram outras províncias, sem, contudo, se ter muito sucesso em “pacificar” as comunidades nativas que habitavam as mais importantes ribeiras.

O espaço físico da ribeira do Alto Itapecuru, disso parece não haver dúvidas, é o mesmo alvo de muitas disputas, desde o século XVIII. Área estratégica, sobretudo por situar-se entre duas grandes bacias hidrográficas, do Itapecuru e do Parnaíba, que além de muito férteis, bem drenadas por rios e riachos, eram reconhecidas por Paula Ribeiro como próprias não somente para a criação de gados como para a lavoura “de raiz” e de exportação, constituindo-se na mais potencialmente rica porção do território sul maranhense.

Era manifesta em suas ações a entusiástica missão de promover o desenvolvimento econômico de Pastos Bons. Segundo ele, “o que com efeito ia a

conseguir-se com passos agigantados, porque não só algumas daquelas referidas fazendas de gado principiavam a recuperar-se, e a subir também da vila de Caxias algumas feitorias de lavoura,[...]” (RIBEIRO, 2002,§44,p.126) alojando-se elas no espaço “deserto” entre o Arraial e a vila de Caxias, estabelecendo a comunicação por estradas a serem abertas entre as fazendas, e avançando o povoamento das margens dos rios para o interior do território, onde se faziam potentes muitas comunidades nativas.

Paula Ribeiro em seu relato atesta que a navegação se fez concreta, sendo realizadas muitas viagens, “porque frequentada a total navegação do mesmo rio, que logo sucedeu, chegou até a haver comércio desta capital para aquele referido arraial (do Príncipe Regente)” (RIBEIRO, 2002, §44, p.126).

Também é sabido que foi a “descoberta” do rio Tocantins e a conseqüente necessidade de garantir sua pertença legal no lado maranhense, que suscitou o incremento da navegação pelos rios maranhenses em seu alto curso. Registre-se, a propósito, a viagem de outro militar-explorador<sup>5</sup> em cumprimento das ordens do dito governador Francisco de Melo Manuel da Câmara, em atendimento primeiro às determinações das cartas régias de 12 de maio de 1798, as quais ainda não haviam por governante algum sido atendidas (BERFORD, 2008, p.9).

O referido militar foi Sebastião Gomes da Silva Berford, assim como Francisco de Paula Ribeiro, realizou audaciosa viagem da cidade do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro, produzindo, a partir de suas observações, um roteiro circunstancial do Maranhão interior, percorrendo os sertões naquele ano de 1809, período imediatamente posterior à fundação do Arraial do Príncipe Regente.

Apresentarei as observações acerca de um dos dois documentos compilados por Sebastião Berford em seu “Roteiro e Mappa da Viagem da Cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro”, publicado pela Imprensa Régia em 1810, nos quais trata das motivações e objetivos de sua viagem, dentre os quais dar uma ideia clara da situação do arraial fundado, em 1807, por Francisco de Paula Ribeiro.

Trata-se do “Ofício de informações e participação do resultado da viagem ao conselheiro de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra”, Sr. Conde de Linhares, enviado por Sebastião Berford. No *caput* do ofício já deixa evidente sua demanda militar.

---

<sup>5</sup> Aqui se emprega o termo “explorador” segundo o conceito defendido por Bourguet “É o emissário, o observador, por vezes, o informador” (In: VOLVELLE, 1997, p.210).

[...] Governando a Capitania e Estado do Maranhão em setembro do ano próximo passado D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, [...] me fez saber o quanto convinha ao Real Serviço que eu viesse pessoalmente a esta Corte do Rio de Janeiro [...] em cumprimento das cartas régias de 12 de março de 1798, [...], daria uma exata e fiel informação dos seguintes objetos: **1º) do Arraial do Príncipe Regente no Julgado de Pastos Bons;** 2º) da navegação do rio Itapecuru para ele; 3º) das diferentes estradas que por terra vão ao dito Arraial, e dele seguem até o rio Tocantins; e 4º) finalmente, da descoberta do mencionado Tocantins naquela capitania, [...] (BERFORD, 2008, p.27) (g.n.).

Ao se referir estritamente ao Arraial, primeiro ponto a ser por ele investigado, afirma que logo se ocupou da observação do espaço e a se informar com pessoas conhecedoras “sobre tudo quanto poderia com proveito merecer a menor atenção real e pública no dito Arraial” (BERFORD, 2008, p.27). Deste modo, narra sobre sua fundação, com informes que acrescentam em muito aos deixados por Paula Ribeiro em seu roteiro:

E achei que ele fora fundado por ordem do governador e capitão-general que me enviou, em 24 de junho de 1807, pelo tenente do Regimento de Linha do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro, com 50 soldados do dito Regimento, cujo número depois se aumentou com mais 10; que então se achava habitado por 215 almas, todo arruado com casas, quartel e capela; [...] (BERFORD, 2008, p.28-29).

Sobre sua instituição e importância estratégica para o povoamento e “segurança” dos estabelecimentos no sertão, é enfático, Sebastião Berford, no trecho seguinte:

[...] achei mais que com sua criação tinha o Julgado de Pastos Bons, aliás sito no interior dos sertões da capitania, obtido um porto navegável para a sua importação e exportação, do que resulta que os habitantes pudessem importar e exportar para ali os seus gêneros por um caminho de dezoito léguas, quando dantes o faziam por outro de cinquenta e duas e meia até Aldeias Altas; [...] (BERFORD, 2008, p. 29).

Acrescenta o narrador um dado preciso sobre a relevância do Arraial no estabelecimento e restabelecimento das fazendas de gados, bem como para o repovoamento do território então considerado “deserto”, no interior da ribeira do Alto Itapecuru, afirmando que “[...] mais observei a restauração de várias fazendas de gados que, desamparadas pelas crueldades que nelas e seus possuidores fazia o gentio timbira da mata, então deviam a sua nova ereção ao Arraial, por ocasião do qual até se achavam estabelecendo outras fazendas [...]” (BERFORD, 2008, p.29).

Berford segue descrevendo as benesses advindas com a implantação do Arraial, notadamente a possibilidade de “proteger” os estabelecimentos agropecuários dos constantes ataques das comunidades indígenas, demonstrando que sua criação fez avançar o (re)povoamento umas cinquenta léguas rio Itapecuru acima, atingindo muito além do dito Arraial. Tratando disso, demonstra claramente o caráter expansivo do projeto.

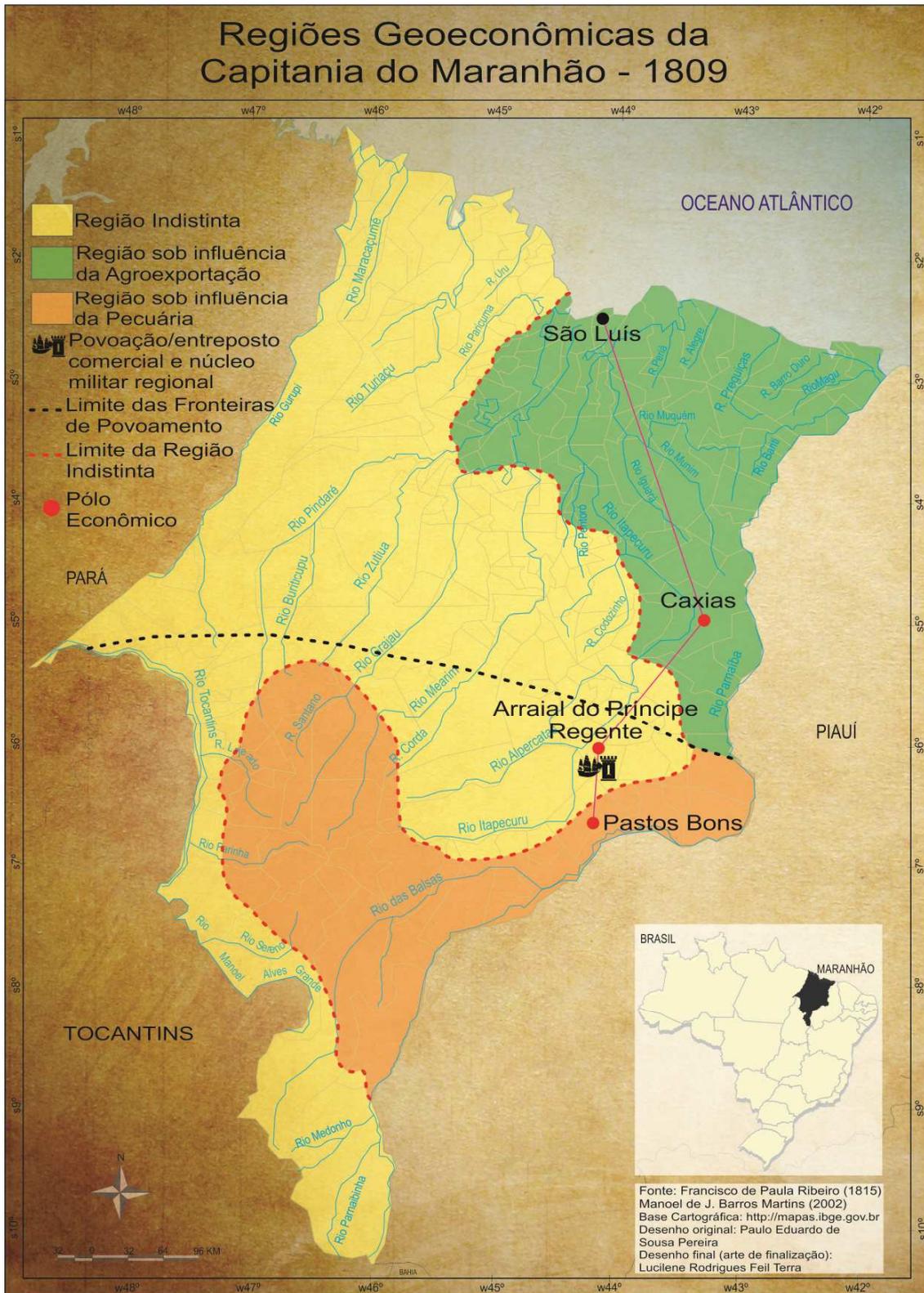
Segundo o que ele vivenciou naquela sua expedição de 1809, a criação e manutenção do Arraial do Príncipe Regente não interessava apenas aos habitantes próximos a ele, como também aos vizinhos povoadores de outras ribeiras como a do rio Tocantins, tendo-se em vista que no Arraial era onde se assentava o quartel militar, poder das armas de “El Rei” nos altos sertões da capitania. Nesse sentido, representava ponto de resistência aos avanços das populações indígenas, funcionando como um núcleo e observatório militar de onde partiam diversas expedições contra o “gentio”, em todos os seus contornos territoriais.

Uma observação atenta do “*Mappa Geographico da Capitania do Maranhão*”, concluído por Francisco de Paula Ribeiro em 1819, permite identificar a abrangência da área do projeto do Arraial. Paula Ribeiro, muito habilmente, delimitou em cores os espaços já em processo de povoamento daqueles ainda a serem devassados. A localização do Arraial do Príncipe se dava em uma área estratégica no imenso “vazio”, constituindo um território que avançava de norte a sul, do leste ao oeste a partir do dito Arraial, entre o norte, da agroexportação e o sul, já em avançado processo de povoamento por incentivo da pecuária.

Isto é ele mesmo quem anota na base de sua carta geográfica: “*Note-se bem 1º - Os espaços que no âmbito de toda a Capitania não vão demonstrados em alegro, são até hoje incultos e despovoados, em razão das numerosas Povoações Bárbaras, e indomésticas, que nelles se observão estabelecidas*” (RIBEIRO, 1819).

Considerando tais informações me propus a um exercício de observação do mapa original de Francisco de Paula Ribeiro (produzido entre 1807 e 1819), com vistas a elaborar um mapa temático que representasse o ponto nodal da tese: o encontro das fronteiras econômicas e de povoamento distintas que se movimentavam no espaço da capitania e que tiveram o Arraial do Príncipe Regente, situada na região indistinta, como ponto de conexão, contribuindo para a efetivação da conquista dos altos sertões. Observe com atenção o Mapa 05: Regiões Geoeconômicas da Capitania do Maranhão – 1809 (p.51).

**Mapa 05: Regiões Geoeconômicas da Capitania do Maranhão - 1809**



Ratificando o alcance do projeto, ao se referir aos “estragos” causados pelas “Povoações Bárbaras” aos colonos, Berford descreveu um caso de que fora informado sobre um ataque onde morreram vários escravos das fazendas São Zacarias e Castanhas, reflete: “Ultimamente a esse respeito devo dizer a Vossa Excelência que me parece que **a conservação desse arraial** virá a ser muito favorável e útil ao aumento da nova vila de São João das Duas Barras, a qual por certo não distará dele muitas léguas por uma estrada regular” (BERFORD, 2008, p.33).

A opinião de Berford nos intriga a princípio, haja vista encontrar-se a referida povoação de São João das Duas Barras bem distante do Alto Itapecuru. Uma análise do “*Mappa Geográfico da Capitania do Maranhão*” (1819), vemos que ele registra a referida localidade, sita à confluência dos rios Araguaia e Tocantins, com o nome de Presídio de São João das Duas Barras, onde se fez edificar um fortim para a defesa do território contra os ataques dos indígenas, o qual àquela época encontrava-se fragilizado e ineficiente (RIBEIRO,2002,p.51).

Levando-se em conta a leitura do Mapa de Paula Ribeiro, Sebastião Berford estava correto, pois a referida área das margens do Tocantins estava inserida na zona pelos desbravadores considerada “inculta e despovoada” que, como as demais, era alvo do projeto integrador oficial, por meio do Arraial do Príncipe.

Convém recordar que, na visão do agente colonizador, o indígena representava um obstáculo ao avanço dessa “fronteira da integração”. De legítimo possuidor das terras e águas, passa a figurar como “invasor” e “entrave” à efetivação da conquista então representado pela presença das fazendas de gados, pelas vias de comunicação que se necessitavam empreender.

Nesse sentido, diante das informações bem precisas de Berford, constata-se que através deste Arraial promovia-se efetivamente o apresamento e a escravização do indígena, a despeito da “política indigenista” da coroa portuguesa, expressa na Carta de 12 de maio de 1798, a qual proibia a escravização e o extermínio dos nativos, conclamando a agregá-los à “civilização”.

A impressão que nos traz os primeiros informes é de que a fundação do Arraial é unicamente uma iniciativa e financiamento oficial da Coroa. Mas uma visão diferente oferece Berford num outro trecho de seu ofício, afirmando que até aquele ano de 1809 não teve a Real Fazenda empregado recurso algum na sua criação e manutenção, mesmo sendo que

por ocasião dele, percebia vantajosos interesses, ou fosse com a venda de pólvora e sal, que ali se extrai por conta da Real Fazenda, ou fosse pelo aumento de dízimos das novas fazendas de gado e das restauradas, e ainda das de lavouras de arroz e algodão estabelecidas na barra do rio Corrente e paragem denominada Castanhas (BERFORD, 2008, p.30).

E avalia em tom peremptório:

[...] ou fosse finalmente pela expulsão dos bárbaros de um vasto e rico terreno, feito transitável quer por terra, quer pelo decantado e interessante rio Itapecuru, na forma que constará a Vossa Excelência do roteiro ou itinerário: [...] **o que tudo decide dos consideráveis interesses que para o futuro deve esperar o julgado de Pastos Bons pela criação e conservação desse arraial** (BERFORD, 2008, p.31) (Grifo nosso).

É imperativo observar que há várias formas de investimento na região, um exemplo é a presença desses militares, enviados e custeados pela coroa portuguesa. Também observar como Sebastião Berford é bem enfático em relação a importância do Arraial para o repovoamento dos altos sertões do Maranhão, assim como crucial para seu enquadramento político-econômico ao litoral. Sua insistência nisto vem corroborar a nossa tese de que foi esse empreendimento, apesar de sua vida funcional efêmera, muito relevante para a dinamização do devassamento do território de Pastos Bons e a consequente conquista sobre os nativos (BERFORD, 2008, p.29-30).

Reconhecendo a singularidade do Arraial nesse processo, lamenta insistentemente em seu Ofício endereçado às autoridades portuguesas que a Real Fazenda não tenha ainda despendido recursos no sentido de fortalecê-lo, pelo que ia prosperando muito lentamente sem a real ajuda, mesmo sendo ele

**porto de um sertão** que se achava ocupado quase todo pelo gentio, e que sem encarecimento pela falta de meios, quais lhe assegura e promete o arraial, se torna habitação de miseráveis em quantidade, e de poucos ditosos e opulentos, muito principalmente **havendo sido o general [Francisco de Melo Manuel da Câmara] tão escrupuloso na criação do arraial, desejando unicamente realizá-la, como realizou, sem dispêndio algum da Real Fazenda,** [...] (RIBEIRO, 2008, p.32).

Claramente responsabiliza o seu idealizador, o governador Câmara, que tendo encetado o “grandioso projeto”, não captara recursos para sua implementação e manutenção, conforme se vê pelo relato do coronel Berford. Percebe-se que dois anos após a sua fundação, a despeito das benesses por ele geradas ao real serviço e a toda a zona dos altos sertões maranhenses, o Estado português nele não investiu recursos mais

densos, ocasionando a falta de meios para o seu avanço e incremento. Berford não somente identifica tão emergencial problema como aponta as medidas a serem tomadas, indicando, dentre outras, a mudança da freguesia de São Bento dos Pastos Bons, no interior da região, para o Arraial do Príncipe ribeirinho:

Á vista do que é de primeira necessidade que Vossa Excelência, para sua conservação e aumento, se digne providenciar além do mais que parecer a Vossa Excelência, os três seguintes artigos, como essencialíssimos: **1º) a mudança da matriz e freguesia para o arraial, onde também deve ser a efetiva assistência do juiz, escrivães e tabeliães do julgado; 2º) obrigar os que obtiverem ali sesmarias, que as cultivem instantaneamente; e 3º) finalmente que se aumente por alguns anos o destacamento, a fim de que diariamente se expeça escoltas contra o gentio, único modo de extingui-los, pois do contrário, [...] suscitarão frequentes discórdias, terrorizando dia e noite os moradores, receosos de tais inimigos, certamente ímpios e cruéis, e porquanto posto que eu seja o mesmo que assevere a Vossa Excelência que com a criação do arraial o gentio foi expulso daquele terreno e seus contornos, [...]** (RIBEIRO, 2008, p.32).

A sugestiva mudança da sede eclesiástica e administrativa de São Bento dos Pastos Bons para o Arraial do Príncipe parece estar mesmo associada a sua função estratégica do ponto de vista territorial, no âmbito do projeto integrador via navegação do Itapecuru, haja vista que a antiga sede de Pastos Bons situada no interior do território oferecia problemas de comunicação e acesso.

Além disso, intentava-se pela fundação do Arraial, conforme se lê em Paula Ribeiro, avançar o povoamento para as ribeiras e territórios mais interiores, ainda “despovoados” e pouco aproveitados economicamente. Daí também se pode compreender porque insistentemente Berford em seu Roteiro aponta a necessidade de se obrigar os sesmeiros que receberam terras na região de as fazerem produzir rendimentos pelo cultivo e criação, posto que as terras devolutas suscitassem a atividade dos nativos contra a manutenção das outras fazendas que lá existiam ou que se pretendia estabelecer em áreas contíguas. E, nesse sentido, o destacamento e as expedições militares que partiam do Arraial eram cruciais para a efetivação da conquista.

No que pese seu estratégico posicionamento geográfico, Sebastião Berford cita as estradas que foram criadas a partir do Arraial, a primeira que segue dele em direção à matriz de Pastos Bons, passando pelas fazendas das Melancias, Buritizinho, Olhos d`Água, Santa Ana, Macaúba e outras; a segunda que se dirige dele à estrada real de Caxias, passando pela fazenda Inhuma, esta inclusive uma das mais antigas fazendas do Alto Itapecuru, sita nas proximidades dos riachos Balseiros e Corrente; e a terceira

que “do arraial se encaminha para os distritos de Olhos d’Água e Brejo, ao qual se separa da Ihuma<sup>6</sup> na fazenda das Cajazeiras; todas elas por campos, muito boas, povoadas até certa altura, e abundantes de belas águas” (BERFORD, 2008, p.34).

Observa-se com clareza como as percepções de Sebastião Berford coadunam com as de Francisco de Paula Ribeiro sobre o sertão de Pastos Bons, notadamente sobre a necessidade da manutenção do Arraial do Príncipe Regente.

## **2.1 O Arraial do Príncipe: principiar da decadência e desdobramentos**

O historiador Raimundo José de Sousa Gaioso, em seu “Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão”, também avalia e reputa a importância do Arraial do Príncipe Regente no contexto dos esforços diversos para conter a crise que perpassava a economia maranhense no final do período colonial. Ao descrever, no segundo tomo da obra, a situação crítica e os entraves da produção agrícola na província, ressalta quão importante é a lavoura para o desenvolvimento econômico de um Estado, sendo a terra a matéria-prima da agricultura “da qual emanam, como todos sabem, as riquezas mais sólidas [...]” (GAIOSO, 2011, p.154).

Na condição de experimentado produtor agrícola, e compartilhando do ideal iluminista de uma economia agrônômica, Gaioso lança mão desse argumento para denunciar o estado de abandono de tão magistral atividade; por ver o lavrador privado, sobretudo, do acesso à terra, ou mesmo obrigado a cultivar “terrenos cansados”, necessitando para isso de benefícios cada vez mais minguados, como um maior número de braços para torná-los produtivos, quase sempre se vendo forçados a recorrerem os lavradores a terrenos

infestados de gentio bravo que é o estado a que se acha reduzido o agricultor, que por esse motivo se tem abarbadado com ele, com tão eminente risco de suas vidas e propriedades, que muitas das primeiras têm sido sacrificadas ao seu natural furor, ficando por esta causa os lavradores faltos de terra para constituírem suas lavouras (GAIOSO, 2011, p.154).

Esclarece e acrescenta informações ao detalhar a situação crítica que atingia, dentre outras áreas, também as ribeiras do

---

<sup>6</sup> A fazenda denominada Inhuma situada no Alto Itapecuru, às margens do riacho de mesmo nome, é uma antiga data de terras nas proximidades dos riachos Balseiros e Corrente. Pertencente a Francisco Pereira Franco, em 1820 estava sob a jurisdição da freguesia de São Miguel de Almeida D’El Rei, e há indícios de que sua função estratégica está associada à fundação oficial do atual território municipal de Passagem Franca e de Buriti Bravo.

rio Itapecuru acima, caminhando para as suas cabeceiras conhecidas, e seus centros laterais, se acham, além do **Arraial das Alpercatas**, a que o mesmo governador D. Francisco de Melo deu o nome de **Arraial do Príncipe Regente**, e que pretendeu povoar, **tanto para o comércio interno do sertão como para a cultura do algodão**, mais outras povoações tão infestadas de gentio, que ou não se puderam cultivar os novos terrenos repartidos ou se têm abandonado os que já se achavam povoados, por não poderem os proprietários sofrer os prejuízos e mortes ocasionados por ele (GAIOSO, 2011, p.155) (Grifos nossos).

Das impressões citadas por Gaioso, percebe-se claramente o contexto, as finalidades e a grande valia do Arraial das Alpercatas, ou do Príncipe Regente, quando de sua criação. Na verdade, a manutenção dessa experiência era crucial para efetivação de outros muitos projetos de aproveitamento das potencialidades do sertão dos Pastos Bons com fins econômicos.

Nesse contexto, a região das ribeiras do Alto Itapecuru indiscutivelmente estratégica, funcionava como ponto de apoio e avanço de empreendimentos associados à dinamização do povoamento, da frente de colonização da pecuária, do intercâmbio e da integração territorial e econômica do sertão, o que se faria por meio da efetivação da navegação pelo rio Itapecuru, interligando os sertões ao “Maranhão do mar”. Convém não se esquecer que, naquele início do século XIX, muitos olhares se voltavam para a ascendente cultura do algodão, que encontraria naquelas plagas condições assaz favoráveis para seu incremento.

Raimundo Gaioso, para além, deixa evidenciado o maior obstáculo a toda esse arcabouço de possibilidades de “desenvolvimento” dos sertões e seu “enquadramento à civilidade”, o que, segundo ele, seria o indígena seu maior entrave, opinião que coaduna com a dos militares e exploradores Francisco de Paula Ribeiro e Sebastião Berford. Por sinal, na segunda parte de seu “Compêndio...”, ao indigitar os “Motivos da decadência dos lavradores em geral”, qualifica o indígena como o “primeiro entrave” ao progresso, “falta de terras por causa do gentio”.

O major Francisco de Paula Ribeiro, nesse mesmo sentido, bem no início de seu “Roteiro da Viagem...”, datado de 1815, ao se referir sobre o itinerário de Caxias rumo aos sertões de Pastos Bons, observa que não o continuou acima de 70 ou 80 léguas até o lugar “onde algum tempo principiavam a estabelecer-se o interessante local que se denominou arraial do Príncipe Regente”, segundo ele por não ter como encontrar no local do arraial os meios de transportar as bagagens da comissão aos povoados centrais, por estar ele deserto (RIBEIRO, 2002,p.30).

Paula Ribeiro ao lastimar a situação na qual o encontrou, justifica a criação, no ano de 1807, do Arraial do Príncipe Regente, nas proximidades do lugar em que o rio Itapecuru com o Alpercatas se encontram, consignando-a “as repetidas invasões que as nações bárbaras (ditas a n.18 e 59 da nota A) faziam nas fazendas de gados estabelecidas na alta ribeira do Itapicuru ou Pastos Bons, e o interessante que também parecia resultar-se de se povoar e navegar o resto do dito rio” (RIBEIRO, 2002, nota E.1, p.75).

Segundo seu juízo crítico, o estabelecimento das fazendas de gado e a navegação dos rios eram prontamente tangíveis, posto que as numerosas populações nativas, a partir da ereção e funcionamento do arraial, não haviam mais atemorizado os fazendeiros e lavradores por aquela porção do território interior, sendo que a navegação, de suma importância ao projeto integrador e à economia da região central com o litoral,

principiou a frequentar-se com utilidade dos moradores do centro, que ali comodamente se forneciam dos gêneros que por terra até então conduziam a Caxias: ao mesmo tempo que também aquelas fazendas, que já notamos destruídas, davam passos para se restabelecer, como com efeito ainda se restabeleceram algumas (RIBEIRO, 2002, nota E.1, p.76).

Convém ressaltar que o périplo que se fazia por terra do julgado de Pastos Bons até Aldeias Altas (Caxias) era por longas cinquenta e três léguas e meia, enquanto que pelo rio Itapecuru se fazia por um caminho bem mais curto e mais facilitado de dezoito léguas, podendo os produtores realizarem suas transações econômicas, antes operacionalizadas exclusivamente com Caxias, e a partir de então no próprio Arraial, seguindo dali para São Luís (MARQUES, 2008, p.145).

Considera ainda o major Paula Ribeiro a importância da criação do dito arraial no que diz respeito à introdução da mão-de-obra africana nos altos sertões, notadamente na região centro leste, em função da carência de braços para a lavoura de subsistência e de exportação. Sua preocupação com relação à mão-de-obra, sem dúvidas está em consonância com o projeto português de não-escravização dos nativos, procurando “civilizá-los” e “integrá-los” à dinâmica de colonização como “súditos” da coroa.

Essa necessidade de introdução da mão-de-obra escravizada africana é mesmo incentivada pela própria “*Carta Régia de 12 de maio de 1798 sobre a civilização dos índios*”. A dita carta se ocupa exclusivamente dos nativos, os quais, segundo determinação da coroa, deveriam ser incorporados ao “projeto integrador”

constituindo-se numa mão-de-obra “natural” do sertão. Considere-se ainda que a expansão da lavoura de exportação pelos vales do Alto Mearim e Alto Itapecuru, nos sertões de Pastos Bons, no principiar do século XIX, forçou a inserção maciça desse contingente escravizado africano, que foi se tornando cada vez maior, sobretudo em função da lucratividade advinda do cultivo do algodão.

Atento a isso, Ribeiro afirma que “As feitorias de escravatura principiavam a subir dos distritos de Caxias, e a formar-se ao meio deserto do rio nas suas margens de leste, chamadas Castanhas e Barra do Corrente” (fazendas pertencentes à circunscrição territorial do arraial), sendo que seus proprietários Zacarias Fernandes, Francisco Fernandes e outros deram abertura a “uma estrada beira-rio”, “que se encaminhava da referida Caxias àquele novo arraial, e que chegou ainda às novas feitorias” (RIBEIRO, 2002, nota E.2, p.76).

No que tange à população do Arraial do Príncipe Regente, diz ele ser de duzentas e quinze “almas” distribuídas por um total de cinquenta moradias, segundo ele “que já com 50 fogos”, considera “*sofrível para um estabelecimento a bem dizer particular, porque para o organizar não entraram fundos públicos, nem da Real Fazenda, estava situada 16 léguas ao noroeste do lugar capital de Pastos Bons*”, e que a despeito de sua pouca duração foi por demais útil ao desenvolvimento econômico do distrito de Pastos Bons; “*e assim aos sertões de Balsas, aos dos rios Parnaíba e Neves do mesmo distrito, ainda aos sertões da capitania de Piauí, pelo barato preço porque naquele lugar compravam o sal e mais gêneros vindos por água da cidade do Maranhão*” (RIBEIRO, 2002, nota E.3, p.76).

Ajuíza Ribeiro claramente todas as vantagens inerentes à manutenção da navegação estabelecida a partir do porto do Arraial pelo qual se havia notavelmente modificado o custo e o barateamento da aquisição de sal, pólvora e demais gêneros por parte dos agricultores e fazendeiros que demandavam tão essenciais artigos. Considerando uma “razoável” movimentação da navegação que se dava diretamente com a capital, de onde provinham tão indispensáveis gêneros, não restam dúvidas de sua importância no contexto do projeto integrador, bem como ao incremento e intercâmbio comercial da região, percebida como um rico e variado potencial a ser explorado e vertido em lucros.

Possuidor de um senso visionário, Paula Ribeiro enxerga as potencialidades da região para a cotonicultura, produto em alta nos mercados europeus, e cujo solo e relevo da região favoreciam amplamente. E afiança que os povos sertanejos só não o

cultivavam fartamente por lhes faltarem os meios de exportar a produção seguramente, pois

se dispuseram a agriculturá-los, convidados por aquela comodidade; e de uma semelhante vantagem se deviam esperar aquelas de que resultam nos países bem administrados os interesses dos seus próprios monarcas e os do bem público, pelo aumento das rendas dos Estados e da propriedade dos povos (RIBEIRO, 2002, nota E.4, p.76).

De fato, percebia o que pouco tempo depois se tornaria concreto, pois a região do Alto Itapecuru tornar-se-ia, ainda na primeira metade do século XIX, um importante polo produtor e escoadouro do algodão de toda a região de Pastos Bons, via o porto do extinto Arraial do Príncipe, conforme se verá no terceiro capítulo.

Ao retomar sua narrativa, Paula Ribeiro aponta, mesmo sem detalhes outros, outra causa relacionada ao malogro do arraial. Assim, em sua nota E (5), afirma:

Mas como, porém, a este débil estabelecimento, que apenas nascia, lhes faltassem tão cedo (**por ocasião daquela certa intriga que nesta capitania tomou fogo desde o ano de 1809**) as providências de uma administração em forma, que o animasse e aumentasse, ou que ao menos o conservasse, ele se foi evaporando ao ponto que **nada custou a dar-se-lhe o último golpe, que a mesma intriga lhe premeditava de muito tempo, motivo pelo que ali já não há mais povoadores;** (RIBEIRO, 2008, p.76).

Em verdade, Paula Ribeiro expressou-se com certa brandura em relação ao ano de 1809, marcante na história do Maranhão pelas ações de seu governador e capitão-general D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, o Cabrinha, considerado por muitos historiadores<sup>7</sup> e cronistas como o mais cruel e inescrupuloso governante maranhense do século XIX.

Em virtude de ter sido pelas ordens desse governador que o Arraial do Príncipe Regente foi estabelecido (1807), pela ação e empenho do próprio major Francisco de Paula Ribeiro, entendo ser necessário esboçar, brevemente, o que se deu no cenário político-administrativo maranhense naquele período, ensejando situar o declínio do projeto do Arraial e da navegação do rio Itapecuru no contexto da **“ocasião daquela certa intriga que nesta capitania tomou fogo desde o ano de 1809”**, citada por Ribeiro, sem mais detalhes.

Segundo Meireles (1980, p.206) fora nomeado em sucessão a Saldanha da Gama, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, tenente-Coronel de Cavalaria e

---

<sup>7</sup> Dentre eles cito dois que ofereceram informações para a composição da contextualização de sua gestão, César Augusto Marques (1870) e Mário Martins (1980).

Comendador da Ordem de Cristo, e assumiu o cargo a 7/01/1806, sendo que no exercício deste, “portou-se de maneira a passar para a nossa História com um dos mais violentos e arbitrários governantes que o Maranhão tem tido, além de desonesto, sócio ostensivo de José da Costa e Oliveira, arrendatário do abastecimento de carne”.

O pesquisador César Augusto Marques, em seu “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão” (2008, p.557) ao tratar desse governante acrescenta que foi conceituado pelo visconde de Porto Seguro como “o soberbo e insolente D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, alcunhado de O Cabrinha, ao depois conhecido em Portugal como o maior coletor bibliófilo de impressos portugueses antigos”.

Em razão disso, afirma Marques, se constitui muito difícil “escrever-se a vida administrativa deste governador, porque quando daqui se retirou levou toda a correspondência oficial”<sup>8</sup> (MARQUES, 2008, p.557). As raras informações ao seu respeito são oriundas dos autos da sindicância contra ele aberta pelo desembargador Chanceler da Relação Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, em atendimento à Carta Régia de 15 de janeiro de 1813. Os volumes resultantes dessa sindicância deram matéria-prima para a elaboração da “Sinopse Histórica” de sua gestão, de autoria de João da Mata de Moraes Rêgo, preliminarmente publicado no jornal Publicador (Maranhense) nº229 de 1867.

Baseando-se nessa “Sinopse Histórica”, César Marques escreveu seu verbete, por sinal bem substancioso a respeito do governador e capitão-general Francisco de Melo Manuel da Câmara, afirmando que logo que tomou assento no governo tratou de detratar e caluniar o seu antecessor D. Antônio Saldanha da Gama, por sinal muito bem referenciado por Marques pelos “bons serviços prestados ao povo maranhense”.

O governo de Melo da Câmara é por Marques enfatizado como gestor calcado na disseminação de intrigas e segregações entre as autoridades de diversos poderes. Soberbo, ao saber da invasão de Portugal pelas tropas de Junot, em 18 de novembro de 1807, e a vinda da família real ao Brasil teria dito diversas vezes que “se estivesse em Lisboa nada sofreria dos invasores, porque seu sogro, o gen. João Forbes,

---

<sup>8</sup> A informação de Marques foi por mim confirmada durante o período de pesquisa no Arquivo Público do Estado do Maranhão onde não se pode encontrar documento algum sobre o período de sua gestão administrativa (1806-1809).

era amigo de Junot, e, portanto este, longe de persegui-lo, talvez até o fizesse muito feliz, engrossando mais os seus bens” (MARQUES, 2008, p.557).

Revelando-se simpatizante da causa francesa, tratou de desarmar as fortalezas da Ilha de São Luís contrariando o aviso enviado por D. Fernando José de Portugal, datado de 04 de fevereiro de 1808, em nome do Príncipe Regente, diretamente da capitania da Bahia, pela qual se recomendava “pôr-se em estado de repelir qualquer ataque hostil, e de se acautelar para evitar alguma surpresa dos franceses, espanhóis e holandeses, três nações que podem inquietar os navios portugueses” (MARQUES, 2008, p.558).

Tal atitude descrita sobre esse governador somente confirma as murmurações sobre sua simpatia à França e sua infidelidade à coroa portuguesa. Sobre isso se posicionou o mesmo Marques:

Não tendo amor à Pátria, mormente vendo-a tão ultrajada, não possuindo dignidade para com seu procedimento respeitar a elevada posição que aqui ocupava, julgava-se contudo superior a todas as leis, e como déspota as desprezava à sua vontade, dizendo que seu poder era ilimitado, e que pelos seus atos só responderia perante a Corte, e com tais ideias ameaçava a todos com prisões, ferros e extermínios (MARQUES, 2008, p.558).

Não se pode aqui mensurar as ingerências e desinteligências narradas a respeito de seu triênio governamental. Seus constantes atos de abuso de autoridade, como por exemplo o de obrigar os cidadãos a descobrirem a cabeça diante do Paço do Governo, sob ameaças de guardas armados; os perjúrios e levianos testemunhos forjados contra seus desafetos políticos e pessoais, são claros exemplos de sua abusiva conduta na condução da coisa pública. Tudo isso pôde e deve ter pesado, após sua saída do governo e do Maranhão, para o fim de qualquer projeto que de si tivesse partido, a exemplo do próprio projeto de navegação efetiva do Rio Itapecuru de sua foz ao Príncipe Regente.

Deve-se referenciar, de certo modo, como suas ações recaíram ou interferiram no caráter efêmero do projeto do Arraial do Príncipe Regente, fundado por iniciativa sua. De fato, conforme se verá, tanto Francisco de Paula Ribeiro quanto Sebastião Gomes da Silva Berford, o primeiro fundador de fato do arraial, o segundo quem legitimou sua existência através de seu roteiro, possuíam íntimas ligações com o polêmico governador Câmara.

Principalmente Sebastião Berford, autor do “Roteiro e Mapa da Viagem da Cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro” (1810), esteve unido a ele, servindo em seu governo, participando de suas manobras políticas. Ao bem da verdade, a viagem de Berford foi feita em comissão do “Real Serviço”, cumprindo ordem do governador Câmara.

Seu longo itinerário teve intuito de levar até a corte informações precisas sobre as ações do governador na dinamização da integração dos sertões ao litoral, por meio do reconhecimento e avaliação do Arraial do Príncipe Regente, da navegação do Itapecuru, ligando os sertões à capital, das estradas que se abriram e que precisavam se abrir para efetivação da conquista do território desde o Arraial até o Rio Tocantins, assim como a importante notícia da “descoberta” desse rio e sua legitimação como pertencente ao território maranhense.

Antes, porém, de prestar tão útil serviço, Sebastião Gomes da Silva Berford esteve envolvido integralmente nas ações arbitrárias de Melo da Câmara. Um desses casos foi a deposição do Ouvidor da Real Junta da Fazenda por simples contrariedade dos caprichos do governador. Segundo os relatos de Moraes Rêgo, compilados por Marques, além de ser destituído do cargo arbitrariamente, o Ouvidor fora mandado, a força, para Alcântara, afim de não interferir em suas ordens. Como resultado dessa sua ação, foram

os negócios civis, criminais e econômicos da capital entregues ao vereador mais velho, José Pereira da Silva, e ao procurador do Conselho, **Sebastião Gomes da Silva Berford**, que governaram interinamente os outros dois vereadores, os quais com o mesmo Dom Francisco de Melo fizeram tudo quanto lhes pareceu dando causa a todas estas desordens, que tanto afligiram os povos desta capitania (MARQUES, 2008, p.559).

A Câmara de São Luís naquele ano de 1808 “*era uma corporação não digna do alto lugar que ocupava. Tomava parte de todas as lutas, exercitava contendas, provocava questões e alimentava discórdias*” (MARQUES, 2008, p.559). Segundo Marques, o mais destacado vereador desse cenário era Sebastião Berford “que além de ser seu procurador, era senhor absoluto de todos os mais, dominando uns pelo terror, a outros pelas dependências, visto a amizade íntima que o ligava a D. Francisco de Melo, e finalmente a alguns por falta de inteligência ou excesso de simplicidade” (MARQUES, 2008, p.560).

Apesar de sua reprovável conduta administrativa, Sebastião Berford, juntamente com seus pares, riscados e aspadados nos livros dos Acórdãos da Câmara, “*excluídos da governança da capitania por inábeis para mais servirem de vereadores*” (MARQUES, 2008, p.561), é indicado para chefiar a prodigiosa viagem de sete meses da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro, em 1809, consignando a essa missão sua elevação a patente de coronel adido ao “Regimento de Infantaria das Milícias da Ribeira do Itapecuru”, onde por sinal possuía terras, gado e lavouras.

Não há de se admirar que o próprio governador e capitão-general d. Francisco de Melo Manuel da Câmara, em ofício datado de 28 de setembro de 1809, menos de um mês antes do término de seu mandato, e dirigido a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, assevere veementemente ser Sebastião Gomes da Silva Berford merecedor das benesses militares e de outros cargos públicos pelos seus relevantes serviços, o que lhe fora concedido (BERFORD, 2008, p.8-9).

No “Ofício do governador e capitão-general ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra”, datado de 28 de setembro de 1809, o governador Francisco de Melo Manuel da Câmara ao afiançar que o suplicante Sebastião Berford fazia-se digno da graça que pretende, assim a ele se refere:

À sua honra, zelo, atividade e inteligência, eu devo a satisfação de **ver no tempo de meu governo completas diferentes obras de grande utilidade**; [...]. Ele, como testemunha ocular, **pode dar uma idéia clara do Arraial do Príncipe Regente no Julgado de Pastos Bons**; da navegação para o rio Itapecuru para ele; das diferentes estradas; da descoberta do rio Tocantins, e de outros objetos de grandes consequências, postos por mim em execução na conformidade das duas cartas régias de 12 de março de 1798, e concluídos felizmente sem despesas da Real Fazenda, nem opressão destes vassallos; resultando já do que se tem feito nesse julgado consideráveis vantagens ao Príncipe Nosso Senhor e aos seus povos (BERFORD, 2008,p.24-25).

Da leitura deste trecho do referido ofício, entregue pessoalmente por Berford quando de sua chegada à corte do Rio de Janeiro, em 1809, destaca-se o principal objetivo dessa viagem, oferecer ao governador Francisco de Melo Manuel da Câmara às autoridades portuguesas uma “prestação de contas” de suas realizações diante da governança da Capitania do Maranhão no ínterim de seu triênio governamental, por demais tumultuado e cercado de conflituosas situações. Também é

camuflada, assim como a dele, a conduta corrupta de Sebastião Berford, com o mais manifesto ensejo do astuto d. Francisco de Melo, unindo o útil ao agradável, limpar sua gestão das máculas que a marcaram.

Como de fato pode se perceber, não elenca ou especifica, além do Arraial do Príncipe, da navegação pelo Itapecuru, e da “descoberta” do rio Tocantins, e da referida viagem e roteiro de Berford, outro empreendimento seu. O historiador Mário Martins Meireles, um de seus ferrenhos críticos, afirma sobre ele que

Não obstante, registre-se, por ser justiça, que foi o primeiro dos nossos governantes a promover a navegação do Itapecuru, fundando então o Tenente Francisco de Paula Ribeiro o Arraial do Príncipe Regente, na confluência do Alpercatas, e que de sua ordem, Elias Ferreira Barros, morador em Pastos Bons, abriu, com uma companhia de 40 soldados, uma estrada de Mirador até Porto-Real, em Goiás (MEIRELES, 1980, p.206-208).

Não há como negar, diante de tudo que tem sido aqui apresentado, a importância de tais realizações, notadamente o projeto do Arraial no contexto histórico e econômico daquele final do período colonial, frente à premente necessidade de se enquadrar os “sertões da pecuária” ao “mar da agroexportação”. Em seu ofício, deixa evidente o governador Câmara uma possível causa da descontinuidade do projeto por ele posto em prática logo no início de seu mandato. Afirma que tais empreendimentos foram “*postos por mim em execução na conformidade das duas cartas régias de 12 de março de 1798, e concluídos felizmente sem despesas da Real Fazenda*” (BERFORD, 2008,p.24-25).

Deve-se ponderar que uma das causas apontadas para o caráter transitório do Arraial foi a saída de seu idealizador do governo. Tanto Paula Ribeiro quanto Sebastião Berford atestam tal realidade em seus roteiros, culpando a falta de investimentos por parte do erário real com sua manutenção, assim como o próprio governador por não haver empregado recursos públicos para o prosperar de tão importante projeto. Ele próprio, como se vê, atesta sua incompetência ao não garantir uma dotação orçamentária governamental para prover tão essencial empreendimento.

Afinal, como tão grandioso projeto poder-se-ia sustentar por conta apenas dos dízimos dos ainda incipientes empreendimentos dos criadores, produtores e comerciantes, à margem de subsídios governamentais? E isso afirma Paula Ribeiro, ao descrever o território no segundo tomo de suas memórias, especificamente sobre a efemeridade do projeto “Príncipe Regente” que pela ausência “daquele excelente general” e governador Câmara foram desprezadas suas ações em favor da navegação do

Itapecuru, interligando o Arraial ao litoral, “*sendo como se não fossem tão proveitosas suas diligências*” (RIBEIRO, 2002,§44, p.126).

Segundo ele, tais motivações prevaleceram “*em razão da intriga, que é geralmente sabida por toda a Capitania e talvez até na Corte, opiniões que fizeram destruí-lo só porque era uma criatura*” daquele governador e capitão general e, como consequência, estancou-se de novo a navegação, tornaram a minorar as fazendas de gado e as feitorias. A grande lavoura que avançava em passos largos em direção do centro-sul, e que guarnecidas pelo efetivo militar do arraial, avançando em diferentes direções, e cujo sucesso era certo pela comodidade da mesma navegação, tornou a esmorecer (RIBEIRO, 2002,§44, p.126).

No âmbito do projeto intentado pelo governador, as consequências diante de sua descontinuidade foram desastrosas. As nações indígenas, consideradas como maior entrave ao desenvolvimento da região e que “infestavam” os sertões de dentro majoraram em número e em furor, e tornou a ribeira do Alto Itapecuru a perecer pelos mesmos problemas que motivaram a fundação do Arraial em 1807.

Paula Ribeiro assegura em seu “Roteiro...” que as terríveis consequências que seguiram desde ato de naufragar o projeto idealizado pelo governador Câmara, foram não custar os Timbiras da Mata, tornarem a atacar as novas feitorias, “*fazendo com que elas, vendo-se abandonadas da vizinhança que as sustinha, tornaram-se a retirar-se, levando-se após si todas as de São Zacarias, que já muito antes daquelas eram estabelecidas, ou ainda muitos anos primeiro do que o mesmo arraial*” (RIBEIRO, 2002, p77). E é enfático ao considerar sobre o insucesso do projeto “Arraial do Príncipe Regente”

Extinto ele, como, com efeito, está, são com ele extintas todas as vantagens que tão útil navegação prometia; porque os estabelecimentos das povoações de gado recuaram; estagnou-se outra vez a lavoura do algodão; e o sal, que em razão da mesma navegação já se vendia a 2\$400 réis o alqueire, subiu logo ao preço de 6\$400, e está hoje a 12\$800 ( por tanto o compramos nós nesta viagem); e todos os mais gêneros levantaram como este, e à proporção dos preços que tinham.

Ao lamentar insistentemente a situação de abandono do Arraial afirma como o monarca é mal servido de funcionários nas “*províncias mais distantes de suas vistas, e como é também que o miserável público padece sacrificado aos caprichos e à rivalidade de certos homens, que por infelicidade representam o estado das cousas*” (RIBEIRO, 2002,§44, p.127).

Sebastião Berford também atesta essa situação em seu “Roteiro ...” lamentando o estado pouco favorável, dando uma descrição de como se encontrava o Arraial após a saída do seu governador:

É preciso, porém, que eu diga a Vossa Excelência que nem por isso deixo de conhecer e de assegurar [...] que o arraial não se pode, e menos de deve supor, que seja presentemente uma vila ou lugar notável, ou que pela sua existência possamos já considerar o julgado no gozo da felicidade e ventura que a boa razão e o tempo lhe afiançam; é só sim um arraial, como de cena é tosco por ora, e sem quase arte alguma, **mas com proporções para da sua boa e natural posição inferir-se e sem susto avançar-se a infalível proposição de que ali se dão todos os dados para um resultado muito útil e necessário, quer nos interesses da Real Fazenda, quer aos do público e particulares** (BERFORD, 2008, p.31).

Sebastião Berford finaliza ajuizando a necessidade de se dar racionais atenções ao projeto do Arraial, descrevendo sua abrangência e relevância para a prosperidade econômica da região sertaneja, do Maranhão e da coroa.

Ninguém pode hesitar de que a realização e alcance disto mesmo é um grande bem, e **tal que pela falta dele ainda hoje vemos muitas cidades, vilas e lugares, cuja fundação, sendo antiquíssima, contudo quase nada avançaram do pouco que eram em seus princípios**, o que se prova evidentemente do mesmo julgado de Pastos Bons, que, povoado no lugar da freguesia desde 1744, nem por isso deixa de ser ali tão miserável que apenas conterà em si oito palhoças e o quartel do destacamento (BERFORD, 2008, p.31-32).

De fato, como bem pondera Berford no trecho acima, naquele momento e no contexto bem específico do projeto de navegação e integração econômica do sertão com o mar do Maranhão, não era o mais importante a arte ou solidez das construções existentes no arraial que, embora ainda urbanamente tímido, já dava resultados avantajados para os seus habitantes e as autoridades litorâneas. Sua relevância residia mesmo em seu posicionamento estratégico como porto, entreposto comercial e base militar na região do Alto Itapecuru, nos Pastos Bons, sendo escoadouro da produção e porta de entrada para os manufaturados, pólvora e sal; além de ponta de lança na conquista e dinamização da ocupação econômica dos sertões maranhenses.

### 2.1.1 O Arraial do Príncipe entre a “opulenta” Caxias e a “florescente” Almeida

Em que pese os condicionantes que levaram ao caráter efêmero do projeto tão relevante do Arraial do Príncipe Regente, é nosso tentame, neste capítulo, um

aprofundamento sobre suas reais circunstâncias, tanto de sua concepção quanto de seu declínio.

Compreendo que as últimas circunstâncias, relacionadas ao seu fim, ainda causam certa dúvida, pondo em questão que os constantes ataques dos Timbira da Mata ao Arraial, e a destituição do governador d. Francisco de Melo, idealizador do projeto, não devem ser consideradas como únicas motivações e justificativas. Nesse sentido, voltar-se-á a analisar, mesmo que pouco profundamente, as circunstâncias que de fato finalizaram tal empreendimento.

Ao dissertar sobre o processo de configuração espacial do sertão de Pastos Bons, a partir da visão dos militares comissionados pela Coroa, entre o final do século XVIII e principiar do século XIX, o historiador e estudioso do sertão maranhense Professor Doutor Alan Kardec Gomes Pacheco Filho, em sua Tese de Doutorado, “Varando Mundos: navegação no Vale do rio Grajaú” (2011), traz importante versão para o aniquilamento do projeto do Arraial do Príncipe Regente, ainda no seu nascedouro.

Dentre outras causas, o historiador afirma que a substituição do governador Francisco de Melo Manuel da Câmara assim como as intrigas e estratégias dos políticos de Caxias “queixosos de serem preteridos e comercialmente prejudicados com a criação do Arraial do Príncipe Regente, colocaram em xeque a necessidade de sua existência” (PACHECO FILHO, 2011, p.38).

De fato, pelo desenrolar da administração de d. Francisco de Melo, cercada de celeumas e perseguições políticas, o projeto do Arraial afere claramente os interesses da classe política e econômica de Caxias, àqueles tempos lutando para seu reconhecimento e elevação ao status de vila, já que era considerada o maior empório comercial da Ribeira do Itapecuru, interligando, as diversas dinâmicas que se processavam no território maranhense.

Não é dessa época, no entanto, que o projeto de navegação pelo rio Itapecuru até o local onde se estabeleceu o porto-povoação do Príncipe Regente esteve nos tentames oficiais. Desde o século XVIII, notadamente após a criação do Estado do Maranhão e Piauí, em 1772, no âmbito das reformas pombalinas, o projeto integrador do sertão ao litoral tomou impulso, bem como promoveu a incursão oficial pelo território, no objetivo de delimitar fronteiras, reconhecer os acidentes geográficos importantes e incentivar o povoamento sobre as terras que mais potencialidades econômicas oferecessem.

A recuperação econômica proposta pelo Marquês de Pombal, em seu projeto integrador das diferentes porções do território maranhense, foi posta em prática especialmente por dois governantes, são eles: Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa (1753-1761); e Joaquim de Melo e Póvoas (1761-1775). O primeiro, por sinal, fez inúmeras viagens ao interior, inclusive a Aldeias Altas, atual Caxias, em 1758, sendo que um dos objetivos da viagem “foi promover a articulação da Freguesia de Pastos Bons ao litoral, por meio de incentivos a comercialização do couro. Para isso, procurou promover a navegação do alto Itapecuru, de Aldeias Altas para cima” (CABRAL, 1992, p.88).

Joaquim de Melo e Póvoas em seu governo também se embrenhou pelos sertões, chegando até a Freguesia de Pastos Bons, em 1767, também deixando clara a necessidade de integração da zona criatória sertaneja com o litoral, via navegação pelo Itapecuru. Tal necessidade não chegou a ser solucionada, e a navegação até a ribeira do Alto Itapecuru, só teria impulso no principiar do século XIX, com o governo de Francisco de Melo Manuel da Câmara, criador do Arraial do Príncipe Regente.

A necessidade de tal conexão residia no fato de que a conjuntura econômica internacional favorecia o consumo da grande lavoura do algodão, principalmente, e do arroz, culturas que encontravam na região do Alto Itapecuru condições favoráveis de cultivo, assim como o porto navegável para o escoamento da produção dos lavradores até a Capital.

Socorro Cabral (1992, p.79), ao descrever a prosperidade gerada pelo projeto pombalino, entre o final do século XVIII e início do século XIX, acrescenta que “Na época, consolidou-se a ocupação dos vales dos rios Mearim, Pindaré e, em especial, do Itapecuru, por onde se espalharam as lavouras de algodão”.

Toda a produção de algodão, assim como de arroz, carne e couro, eram comercializadas diretamente com Caxias por uma sôfrega via terrestre de cinquenta e três léguas e meia, sendo que, a partir da criação, em 1807, do Arraial do Príncipe, essa distância foi reduzida a dezoito léguas via porto do arraial, até Aldeias Altas (Caxias), tendo o arraial como entreposto natural entre os “sertões de dentro” e o litoral (MARQUES, 2008, p.145).

Diante da possibilidade de puxar a si todo o comércio do sertão de Pastos Bons, gozando de estratégico posicionamento, cumprindo favoravelmente as demandas dos habitantes do sertão e do litoral o Arraial do Príncipe Regente foi

Responsabilizado pela queda do comércio de Caxias (uma vez que seu porto, localizado na confluência dos rios Itapecuru e Alpercatas,

servia de entreposto entre a Freguesia de Pastos Bons, os ‘sertões de dentro’ e a Capital para a importação e exportação de seus gêneros), a nova administração da província foi gradativamente fomentando a diminuição de sua utilização. Caxias voltou a ser o empório comercial como era antes da criação do Arraial do Príncipe Regente (PACHECO FILHO, 2011, p.39).

Coadunando com a tese de que a finalização do projeto do arraial contribuiu para o reflorescimento econômico e político de Caxias citamos o major Francisco de Paula Ribeiro em seu “Roteiro...” ao descrever Caxias num período imediatamente posterior à sua elevação a vila, assim a ilustra:

É a vila de Caxias uma continuada feira, onde de muito distante os povos dos sertões confinantes trazem a venda os seus efeitos, que constam de algodãos, solas, couros de veado e cabra, tabacos de fumo, gados, escravaturas da Bahia, cavalarias e tropas de machos, a que chamam burredas, levando em troco toda a qualidade de gêneros da Europa. [...], **é nela considerável a concorrência de muita gente e de muito comércio, em comparação da insignificante importância de seu local** (RIBEIRO, 2002, p.75).

Como desbravador dos sertões de Pastos Bons, entusiasta e instituidor do Arraial do Príncipe Regente, Paula Ribeiro reconheceu a “opulência” comercial da recém criada vila de Caxias, mas deixa evidenciada sua insatisfação de que substitua satisfatoriamente o ponto estratégico e racional por ele escolhido como entreposto comercial do sertão, o arraial situado no Alto Itapecuru.

De fato, a via por água era o caminho mais acertado, tanto em tempo quanto em segurança, pois se voltando a utilizar as rudimentares e quase inexistentes estradas de terra, abertas a picadas de foices e enxadas na mata robusta, que logo com as primeiras águas se fechavam novamente, o prejuízo e a ruína de muitos era realidade aparente.

A manutenção do arraial, no que pese sua função estratégica em promover o projeto integrador, era tão compreensível do ponto de vista de seus principiaidores que, alguns, como que antevendo o jogo político e as manobras orquestradas pela elite caxiense sugeriram em seus documentos oficiais que para o Arraial do Príncipe Regente fossem transferidas as repartições públicas, a própria cabeça do Julgado de Pastos Bons, para sua conservação e aumento, assim como “a mudança da matriz e da freguesia para o arraial, onde também deve ser efetiva a assistência do juiz, escrivães e tabeliães do julgado”; (BERFORD, 2008, p.32).

De fato, fora um tentame frustrado querer manter o promissor porto, a capela e o quartel do destacamento militar que com tanto custo ali se estabeleceu, em 1807, quando da criação do arraial. Pelas palavras de uma historiadora caxiense contemporânea que problematizou esse período da história, “Em Caxias, senhores, terras e comércio formavam uma cadeia que subsidiava e dava sustentação às relações políticas e de poder” (PESSOA, 2009, p.35), assim compreende-se a maior dificuldade em se manter o projeto do arraial frente às exigentes manobras e jogos de interesses de uma elite em ascensão e organizada.

Inclusive, num momento em que uma promissora, mas simples povoação como era o Arraial, concebida numa gestão tumultuosa e cercada de desafetos, não possuía meios de lutar com a segunda maior instância comercial da província, erigida em vila e gozando ainda da prerrogativa de ser uma das três únicas comarcas instaladas de São Luís, premiada que foi pelo Alvará de 31 de outubro de 1811.

Apesar de toda a força política da “opulenta Caxias” ela não se constituía no único entrave para a manutenção do Arraial do Príncipe Regente. Com o mesmo sentido em que fora fundado o referido arraial, nascia e florescia outra povoação, mesmo que ainda tímida, com o intento de servir de porto, também na calha direita do rio Itapecuru, poucas léguas abaixo do local do arraial, onde se fazia potente o peso das comunidades nativas.

Por muito tempo a tradição oral recorrente em Colinas, cidade sita no local do antigo porto e Arraial do Príncipe Regente, deu conta de que a povoação de Almeida Del rei (até atualmente pertencente ao território deste município) foi fundada bem antes que o município de Colinas. De fato, grande parcela da comunidade colinense não tem conhecimento de que o Arraial do Príncipe Regente foi o primeiro núcleo de povoamento oficial do Alto Itapecuru, e situou-se onde a cartografia atual indica a cidade de Colinas.

Em verdade, tanto o porto e núcleo oficial do Arraial do Príncipe Regente (1807), quanto a fazenda Picos (com Carta de Sesmaria concedida em 1822, no mesmo local do antigo arraial, no atual território municipal de Colinas) quanto o porto-feitoria de Almeida Del rei (fundado em 1820, quatro léguas abaixo do Arraial e pertencente a sua jurisdição territorial) surgem com o intento de promover-se o “povoamento branco” da região do Alto Itapecuru, extirpando a presença das numerosas comunidades nativas que tanto atemorizavam os sesmeiros e moradores da ribeira direita do Itapecuru, sendo que também eram elas que mais “ameaçavam” a “paz” do Arraial.

Essa seria a justificativa mais difundida para a fundação de Almeida Del rei, posto que naquela paragem habitassem secularmente duas numerosas e resistentes nações indígenas, os Timbira da Mata (na margem direita), e os Canela Fina (na margem esquerda) lutando bravamente contra as constantes investidas dos agentes colonizadores que pleiteavam tomar-lhes à força suas terras e águas.

A feitoria e porto de Almeida Del rei foi fundada pelo tenente coronel Germano Francisco de Moraes, potente fundiário e importante autoridade política e militar em Pastos Bons, também responsável pelo controle da ribeira do Alto Itapecuru. Leia-se em César Marques no seu verbete “Almeida” (transcrito do Alvará de 18.abr.1820) que o presidente interino da província do Maranhão, Manuel Teles da Silva Lobo, em resposta a um aviso a ele remetido da Corte, datado de 24.jan.1821, afirmava que o Tenente Coronel Germano Francisco de Moraes, domiciliário de Pastos Bons, “além de ter sido o pacificador dos gentios timbira e canela-fina, foi o fundador da povoação de Almeida Del-Rei, pelo que merecia ser condecorado com o hábito de Cristo” (MARQUES, 2008, p.118).

Parece ser bem arquitetado o projeto de Germano Moraes em constituir oficialmente Almeida Del rei, não se limitando a exterminar os povos nativos, para além disso influenciando decisivamente para o estagno das atividades militares e, por seguinte, econômicas do tão promissor Arraial do Príncipe Regente em favor do florescimento de uma nova feitoria-porto, poucas léguas abaixo do arraial. Convém lembrar que a partir da fundação do Arraial do Príncipe Regente, em 1807, pelo que se promoveu a “pacificação” de muitas tribos nativas, tem lugar um afã muito grande pela posse de sesmarias na ribeira do Alto Itapecuru, sendo que muitas delas eram requeridas no grande território do arraial, estratégico por situar-se entre as áreas mais povoadas e prósperas entre a barra do Alpercatas, a barra do Corrente, do Inhumas e do rio Parnaíba.

É provável, nesse sentido, que o território posteriormente nomeado Almeida Del rei, sito apenas quatro léguas abaixo do Arraial, fosse uma sesmaria concedida a Germano Francisco de Moraes, seu fundador e articulador político de sua constituição oficial. Há pelo menos três referências históricas que evidenciam a proposição de um acordo entre potentados políticos para o efetivo fim do arraial e o estabelecimento de Almeida Del rei.

A primeira, trata-se do Aviso recebido da Corte pelo presidente da província do Maranhão e datado de 24.jan.1821, supracitado, pelo qual se justificava ser

condecorado o Tenente Coronel Germano Francisco de Moraes com o “Hábito de Cristo”, em função da “pacificação” dos indígenas Timbira da Mata e Canela Fina, que habitavam as paragens do Alto Itapecuru.

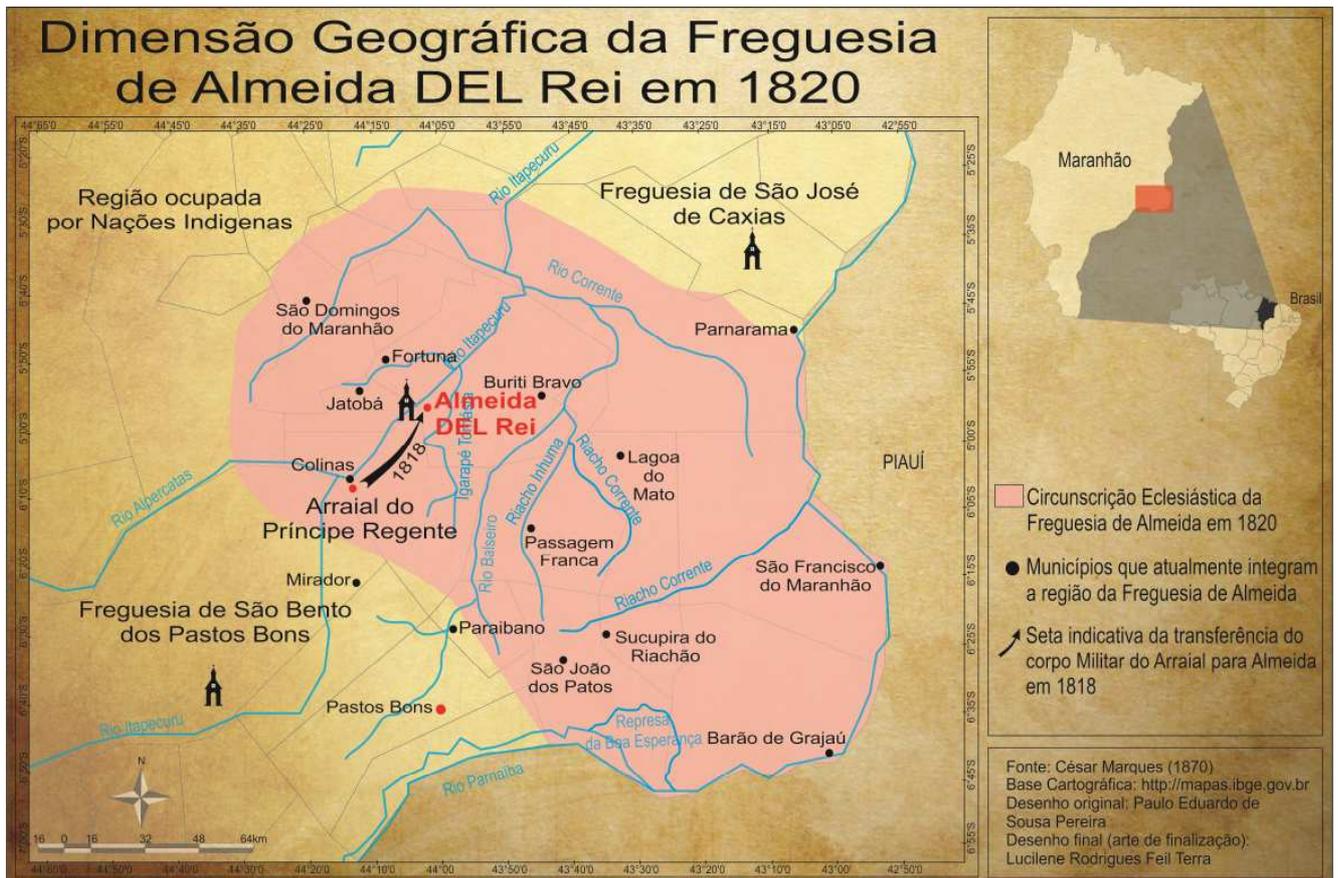
A condecoração assentava-se claramente ao contexto político-militar da época, pelo qual os súditos que fiel e satisfatoriamente desempenhassem ações em favor do “real serviço”, seriam recompensados por meio da outorga de títulos militares e de nobreza, como paga aos relevantes préstimos oferecidos à administração colonial. A condecoração de Germano Moraes pode não ter sido tão justa, pois conforme acrescenta Marques em seu “Dicionário...”, no verbete “Almeida”, essa povoação “foi sempre ameaçada pelos índios **Timbiras da Mata** cujas povoações lhes são fronteiras, **os quais nunca sinceramente se reconciliaram**” (MARQUES, 2008, p.118).

No entanto, não se pode negar a importância desse feito, pois Almeida surge, por assim dizer, com mesmo objetivo do antigo arraial. E contribui, mesmo que de forma efêmera (de 1820-1835, enquanto freguesia), para o enquadramento dos territórios da ribeira do Alto Itapecuru, nos sertões de Pastos Bons, à dinâmica litorânea, conforme se pode observar pelo mapa “Dimensão Geográfica da Freguesia de Almeida Del Rei em 1820” (p.73)

O tenente-coronel Germano Moraes demonstra sua representatividade diante das autoridades capitais maranhenses, conquistando dilatado poder político nos sertões dos Pastos Bons. Fora ele muito estratégico também ao reservar o topônimo da nascente povoação. Pela época da fundação da feitoria-porto de Almeida D`El rei era Ouvidor Geral e Provedor Intruso do Julgado de Pastos Bons o nobre Bernardo Malafaia Freire Teles de Almeida, o mais alto posto da administração colonial nos sertões, e residente em Pastos Bons, onde era também autoridade o dito tenente-coronel Germano, o qual se tornara o chefe político mais notável daqueles rincões.

Disto se pode aferir o motivo da fundação da Almeida e sua relação direta com a finalização do projeto do arraial. A homenagem prestada ao Ouvidor Bernardo Almeida dá os indícios de sua interferência direta e decisiva nas providências de constituição da nova povoação, no âmbito da burocracia estatal. Almeida Del rei guardou até a primeira metade do século XIX sua importante função de porto-feitoria a servir o sertão de Pastos Bons, na ribeira do Alto Itapecuru, notadamente aos agricultores e pecuaristas das ribeiras do Balseiros, Corrente e Inhumas, importantes centros produtores do território entre as ribeiras do Itapecuru e o Parnaíba.

**Mapa 06: Dimensão Geográfica da Freguesia de Almeida Del Rei -- 1820**



No que pese sua função de porto fluvial e ponto de resistência e apresamento dos povos nativos a demonstrar as manobras políticas que cercaram o projeto do tenente-coronel Germano Moraes, a povoação de Almeida Del rei é elevada a Freguesia. Essa resolução se dá, especificamente, a partir da divisão eclesiástica da Freguesia de São Bento das Balsas dos Pastos Bons em três: a Freguesia de São Bento dos Pastos Bons, a Freguesia de São Félix de Balsas e a Freguesia (de São Miguel) de Almeida Del rei.

A efetivação se dá em virtude da Provisão Régia de 18 de abril de 1820 a qual determinou a criação de novas freguesias pelo repartimento das duas quase centenárias de Pastos Bons (dividida em três) e São Bernardo do Brejo (dividida em duas) em função das distâncias muito grandes das duas matrizes o que obstava o controle político do território, assim como os “socorros espirituais” dos fregueses (MARQUES, 2008, p.118).

Em seu teor, a Provisão de sua majestade d. João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarves apresenta dados relevantes sobre esse território e como ficou configurado a partir da fundação de Almeida. Em César Marques (2008, p.119) encontra-se sua escrita na íntegra, do qual apresento o trecho que diz respeito a esse estudo:

Sendo informado da grande falta de socorros espirituais que experimentam os povos residentes nos territórios da vila de Pastos Bons e São Bernardo da Parnaíba da Província do Maranhão, por se acharem dispersos por uma vasta extensão e separados por uma desmedida distância de muitas léguas das igrejas matrizes, criadas em tempo de menor população; Hei por bem que os territórios que formam os termos das sobreditas vilas sejam divididos em cinco freguesias, tendo cada uma o seu pároco para administrar os sacramentos e mais pasto espiritual aos povos que habitarem os respectivos distritos, que serão:

2º O de Pastos Bons – limitado pela fazenda Maravilha e Serra Vermelha, [...] em rumo direito a procurar a extrema da fazenda Inhuma de Francisco Pereira Franco, e na mesma direção seguirá **ao rio Itapecuru até acima da nova povoação denominada Almeida d’El-Rei** [...];

3º - **O de Almeida d’El-Rei**, que principiará desde a fazenda Boa Esperança, na beira do rio Parnaíba, correndo para o centro pelo mesmo rumo divisório, que por este lado serve para o de Pastos Bons, e correndo o rio Parnaíba abaixo até a fazenda denominada Várzea de Ana Páscoa exclusivamente e daí cortando o centro em direção à serra do Valentim, pela qual deve seguir e no fim dela procurará o rio Itapecuru que será atravessado onde finda a demarcação da sesmaria São Zacarias pela parte de cima.

A citação acima nos conduz a refletir a necessidade de tal divisão eclesiástica proposta a partir da Provisão Régia de 1820, pela qual se criam as cinco

freguesias. O tamanho do território antes confiado a apenas duas paróquias eram imensos, continentais; sobretudo se forem consideradas a quase inexistência de estradas, carência de comunicação, além dos “perigos” das matas que se deitavam pelo território, prenas de feras e sujeitas a ataques de tribos nativas.

Também se faz necessário pensar como se forma o território da jurisdição eclesiástica de Almeida a partir desse documento, o que se poderia convencionar nos domínios paroquiais dos atuais municípios de Colinas, Passagem Franca, Buriti Bravo, Mirador, Paraibano, São João dos Patos, Barão de Grajaú, São Francisco do Maranhão, Sucupira do Riachão e Fortuna, além dos mais recentes Parnarama, Lagoa do Mato, e Jatobá (SANTOS NETO, 2006, p.67).

Nesses termos, pode-se compreender a importância regional que a nascente povoação desfruta no sertão de Pastos Bons, juntamente com seu mentor-fundador, o tenente coronel Germano Francisco de Moraes. Outro aspecto deve ser levado em consideração com relação ao documento citado, Almeida Del rei, não era mais uma simples povoação-porto, mas sim uma “cabeça” de Freguesia.

No âmbito do padroado régio português a Freguesia representava, para além do poder eclesiástico tido na pessoa de seu cura, também o poder temporal do Estado português, haja vista que esta instituição permitia ao monarca exercer total domínio sobre a administração da Igreja Católica em suas colônias, no caso o Brasil.

Assim sendo, era o Rei quem nomeava os párocos ou vigários para cada Freguesia, bem como arbitrava conflitos e decidia potencialmente nas jurisdições por ele estabelecidas. O pároco cumulava a representatividade do poder da Igreja e do Estado, onde havia uma Freguesia ali estava a figura do rei. E, por ser curioso, acrescente-se que isso também se fez representar na figura do orago da Freguesia “São Miguel Arcângelo”, presumível e comum homenagem ao príncipe dom Miguel, filho do monarca d. João VI.

Fato é que Almeida Del rei toma a si todo o antigo território que estava sob a jurisdição militar do Arraial do Príncipe Regente, avançando a conquista para a calha esquerda do rio Itapecuru. O major Francisco de Paula Ribeiro em seu “Roteiro...”, relaciona a situação de abandono do núcleo militar e populacional do Príncipe Regente, às manobras e intrigas políticas do regateiro Germano Francisco de Moraes, responsabilizando-o pela retirada do destacamento de guarnição do arraial para o território onde se fundaria oficialmente, em 1820, a freguesia de São Miguel de Almeida Del rei, onde já ele mantinha lavoura e criação sendo que

[...] ele (o Arraial) se foi evaporando ao ponto que nada custou a dar-se-lhe o último golpe, que **na mesma intriga lhe premeditava de muito tempo**, motivo que ali já não há mais povoadores; e se **lhe tirou afinal o pequeno destacamento que ainda agora em 1817 o guarnecia**, e nele impedia a passagem dos gentios para as nossas povoações do centro, **mudando-o daí para baixo [...] para auxiliarem uma pequena plantação pertencente a Francisco Germano de Moraes**, [...] (RIBEIRO, 2002, p.77).

E é mais peremptório ao indigitar a conduta abusiva do tenente coronel fundador da povoação Almeida Del rei, alegando a conflituosa relação entre o público e o privado,

[...] como se os interesses de um só homem devessem prevalecer aos de um público interior, **ou como se os serviços das tropas pagas e sustentadas à custa d'El-Rei nosso senhor devessem privadamente empregar-se em sustentar o capricho dum só vassalo** em particular, com prejuízos de todos os outros seus vassalos em geral (RIBEIRO, 2002, p.77).

É em tom de denúncia que Paula Ribeiro descreve a situação dos sertões de Pastos Bons, notadamente da ribeira do Médio e Alto Itapecuru, no ano de 1818, quando tornava à região após ser graduado como sargento-mor, adido ao Estado Maior do Exército, no posto de comandante do Destacamento de Pastos Bons.

O desbravador então transparece sua indignação ante ao que considera corrupto e inescrupuloso, posto que uma autoridade que deveria zelar pelo bem comum usa-se das investidas do cargo para beneficiar seus empreendimentos pessoais, prejudicando um projeto tão auspicioso como o do Arraial do Príncipe Regente.

De uma coisa parece não haver dúvidas: o florescimento da povoação e freguesia de Almeida, a elevação de Caxias a vila e comarca estão por demais associadas ao malogro do projeto do ex-governador d. Francisco de Melo Manuel Câmara, no contexto de rixas, disputas e estratagemas pelo domínio político e econômico de um sertão que aos poucos se reconfigurava, distanciando-se de um paraíso natural e aproximando-se mais da “fronteira da civilidade”.

Tais disputas tomariam grande impulso logo entre 1822-1823 quando das sangrentas lutas pela adesão do Sul do Maranhão ao processo de “independência” do Brasil, simbolizado no “Grito do Ipiranga”. Por sinal, foi defendendo os interesses de sua coroa que o mesmo major Francisco de Paula Ribeiro perdera a vida, em 1823, naquele mesmo sertão que palmilhou e ajudou a desbravar.

Ao descrever o sertão de Pastos Bons, em 1819, Paula Ribeiro ao se referir à administração pública e a segurança, manifesta claramente seu repúdio e desalinho à conduta do tenente coronel Germano Moraes:

Não tem, assim como todo o distrito em geral, espécie alguma de séria administração civil policiada ou militar, **nem ali presentemente há mais que um Francisco Germano de Moraes, natural do mesmo distrito, homem pardo disfarçado, o qual está encarregado de olhar para esta ribeira e pela do Itapicuru.** Este mesmo sujeito, quando comandamos algumas vezes todo o território em geral por ordens dos ex-governadores e capitães-generais desta capitania, foi algumas vezes por nós ocupado em algumas comissões desta natureza, para que tinha suficiente atividade, e de que deu boa conta; (RIBEIRO, 2002, p.128).

No trecho seguinte afiança a inabilidade e irresponsabilidade de Germano Moraes na garantia de segurança do julgado de Pastos Bons sendo ele a maior autoridade política e militar como Comandante Geral do Julgado e do Distrito,

[...] hoje, porém, longe de vistas superiores, e encarregado de governar em chefe estas exorbitadíssimas distâncias, que compreendem o circunferencial de mais de 150 léguas, que não pode correr sem abandonar sua casa, consta haver-se descuidado daquele objeto, e conduzido de um modo tal que não satisfaz os moradores; havendo disso sobejas provas na secretaria deste governo da Capitania (RIBEIRO, 2002, p.128).

Parece ter ficado evidente que foi mesmo um conjunto de estratégias precisas, num campo de forças e disputas, que trouxe a termo tão importante projeto do Arraial do Príncipe Regente. Isso parece ter se configurado satisfatoriamente pelas discussões aqui empreendidas no decurso da presente dissertação.

No entanto, questiono-me se realmente o Arraial, não enquanto empreendimento físico (formado por quartel, capela, casas e ruas alinhadas, igarités e lanchas, “almas” e “fogos”), mas enquanto “ideal integrador” do sertão ao litoral, movido pela dinâmica da “fronteira civilizatória”, foi de fato extinto.

Isto encontra respaldo se observada como uma fronteira mesmo, uma área indistinta entre a frente de colonização vinda do litoral (onde predominava a agroexportação, atividade econômica principal) e a frente de colonização sertaneja (onde predominava a pecuária, atividade econômica secundária na economia da capitania). O Arraial do Príncipe Regente não fora em si um empreendimento nem agrônomico nem pecuarista, mas sim um projeto oficial de contato e enquadramento das distintas regiões do território maranhense, até aquele início do século XIX, ainda

desarticuladas. Portanto, foi mais um projeto político-ideológico oficial de integração do que um projeto meramente econômico.

Essa versão aqui proposta é concebível a partir das ideias do próprio Paula Ribeiro, homem que conheceu melhor que qualquer outro de seu tempo o território dos “Pastos Bons”. Bem no início de sua descrição do território, enuncia que a capitania do Maranhão encontrava-se dividida “*em duas quase partes*”, as quais, por suas distâncias e peculiaridades, poderiam mesmo formar duas comarcas, uma no norte e outra no sul. Logo em seguida melhor se explica, afirmando que justamente por ter características tão diversas, mas economicamente complementares, “*é por isso mesmo que melhor entre si deveriam dar-se as mãos e sustentar combinadas a sua florescência comercial e agrônômica*” (RIBEIRO, 2002, p.107).

Essa afirmativa está estritamente relacionada com o “ideal de integração” e de movimentação da “fronteira civilizatória”. E quanto a isso é importante analisar quando Paula Ribeiro afirma que o território da capitania encontrava-se dividido em duas “quase partes”. Como se tem “duas quase partes”? Considerando que só se tem partes a partir de um inteiro, de um todo, o Maranhão territorialmente, economicamente, culturalmente não constituía um todo, pois suas distintas regiões encontravam-se desintegradas, portanto, “quase partes”.

Nesse sentido, a zona territorial indistinta que se materializa pela fundação do Arraial do Príncipe representa o ideal de integração, a presença oficial do Estado no sentido de permitir e promover o avanço da fronteira da colonização, garantindo a interconexão necessária para o efetivo avanço e incremento econômico da capitania, no âmbito dos interesses da coroa portuguesa de “ocupar” economicamente o território de Pastos Bons mais com a grande lavoura de exportação e menos com o gado.

Considerando que esse processo de integração não deixa de acontecer mesmo com o declínio do Arraial enquanto núcleo militar oficial, compreendemos que ele permanece presente e persevera com os outros empreendimentos que vão surgindo ao seu redor e com as finalidades semelhantes em função das mesmas necessidades que o fizeram emergir em 1807. Caso mesmo da fundação da Almeida Del rei (1820), da Fazenda Maravilha (1822), da Freguesia de São Sebastião da Passagem Franca (1835) e o porto-povoação dos Picos (1860). Tais considerações constituirão a temática a ser discutida no capítulo terceiro.

## **2.2 Região do Alto Itapecuru: silenciamentos, sacralização, resistências e transmissão de memórias**

Uma inquietação tem se mostrado frequente no decurso da pesquisa e produção do presente trabalho: como se deu o processo de constituição da “memória coletiva” da região do Alto Itapecuru? A memória sacralizada no “lugar de memória” Arraial do Príncipe Regente é a memória e comum ao grupo de pertencimento?

Em função das leituras realizadas, ficou evidenciado que a memória histórica da região fora constituída e sacralizada no âmbito de disputas físicas e simbólicas entre o agente colonizador e o indígena, durante o período das lutas pelo domínio da terra. Tais disputas, marcadas por descompensada força bélica dos indígenas, culminou na supremacia do europeu, e a imposição de seus padrões econômicos e socioculturais sobre a cultura original das comunidades que primitivamente habitam o sertão do Alto Itapecuru, no principiar do século XIX.

Nesse sentido, o que está em questão nesse capítulo são as disputas de memórias, trazendo à análise o discurso ideológico instituído pelo colonizador na constituição da “memória histórica” da região, e a força de seu capital simbólico pelo qual sacraliza o Arraial do Príncipe Regente como um “lugar de memória” que legitima um discurso de dominação, em contraponto à memória sufocada das sociedades que já habitam o sertão.

Pelas discussões aqui apresentadas, em consonância com os teóricos que as embasam, ensejo possibilitar um embate entre as memórias possíveis acerca da fundação do Arraial do Príncipe Regente. Questiono foram cristalizadas e silenciadas, propondo um caminho para a dessacralização da memória oficial que, com seu forte capital simbólico, relegou e sujeitou ao silêncio a memória dos grupos indígenas que primeiro atuaram na ocupação da região do Alto Itapecuru.

No percurso de minha pesquisa, fez-se necessário uma abordagem específica sobre a categoria memória com o objetivo de situar as discussões pertinentes à “memória história” da região do Alto Itapecuru e sua formação identitária, no âmbito das discussões dos teóricos clássicos que têm se ocupado de tão importante quanto complexa categoria. Com esse fim, trabalho algumas conceituações e caracterizações da memória a partir de historiadores e antropólogos como Jacques Le Goff (2012), Edgar Salvatori Decca e Cláudio Vesentini (1976), Edgar Salvatori Decca (1982), Pierre Nora (1993), Michael Pollack (1998) e Jöel Candau (2014).

É bastante esclarecer que esses teóricos selecionados trabalham desde as pertinentes conceituações da categoria memória, perpassando suas confrontações e aproximações com a história, com as identidades, assim como suas possibilidades de sujeição às estratégias de dominação, aos discursos de poder, caracterizando até mesmo as consequências sociais da ausência da “memória espontânea”, e a necessidade de “lugares de memória” e dos meios de reconstituição, sacralização e transmissão de memórias silenciadas e mutiladas.

Como será possível compreender neste capítulo, a seleção dos referidos teóricos não foi só oportuna como imprescindível para os embates e encaminhamentos metodológicos aos quais me propus.

O historiador francês Jacques Le Goff, um dos mais reconhecidos teóricos do campo de estudos da memória, ajuíza em “História e Memória” (2012) que o conceito desta categoria é crucial para a compreensão do passado histórico das sociedades. Apesar de se ater ao sentido específico desse conceito, no âmbito das ciências humanas, ele é categórico ao afirmar que a memória é antes de tudo um fenômeno psíquico e que, portanto, ocorre *a priori* individualmente, embora sempre inscrito num determinado meio social.

Este autor considera a memória como “a propriedade de conservar certas informações, [e] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2012, p.405).

A partir de tais considerações, admite-se a memória como um conceito plural, estando intimamente ligada à vida das sociedades, de forma oral e/ou escrita, nas mais diversas temporalidades históricas. Sobretudo, como forma de preservar todo e qualquer traço de acontecimentos do passado, tais como imagens, objetos, documentos, ideias, usos e costumes que fazem parte da vivência dos indivíduos e de sua interação com o seu meio social (LE GOFF, 2012, p.405).

Retomando a conceituação de Jacques Le Goff, compreende-se que o “exercício mnemônico” movimenta um grande número de funções psicológicas. Essas funções estão no cerne da “sistematização cognitiva” do indivíduo e são responsáveis pelo processamento de um rico e variado acervo de conhecimentos e valores que são transmitidos de gerações a outras como formas de preservação da “memória coletiva”.

E nesse sentido, analisando a importância da memória para a “reconstituição” da trajetória das sociedades humanas, acrescenta Le Goff que

a amnésia é não só uma perturbação do indivíduo,[...] **mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva** (LE GOFF, 2012, p.407). (Grifos meus).

Por essa leitura se pode conceber que a memória é passível de manipulação, sobretudo quando se trata de compor a trajetória histórica de determinado grupo humano. Quando oportunamente aqueles que detêm o poder de oficializar a história selecionam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, no campo das disputas simbólicas e sociais pelo poder, em favor da dominação de grupos de indivíduos sobre outros.

Ele é enfático quando afirma que uma das maiores preocupações das classes e dos grupos de indivíduos que dominam as sociedades históricas é se tornarem detentores do poder sobre a “memória” e o “esquecimento”. Por esse motivo, o estudo da “memória social” se constitui crucial para a compreensão dos problemas do tempo e da história, ao passo que “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2012, p.408).

Em se tratando de nosso objeto de estudo, a conquista da região do Alto Itapecuru, nos chamados “sertões de Pastos Bons”, que se efetivava no início do século XIX, observa-se não ser mero acaso os “silenciamentos” impostos pela “memória história” maranhense com relação à participação de determinados segmentos étnicos na formação econômica, social e cultural da região.

Parece não haver dúvidas que esses “esquecimentos” identificados na constituição desta “memória história” se relacionam ao próprio processo de devassamento do espaço geográfico maranhense, marcado por duas frentes de colonização distintas. Uma advinda do litoral, sob impulso e patrocínio da coroa portuguesa, regida sob os estigmas da civilidade e do ideal de nação, conquistou a região norte, e é chamada “Frente de colonização Litorânea”.

A outra, sob o impulso particular de fazendeiros e vaqueiros, pela força dos rebanhos advindos da Bahia e de Pernambuco, devassou as campinas sul maranhenses, e fora alcunhada de “Frente Pastoril Baiana”. Tal fronteira de povoamento caracterizou-se primariamente por um *modus operandi* econômico e social rudimentar e menos afeito à dinâmica econômica, política e social em vigor no litoral<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Esta tese é defendida pela historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral, pioneira nos estudos da região do Sul do Maranhão, conhecida desde o século XVIII como “sertões dos Pastos Bons”.

Em verdade, todo aquele que já teve contato com a produção historiográfica maranhense se deu conta das grandes lacunas que ainda persistem sobre a formação e o processo de colonização das comunidades sul - maranhenses. Compreendo como uma presumível causa desta “marginalização historiográfica” o próprio “isolamento” político-econômico, social e cultural da “zona sertaneja” em relação à capital, São Luís, assim como aos outros centros mais próximos a ela. Sobretudo, tal “isolamento” se deu em função da ausência de vias de comunicação e tráfego facilitados no território maranhense, associada à sua enorme distância no sentido norte-sul.

Isso fez com que cada uma das regiões geográficas desenvolvesse particularidades bem específicas. Isto é notório, por exemplo, no que expõe o major Francisco de Paula Ribeiro ao se referir aos “sertões dos Pastos Bons”, em 1815:

[...] neste distrito de Pastos Bons, o mais precioso espaço que ela [a capitania do Maranhão] contém, [...], e que por infinitas circunstâncias das suas propriedades mais vantajosas, pode bem ministrar para a respectiva capital, ou para toda beira-mar, **as prodigiosas forças que ela lhe desconhece, porque o tem até hoje esquecido e quase como de si apartado** (RIBEIRO, 2002, p.109). (Grifo meu).

A afirmativa de Ribeiro ao passo que evidencia o isolamento do sertão maranhense em relação ao litoral, também nos remete a constatar que essa importante região maranhense, passados duzentos anos, cujo espaço foi comum ao surgimento de dezenas de atuais municípios, ainda tem sua “memória”, quase totalmente “silenciada” nas páginas da historiografia maranhense, demandando ainda de estudos mais pormenorizados que lhe permita transmissão e conhecimento.

A relação entre memória e história é de fato bem conflituosa, admitindo uma multiplicidade de correntes discursivas, sendo que aqui não será foco um debate de tais abordagens, mas tão somente o que se aplica à região do Alto Itapecuru, buscando a compreensão de como a memória da região se cristaliza a partir de discurso de dominação instituído pelo agente colonizador.

Nesse sentido, retoma-se, por ser oportuna, a concepção do teórico Jacques Le Goff que também versa sobre a relação entre a memória (recordação do vivido) e a história (registro científico das experiências vividas na coletividade). Segundo ele, a “memória coletiva” se faz presente a partir de dois materiais: o *monumento* e o

---

Sua obra “**Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**” (1992) tratou com exclusividade das duas frentes que atuaram na dinâmica do devassamento do território maranhense, abrindo viés para a inclusão da “história sertaneja” no campo de estudos da historiografia maranhense.

*documento*. O primeiro compreendido como um legado, um vestígio do passado que, na ausência do fato em si, o evoca e o faz recordar; enquanto o segundo, distanciando-se da intencionalidade que criou o *monumento* (com função de “legado à memória coletiva”), afirma-se mais como um “testemunho” a que se pode recorrer no sentido de “ensinar” (verbo *docere*) ou “provar” a “veracidade” dos fatos passados, sendo, portanto, uma escolha do historiador.

Para Le Goff, o que é apresentado como “história” “não é o conjunto daquilo que existiu no passado”, mas sim uma seleção voluntária ou involuntária dos fatos passados a partir dos interesses e das relações de poder que se movimentam no construto das sociedades no tempo presente, atuando na constituição de sua “memória história” (LE GOFF, 1990, p. 485).

Reconhecendo assim a memória enquanto uma “construção social”, manipulada à mercê de sistemas ideológicos, é importante ao presente estudo as contribuições dos historiadores Edgar Salvatori Decca e Carlos Vesentini. Seus estudos no campo da história política reforçam tal concepção de memória ao afirmar, por exemplo, que a periodização da trajetória política brasileira é um discurso ideológico, uma ação política que constitui uma “memória histórica” a serviço das “estratégias de dominação”.

Ao criticar a periodização do tempo político brasileiro, no sentido de localizar os seus “sujeitos” e os “seus discursos”, afirmam VESENTI e DECCA (1976, p.60) que “O discurso advindo de alguém intimamente relacionado com o exercício do poder ao mesmo tempo em que sugere a memória histórica também é parte do fazer da história. [...], esse discurso é o fazer da política enquanto o refazer da memória”.

Suas considerações servem de base à crítica que no presente estudo se faz à memória cristalizada sobre o processo de devassamento da região do Alto Itapecuru, nos “sertões dos Pastos Bons”. Conforme se verificou, na constituição da “memória história” oficial, o Arraial do Príncipe Regente se funda como um “lugar de memória” que sacraliza um discurso político-ideológico oficial de dominação. Tal discurso se dá em favor da construção de uma “memória integrada”, impulsionado pelo ideal de uma “memória nacional” que tomou conta do ideário político e cultural brasileiro no início do século XIX.

Não é demasiado lembrar que a constituição dessa “memória história” se dá segundo conceitos políticos, econômicos e filosóficos característicos do Iluminismo francês, corrente ideológica que permeou os discursos oficiais de dominação, entre o

final do século XVIII e princípio do século XIX, o que coincide com o período de conquista dos sertões maranhenses pelo governo português.

A propósito, o Arraial do Príncipe Regente, e o nome por si diz tudo, nasce sob os auspícios da vinda da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, e sua fundação, ainda em 1807, como determinação imperativa do próprio d. João Maria de Bragança, regente do trono português. Compreensível então como seu estabelecimento e seu contexto coadunam ao “ideal integrador” sertão-litoral.

Isto é patente no discurso de Sebastião Gomes da Silva Berford, comissário real nos sertões, em seu ofício de informações enviado, em 1810, ao Conde de Linhares -- Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra:

Principiando o **Arraial do Príncipe Regente**, eu direi a Vossa Excelência que assim que aportei ali passei [...] a observar [...] tudo quanto poderia com proveito **merecer a menor atenção real e pública** no dito Arraial: [...] mais observei **a restauração de várias fazendas de gados que, desamparadas pelas crueldades que nela e seus possuidores fazia o gentio timbira da mata, então deviam a sua nova ereção ao Arraial**, por ocasião do qual até se achavam estabelecendo outras fazendas [...]. Observei mais que **da sua criação resultou o desembaraçar-se o domínio real sobre o bom de 50 léguas, rio Itapecuru acima**, [...], muito além do dito Arraial, e de 18 ao centro dele, **que se achavam inteiramente ocupadas pelos ditos bárbaros e vedadas aos interesses do Estado**, [...] (BERFORD, 2008, p.28-29) (Grifos meus).

Neste caso específico, observa-se que o contexto histórico da região até a chegada do agente colonizador, assinalada com a criação do Arraial, é memorizado e sacralizado pelos emissários oficiais<sup>10</sup> como um tempo de barbárie e atraso, justificando a política colonial portuguesa de submissão e extermínio das numerosas comunidades indígenas, como única forma de conduzir o “território bravo” rumo à “fronteira da integração”.

A propósito, os termos postos em negrito na citação anterior reforçam esta ideologia, descrevendo os interesses oficiais na região e as estratégias de dominação para conter as comunidades indígenas que “entravavam” o “processo integrador”. O discurso político-oficial é de dominação, em tom desenvolvimentista, e projeta a região a um processo de ruptura com seu percurso histórico imediatamente anterior, cuja realidade é associada à ideia de retardamento e decadência, e lança a região a uma

---

<sup>10</sup> Sobretudo os militares-exploradores que desbravaram a região historicamente conhecida como “sertões dos Pastos Bons” dentre eles cito João Pereira Caldas (1790), Sebastião Gomes da Silva Berford (1810) e Francisco de Paula Ribeiro (1807/1815) que compuseram as primeiras impressões escritas sobre o território, sob forma de roteiros de viagens e mapas.

possível integração com os espaços ditos “civilizados”, onde residiria o avanço e o melhoramento econômico, ou seja – na beira-mar.

Neste sentido, coaduna essa ideia com o que se lê em VESENTINI e DECCA (1976, p.61) “A construção do discurso, enquanto parte do movimento de memorização, volta-se necessariamente tanto ao passado que justifica a função do presente, como ao futuro numa visão ideal e difusa”.

É importante então perceber que o ponto nodal da elaboração e memorização deste discurso de dominação se sustenta na afirmação de que o indígena representa o “entreve” ao progresso e precisamente ao desenvolvimento econômico da região, pelo que precisaria ser extirpado a qualquer custo. A manutenção da memória desses grupos étnicos, portanto, vai na “contra mão” do “ideal de integração” do “sertão do gado” ao “litoral da agroexportação”.

É isto que se verifica no processo de constituição da “memória coletiva” da região em estudo, ao meu entender, concebida, a partir de estratégias de dominação.

Primeiramente é memorizada e registrada nos escritos oficiais a partir do uso da expressão “povoamento” (ao invés de conquista/invasão), para assinalar a presença “humana civilizada” na região. Afinal, segundo o discurso oficial, a história da região só se inicia com a presença do colonizador, a partir da criação dos núcleos urbanos e militares, mais ou menos organizados sob a forma de fazendas, feitorias e, principalmente, pelo Arraial do Príncipe Regente.

Nesse sentido, o rompimento com o tempo vivido das comunidades nativas do Alto Itapecuru contribuiu fortemente para desagregar seus referenciais identitários, tendo-se em vista que todas as evocações do passado desses grupos eram remetidas a uma mesma temporalidade, o tempo da comunidade. Na memória sacralizada pelo colonizador, os sertões maranhenses eram “desertos incultos” e “despovoados”, pois o *modus vivendi* do habitante nativo não condizia com os padrões instituídos pelos europeus.

Deste modo, o elemento nativo era representado como um ser desprovido de razão e assim incapaz de sustentar qualquer forma de organização social, posto que fosse tido como indolente e apto ao banditismo e a pilhagem. Sobre isto, informa o desbravador da região o major Francisco de Paula Ribeiro:

[...] **deixados em abandono quanto ao modo da sua civilização**, se dispersam em magotes entre os nossos estabelecimentos, e perpetraram sobre os habitantes de todo o distrito enormíssimas extorsões, furtando-lhe imensidade de gados, matando-lhe as pequenas crias, e

devorando as roças de mantimentos com tão decisiva destruição que, exasperados, muitos dos referidos habitantes largaram as suas propriedades e fugiram da capitania; **mas aquilo mesmo porque se não advertiu uma só vez aqueles índios [...], de que aquelas maldades não eram permitidas entre a sociedade dos homens [...]** (RIBEIRO, 2002, p.67).

A estrutura da economia natural dos grupos nativos não foi considerada pelo colonizador, e nenhuma outra forma de organização deles é assim avaliada nem racional e nem útil, porquanto não se enquadrassem nas modalidades econômicas do modo de produção do sistema colonial português do século XIX.

Ao tratar dos grupos indígenas da Ribeira do Alto Itapecuru, notadamente das rivalidades entre os Timbira da mata e os Canela fina, demonstra Francisco de Paula Ribeiro que não detinham produção para obtenção de lucro, mas tão somente para garantir sua alimentação, pelo que algumas, em disputa por alimentos, rivalizavam-se os “Implacáveis inimigos entre si estas duas nações por causa dos frutos e das caças silvestres, único precioso que as move [...]” (RIBEIRO, 2002, p.66).

Nesse sentido, no caso dos “sertões dos Pastos Bons”, onde se encontra regionalizado o Alto Itapecuru, é primeiramente a pecuária, enquanto atividade econômica principal da região, que impulsionará o avanço da conquista e lhe imprimirá uma nova configuração espacial, social e econômica. O exemplo disto é o próprio espaço natural e humanizado que se configura pela visão do colonizador como “Pastos Bons”, alusão expressiva aos condicionantes naturais, em função da atividade ganadeira a qual tomava aos povos nativos as terras e os cursos de água há muito por eles ocupados.

Pela presença do binômio “pecuária – pastos bons” entreveem-se a manipulação sofrida pela memória original no âmbito das disputas de poder, quando é selecionado aquilo que deve ser lembrado e/ou esquecido, pois os grupos nativos, ao serem “apagados” do processo de formação histórica da região, são substituídos por uma memória histórica que legitima a versão do mais forte, do agente colonizador.

Afinal, “Cabe ao vencedor não só a liquidação dos seus adversários na luta política, como o apagar das lembranças de suas propostas” (VESENTINI; DECCA, 1976, p.62). Segundo Oliveira (2010, p.134-135), trata-se de um “movimento de constituição da memória (dentro do processo social), que é simultaneamente a construção do futuro, legitimação do presente e o ‘exorcizar’ do passado”.

Considero que a expressão “exorcizar” seja bem adequada ao que se deu com a memória das populações nativas do Alto Itapecuru. O processo de “silenciamento” da “memória dos vencidos”, no caso as sociedades-memórias indígenas, foi tão potente que se mantém até a atualidade como um desafio constante àqueles que não se conformam com a versão oficial da história da região.

Nos espaços geográficos que outrora compuseram cenário de vida e de morte das centenas de comunidades nativas na região do Alto Itapecuru, nos arrabaldes do Arraial do Príncipe Regente, e num raio de mais de cinquenta léguas para além dele, atualmente compondo dezenas de divisões administrativas municipais, é corriqueiro que seus munícipes desconheçam que esses territórios foram habitados primitivamente por povos indígenas. Caso exemplar é o município de Colinas, sito no mesmo lugar do Arraial do Príncipe Regente, núcleo militar mais importante na perseguição e apresamento desses povos.

As pessoas da zona rural do município, notadamente as que possuem idade provecta, guardam memórias bem tênues da presença desses povos na região. Em um estudo genealógico, a professora colinense Maria do Socorro Borba Torres assim registrou sobre a chegada de seus ancestrais ao lugar Maravilha, uma antiga fazenda de gados e lavoura, no município de Colinas:

Por volta de 1840, chega ao Povoado Maravilha o senhor Antonio Rocha, vindo do Vale do Parnaíba, na Bahia. [...], chegando ao interior, que na época era habitado somente por índios bravos e animais selvagens, índios que não tinham nenhum contato com a civilização. [...] Os índios eram violentos e perversos (TORRES, 2006, p.31).

Aqui é interessante verificar como a memória do vencedor prevalece pelo “lugar de memória” no qual foi sacralizada, ou seja, a destruição do Arraial do Príncipe Regente é historicamente atribuída aos “índios” sempre categorizados como bárbaros, cruéis, perversos. Vê-se como a impressão impregnada de preconceito é recursiva na memória e no imaginário coletivo local até nossos dias.

Num outro trecho, a autora reforça a visão da memória oficialmente constituída de que o habitante nativo não era “gente”: “Nesta época Colinas não existia, **nem havia habitantes** em sua sede atual. Como é citado, **havia muitos índios e estes atacavam as pessoas**” (TORRES, 2006, p.32). Por ser ilustrativo, narra professora Socorro um episódio envolvendo “brancos” e “índios” no citado povoado Maravilha, na primeira metade do século XIX:

Certa vez, Antonio Rocha viajou ao povoado Santana, foi visitar um amigo, deixando Dona Carolina com seu ajudante. Por volta das 18:00 hs os animais ficaram assustados – até um porco que estava amarrado em um girau<sup>11</sup> com vários potes de coalhada derrubou tudo, espantado com o movimento e a quantidade de índios que estavam dentro de um forno de fazer farinha e os que chegavam cercando a casa, quando o ajudante falou a dona Carolina: -- Dona é caboclo<sup>12</sup>!. E dona Carolina pegou uma grandeira – arma de fogo usada antigamente – e atirou em direção aos índios, estes espalharam-se mata a dentro, buzinando e carregando os feridos. [...]. Antonio Rocha seguiu para casa e para poder entrar, de longe gritava: ‘É cristão!’, pois do contrário seria recebido a tiros, com receio de serem índios novamente (TORRES, 2006, p.33).

A visão comunicada por ela em seu sucinto memorial familiar é ilustrativa da representação que se configurou sobre os grupos nativos que habitavam a região. Em outras palavras, esta é a “memória cristalizada” do indígena no imaginário social e cultural da região. Convém pontuar que existem ainda vários outros “causos”, testemunhos e representações bem semelhantes ao apresentado por Torres (2006) que vêm sendo reforçados por discursos oralmente transmitidos.

Em verdade, a visão de um inimigo aguerrido e altamente perigoso, desalmado mesmo, está representada desde os primeiros escritos sobre a região. Como exemplo, nos escritos legados pelos militares desbravadores João Pereira Caldas, Francisco de Paula Ribeiro e Sebastião Gomes da Silva Berford, todos comissários de expedições militares com vistas a efetivar a conquista da região.

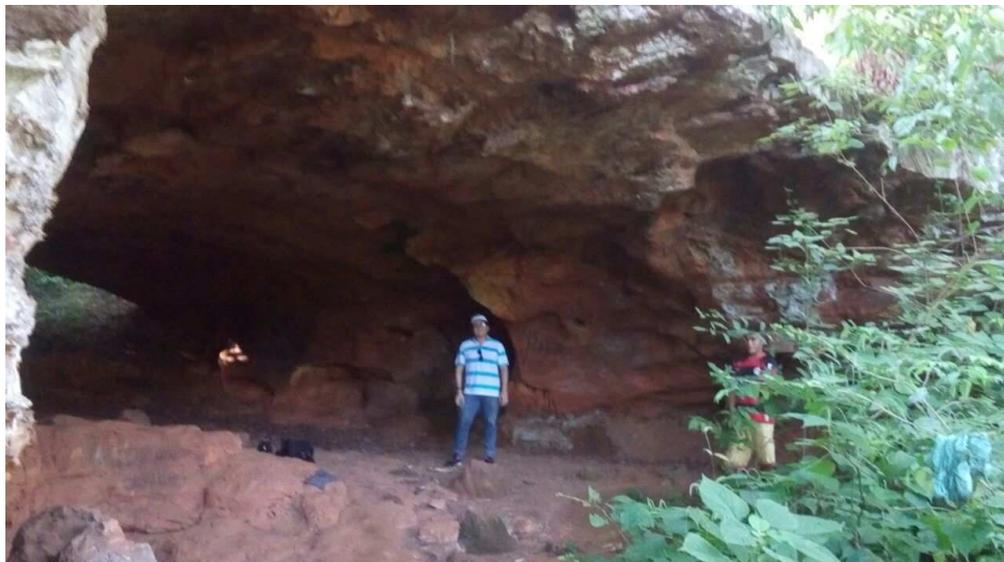
Apesar de não haver dúvidas sobre a presença de povos indígenas na região do Alto Itapecuru ainda persistem muitos questionamentos sobre sua fixação e seu modo de vida, notadamente as mutações sofridas com a interferência do colonizador. A atizar os debates existem vestígios materiais em alguns sítios e paragens seculares, nos pontos mais interiores do território. As “Casas de Caboclos ou de “Caboco”, também conhecidas por “Casas de Pedra” que em Colinas, em alguns antigos povoados como Sítio Seco do José Pereira, Zuador, Maravilha, Bonito, Lagoa da Serra, por exemplo, constituem raros vestígios da presença destes grupos nativos. Estive nesse local e constatei sua importância. Vide as Figuras 1 e 2, que atestam essa informação.

---

<sup>11</sup> O “girau” é uma armação feita de talos de coco babaçu, à moda de uma mesa, com quatro hastes fincadas no solo sobre as quais se amarra um tampo de talos. É muito usada até hoje nas cozinhas e terreiros do sertão maranhense.

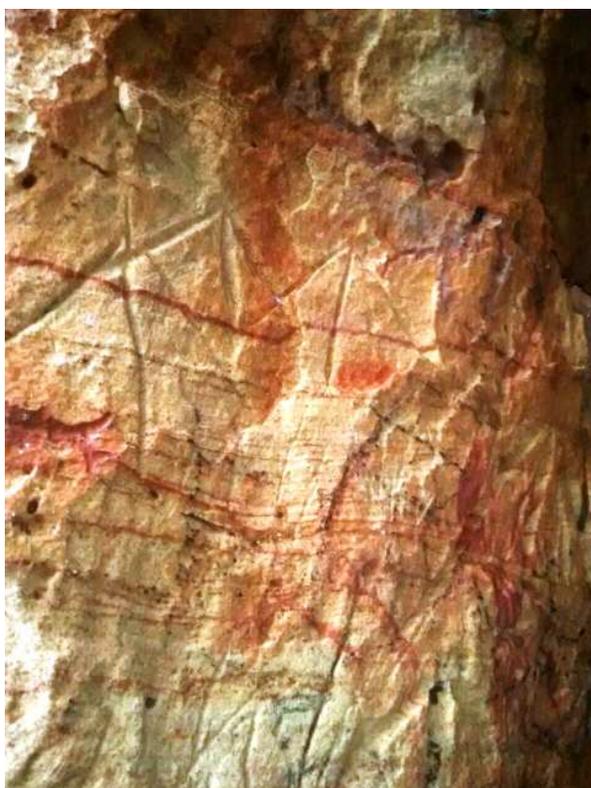
<sup>12</sup> A expressão “Caboclo”, ou mais comumente “Caboco” é muito recursiva pelas pessoas mais idosas da zona rural para designar os “índios”, especialmente aquelas que habitam as áreas mais interiores do território.

Fig. 1: Visita técnica à Caverna Olímpio Fialho (Lagoa da Serra), Colinas – Ma, Maio/2016.



Fonte: Acervo Particular do autor.

Fig.2: Tipologia de Pintura Rupestre existente na Caverna Olímpio Fialho



Fonte: Fotografia do autor – Maio de 2016.

As chamadas “Casas de Caboclo” estão quase sempre situadas nos contrafortes das serras e chapadas da região, nos lugares de mata fechada, com suas gigantescas fendas nas pedras, grandes lajedos e grutas que ainda trazem enigmáticas e curiosas “inscrições rupestres”. A primeira delas foi mapeada pelo Dr. Olímpio Fialho, em 1934, quando esteve em Colinas, à época chamando-se Picos, para os estudos de construção da ponte de madeira sobre o Rio Itapecuru.

Em sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, no dia quatro de abril de 1956, deu ciência da existência de vestígios de habitação primitiva na alta bacia do rio Itapecuru. Na ocasião, apresentou circunstanciado relatório o qual intitulou “A Casa de Pedra: Uma caverna no território do município de Picos, hoje Colinas (Maranhão)”, detalhando minuciosamente as dimensões, as imagens e inscrições grafadas nas paredes da caverna.

Vieram outros estudiosos em seu caminho, mas, apesar da constatação do que apontou Dr. Fialho em seu relatório, nada foi feito no sentido de maiores estudos com vistas à preservação de tão valiosos vestígios, testemunhos de uma memória que precisa ser reconstituída e sacralizada. Em recente visita (16 de maio de 2016) ao local apontado por Dr. Olímpio Fialho, no lugar Lagoa da Serra, pude contemplar a beleza e a suntuosidade de uma das cavernas por ele descrita, a qual ainda conserva algumas curiosas inscrições.

Assim, o tratamento dispensado pelo colonizador à memória dos povos nativos do Alto Itapecuru parece encontrar amplo sentido no que se lê em “O silêncio dos vencidos” (1982, p.73) onde Decca expõe sua compreensão de que a “memória histórica” é um “dispositivo ideológico” recursivo que legitima o exercício do poder, ao passo que estabelece, no jogo das disputas, qual campo simbólico servirá para “homogeneizar” a memória social.

O colonizador, e, por essência, portador do capital simbólico oficial de validar a história, traz no seio de sua ideologia (melhoramento e avanço) um afã de romper com o passado histórico imediatamente anterior da região, que é a trajetória memorial dos grupos nativos.

É o que Pierre Nora (1993) conceitua como “aceleração histórica”, um fenômeno característico das sociedades ditas “modernas” que buscam se distanciar da memória “original” e “intocada” das comunidades ditas “primitivas”, no ensejo de aproximar-se de uma “história massificadora” que as nivele à história universal, das nações hegemônicas marcadas pelo progresso tecnológico.

É importante perceber, tal como ele assevera em *“Entre Memória e História: a problemática dos lugares”*, que são essas “memórias originais” e “primitivas” que garantem a passagem harmônica do passado para o futuro, indicando o que se deve ou não guardar do passado das sociedades, como forma de afiançar aos grupos de indivíduos que as transformações sociais, presentes e/ou futuras, não ameaçarão sua identidade coletiva.

Para este autor, os chamados “lugares de memória” nascem e vivem do sentimento de que não existe uma memória espontânea. As sociedades vivem, por assim dizer, às voltas com a criação de “lugares de memória” no ensejo de sacralizar memórias, datas, ritos, manifestações diversas. Isso compõe a materialização da memória que se constitui assim num ato intencional, e cuja intervenção se liga à necessidade de se preservar algo.

E a necessidade de preservação subtende uma ameaça individual ou coletiva de se perder o “fio condutor” da tradição, da rememoração do passado. E desse sentimento de algo importante que não se pode esquecer surge uma necessidade dos “lugares de memória”:

O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. [...] Fala-se tanto de memória por que ela não existe mais. [...] Há locais de memória por que não há mais meios de memórias (NORA, 1993, p. 07).

Caso clássico marcou o processo de colonização sofrido pelos países latino americanos: “Sociedades-memória” com fortes cargas históricas e culturais que foram silenciadas e mutiladas pelo robusto aparato ideológico europeu que primava pela massificação histórica, econômica e cultural dos povos conquistados, “O que só se aprofundou à medida que os homens foram compreendendo como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos” (NORA, 1993, p.08).

Como ponto nodal de resistência à versão oficialmente instituída sobre a formação social, histórica e econômica do sertão do Alto Itapecuru, persistem inquietações e dúvidas. Seria a “memória história” sacralizada no discurso fundacionista do Arraial do Príncipe Regente, como marco de partida para a formação da região, a memória compartilhada dos diversos grupos humanos que a constituem?

Evidencia-se, por seguinte, que os indivíduos não mais se identificam com uma herança que lhes foi legada arbitrariamente como verdadeira e incontestada. Afinal,

“Interrogar uma tradição, por mais venerável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador” (NORA, 1993, p.11).

Conforme se pode constatar pela presente pesquisa, a memória sacralizada e cristalizada no discurso fundacionista do Arraial do Príncipe Regente não é a memória representativa do percurso histórico da presença e da interferência humana na região do Alto Itapecuru, que ao meu entender se inicia com as comunidades indígenas. A “memória do vencedor”, pelo seu respaldo na história oficial, prevalece pelo discurso do colonizador, sacralizado no seu “lugar de memória” que é o Arraial. Enquanto que a “memória do vencido”, do nativo habitante, padece assim nos subterrâneos da história.

As proposições aqui apresentadas sobre a memória do sertão do Alto Itapecuru encontram reforço no pensamento do historiador Michael Pollack, em seu artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, ao se referir às disputas que se dão no campo da memória nacional, cujo tipo de memória é caracterizado como “memórias proibidas”, afirma que tais memórias comportam em si “ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente” (POLLACK, 1989, p.5).

E acrescenta que “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (1989, p.12). segundo ele, essas memórias segredadas e silenciadas são as lembranças guardadas em estruturas de comunicação informais que são, quase sempre, legadas de geração a geração por meio das manifestações culturais em suas mais diferentes formas de expressões.

Em trecho seguinte da mesma análise, Pollack adverte que nenhum grupo social ou instituição, por mais estáveis que possam aparentar, tem uma perenidade cristalizada. Portanto, nenhum discurso emoldurado ou constituído sobre determinado grupo social é imutável, estando sempre passível de revisitações, ressignificações e reelaborações.

Até mesmo porque, segundo nos afirma o antropólogo Jöel Candau (2014, p.84), lembrar, assim como esquecer, é operar uma classificação que se baseia em modalidades históricas, culturais e sociais as quais estão sujeitas ao modo como cada indivíduo e grupos de indivíduos pensam, classificam e representam o tempo. Afinal, são as diferentes temporalidades que caracterizam as sociedades e terão um papel fundamental nos processos identitários.

As diferentes temporalidades se fundam na noção que os grupos de indivíduos trazem consigo de que o tempo, a sociedade, a história, a cultura têm seu marco original unicamente a partir das representações que eles fazem do tempo. Deste modo, em sua forma de classificar memórias conforme pensam e ordenam o tempo, acabam conferindo à sua cultura um caráter superior e hegemônico, subjugando a cultura externa a eles.

O agente colonizador, no início do século XIX, ignorava a existência da chamada Pré-história humana, ainda não investigada pelo trabalho da Arqueologia, e, nesse sentido, é a memória ordenada pelo tempo cronológico e histórico do mundo europeu que sacraliza a “memória história” da região a partir do discurso que ela se inicia com a sua presença, a partir da fundação do Arraial do Príncipe Regente, portanto, apenas em 1807.

Cabe observar então, no caso específico do sertão do Alto Itapecuru, que a memória dos grupos nativos da região não pode ser compreendida, nem representada, a partir de modalidades temporais de uma rígida cronologia europeia, mas pensada segundo modalidades sociais, históricas e culturais bem peculiares. Não estaria assim associada a uma divisão numérica do tempo, mas regida por estruturas simbólicas e emocionais que remetem às representações que os povos indígenas faziam de si mesmo e de sua história.

Evidencia-se, por conseguinte, que os indivíduos não mais se identificam com uma herança que lhes foi legada arbitrariamente como verdadeira e incontestada. Afinal, “Interrogar uma tradição, por mais venerável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador” (NORA, 1993, p.11).

No pensamento do antropólogo Jöel Candau (2014, p.95) encontrei estímulo para acreditar na possibilidade de reconstituição de parte da “memória silenciada” do Alto Itapecuru, quando ele afirma que o momento original de um grupo de indivíduos não é completamente substituído por “começos inteiramente novos”, pois o excesso de fidelidade a hábitos muito antigos impedem a substituição completa de uma temporalidade antiga por uma nova.

Assim sendo, muitos dos hábitos e costumes culturais tradicionais ainda vividos e compartilhados pelos indivíduos que compõem o quadro sociocultural da região do Alto Itapecuru podem ser sim demonstrações de resistência dessa memória silenciada. Como o apreço por certos alimentos, notadamente pela carne dos animais

silvestres, o *modus operandi* ligado ao beneficiamento dos elementos naturais ainda característicos do homem sertanejo.

Para exemplificar, pode-se citar as práticas da caça (valendo-se de artifícios curiosos como a “coivara de corredor” e o “jiqui de peba”) e da pesca (com armadilhas feitas de taboca, o “jiqui de peixe”), e da forma, por exemplo, como ainda operam o plantio e o cultivo da raiz de mandioca, da qual se produz a “farinha-de-pau” pelo método do caititu e forno, da goma de tapioca e sua utilização como alimento básico diário. Além disso, a própria pajelança, manifestada pelas práticas dos raizeiros, benzedeiros e da medicina popular; pelas lendas e tradições culturais, enfim, são práticas ainda presentes no *modus vivendi* do homem sertanejo que remontam à sua ancestralidade, quando dos primeiros grupos humanos que aqui habitaram: os índios Sacamecrans, subdivididos em Timbira da Mata e Canelas Finas.

Tão bem descritos pelo major Francisco de Paula Ribeiro em sua “Memória sobre as Nações Gentias...” (1819), deixaram aqui na região sensíveis registros memoriais por meio de pinturas e grafismos rupestres nas paredes das cavernas do Alto Sertão, as quais por muito tempo lhes serviram de abrigos e moradias, constituindo-se como importantes objetos de estudos por parte da antropologia maranhense. O Mapa 07 na página seguinte, elaborado em base nas memórias de Francisco de Paula Ribeiro (1819), e a partir da tese de Socorro Cabral (1992), é ilustrativo de como a região do Alto Itapecuru foi fortemente habitado por essas comunidades nativas, vide o Mapa 7.

Reconhecido isto, a questão é como seria possível trazer à superfície da história essas memórias, ou mesmo, num processo educativo, tornar compreensível os liames simbólicos e culturais que relacionam o presente vivido pela sociedade atual e o passado silenciado da região. Sobre essa dificuldade de reconstituir memórias mutiladas Candau (2014, p.96) afirma que quando um grupo sofre amputação da memória de suas origens a elaboração que seus membros fazem da representação de sua identidade se torna complexa, confusa e incerta. Isso é fato notório no que tange ao nosso objeto de estudo. Mais uma vez é o pêndulo da ambivalência histórica que seleciona tais memórias que serão base para a identidade individual e coletiva, conforme Candau (2014, p.99)

[...] a observação é válida para a maior parte dos acontecimentos históricos --, a boa gestão da identidade de um grupo de pertencimento (nação, região, local) passa pela relação ambivalente que os membros desse grupo terão com os acontecimentos que, simultaneamente, são objetos de um dever de memória (lembrar) e uma necessidade de esquecimento.



Ele então assevera que a força das memórias dependerá da ordem mais ou menos homogênea do conjunto de lembranças que o indivíduo representa e compartilha com o grupo de pertencimento do qual participa, e se encontra ou não eco nas representações identitárias do “pensamento coletivo”. Candau (2014, p.100) nisto afirma que quando os indivíduos de um mesmo grupo organizam suas memórias em eixos de interesse que não são os mesmos isto provoca o enfraquecimento da memória do grupo e conduz, ao mesmo tempo, à emergência de identidades múltiplas e complexas.

Nesse viés se alinha a memorização dos fatos selecionados pelos agentes colonizadores como marcantes para a construção identitária do homem habitante do sertão do Alto Itapecuru. A memória nativa é enfraquecida ante aos interesses de alguns grupos em legitimar uma memória histórica desvinculada das comunidades indígenas que primitivamente ocupavam o espaço natural. Dessa atitude, e pelo enfraquecimento da memória original, surgiram múltiplas concepções identitárias algumas identificando a cultura local com o gado e o couro, com os hábitos trazidos pelos vaqueiros nordestinos, pela agricultura de exportação, pelas práticas e hábitos europeus introduzidos pelos militares, enfim.

Nesse sentido, questiono-me quais as memórias seriam possíveis em relação à região do Alto Itapecuru no contexto da ambivalência “lembrar / esquecer”, presente na disputa simbólica entre a memória do dominador (o discurso do Arraial do Príncipe Regente) e a memória do dominado (o discurso de uma memória dos povos sacrificados). Seria possível a transmissão dessas memórias? E se possível, de que forma?

Conforme ensinamento de Candau (2014, p.106), a transmissão está no bojo de qualquer abordagem antropológica de memória, pois qual o sentido da memória senão para ser transmitida? Para esse autor a mobilização da memória se inscreve na necessidade de adaptação do presente ao futuro a partir da ressignificação do passado.

Compreender que essa transmissão se opera dentro de um jogo de lembranças e esquecimentos, de reprodução e criação, é considerar o caráter dinâmico da transmissão memorial, sempre aberta às transformações do pensamento e das sociedades, pelo que não se pode concebê-la como um legado puro e fiel daquilo que aconteceu, haja vista que “o campo do acontecimento não compreende sítios que gostaríamos de visitar e que se chamariam acontecimentos: um acontecimento não é um

ser, não é um dado geométrico, mas um cruzamento de itinerários possíveis”, exprime Jöel Candau (2014, p.101).

No caso específico da memória da região do Alto Itapecuru, conforme já pontuei anteriormente, não restam dúvidas de que há um campo memorial vasto a ser estudado e revisitado pela história no sentido de “dar voz” a um grupo de indivíduos que está embrionariamente ligado ao processo de ocupação humana, não somente do sertão do Alto Itapecuru, mas também de todo o sertão dos Pastos Bons, e que foi sujeitado e silenciado por um discurso de dominação e memorização de uma versão que privilegia o conquistador europeu.

Há sim uma memória dos vencidos que precisa de meios e “lugares de memória” que possam lhe dar visibilidade e compartilhamento por parte dos membros do grupo social. Como dito, é constatável que esta memória não-sacralizada se imponha pela resistência dos hábitos e gestos ancestrais, pela força dos costumes que se ressignificam nas rupturas e permanências inerentes aos processos sociais e históricos.

Uma leitura atenta das Cartas Geográficas do coronel Sebastião Gomes da Silva Berford (1810) e do major Francisco de Paula Ribeiro (1819), para citar apenas essas duas dentre outras, proporcionou-me constatar, ao comparar com as cartas geográficas do Maranhão atual, que a grande quantidade de acidentes geográficos (rios, riachos, lagoas, serras, chapadas...), vegetação e fauna cuja toponímia fora sinalizada pelos primitivos habitantes ainda resguardam-se, conservando a mesma nomenclatura de origem tupi guarani, maior tronco étnico linguístico do Brasil; assim como os pousos, paragens e caminhos históricos que nortearam as primeiras incursões oficiais à região, em quase sua totalidade, também guardam as antigas denominações. Tal constatação parece seguramente indicar a resistência cultural desses grupos, simbolismo e identidade não totalmente erradicados.

E não se limitaram esses grupos humanos a registrar sua memória apenas nas toponímias do patrimônio ambiental e geológico da região, deixando substanciosos registros de caráter arqueológico presentes nas inscrições e pinturas rupestres no interior de considerável número de cavernas da região, apreciadas pelos estudiosos já citados como um dos mais importantes conjuntos da “Província Espeleológica Maranhense”, constituindo-se em arcabouço material e antropológico indispensável para a compreensão e reconstituição do *modus vivendi* desses grupos humanos, e ainda sim da sacralização de sua memória silenciada.

Porquanto, são múltiplas as formas de transmissão e registro da memória humana em seu dinâmico processo de expansão. Em tal processo é notório que o homem, apesar de sua estupenda capacidade psíquica de armazenar memórias, deseje exteriorizá-las, registrando-as por meio de outros suportes, por traços e símbolos que expressam sentimentos, ideias e emoções que deseja compartilhar.

E as gravuras e inscrições rupestres são possivelmente a primeira demonstração de uma preocupação essencialmente humana de inscrever, riscar, deixar traços, ou seja, “fazer memória”, tanto na forma de uma memória figurativa (formas de animais e objetos) quanto de uma memória mais complexa, íntima (símbolos e formas abstratas).

Nesse sentido, no que se mencionou anteriormente sobre a região do Alto Itapecuru onde os primeiros estudos da arqueologia maranhense se iniciaram ainda na década de 1930, em Colinas (à época chamando-se Picos), pelo Dr. Olímpio Ribeiro Fialho (Engenheiro, Geólogo e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão) e seguindo seus caminhos o Dr. Olavo Correia Lima (Antropólogo, e Médico da Universidade Federal do Maranhão), na década de 1977, e o Dr. Deusdedit Carneiro Leite Filho (Arqueólogo do Centro de Pesquisa de História Natural do Maranhão), em 2013, há um potencial arqueológico vasto a ser estudado, pesquisado e registrado como forma de se constituir, de forma científica e escrita, um registro memorial mais ou menos aproximado do percurso histórico desses grupos humanos, desde tempos mais remotos até o seu contato com os grupos humanos europeus, conhecendo como se fixaram na paisagem ao longo do tempo.

É, não resta dúvida, por meio da pesquisa arqueológica que a memória silenciada e não-sacralizada encontrará meios de sua expansão e difusão, tendo-se em vista que a Arqueologia preconiza pelo estudo da trajetória desses povos, levando-se em conta o processo de colonização sofrido, as transformações ocorridas em sua dinâmica de vida e produção material a partir do contato conflituoso com os agentes colonizadores europeus, pela posse e exploração das terras e águas, pela sua fixação e imposição de um *modus vivendi* bem diverso dos grupos indígenas que ali já estavam, o que contribuiu para um verdadeiro extermínio físico e cultural desses povos.

Considerando que é a exteriorização da memória que vai permitir sua expansão, reconheço que “A tradição escrita vai facilitar o trabalho dos portadores, guardiões e difusores da memória” (2014, p.107). Num trecho de seu trabalho, exemplificando os meios de exteriorização e difusão da memória, Candau (2014, p.107)

evidencia que os primeiros memoriais consagrados ao Holocausto não foram monumentos arquitetônicos e nem museus, mas sim narrativas sob forma escrita (“os livros da lembrança”) rememorando a vida e o processo de destruição dos povos judaicos, com o ensejo de transformar o lugar de leitura num lugar de memória.

Isso porque, para esse autor, a produção escrita e mais necessariamente a impressa, permite a socialização da memória e armazenagem de informações num suporte fixo, se tornando acessíveis não apenas para o público letrado, mas também àqueles que possam ouvir as preleções destes textos por ocasiões e comemorações coletivas que se embasem nos textos fundadores de um grupo.

Auxiliar de uma auxiliar de uma memória forte, a escrita pode ao mesmo tempo reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura e reforçar a metamemória. Assim, **o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos** (CANDAUI, 2014, p. 109) (grifo meu).

Compreendo assim que, a partir das contribuições possíveis pela pesquisa arqueológica na região em estudo, a narrativa escrita é uma modalidade de expansão memorial que, embora incompleta, pode permitir o contato de memórias individuais e coletivas em uma mesma direção: a construção identitária e compartilhamento de “protomemórias” já transmitidas naturalmente pelo grupo, mas ainda não identificadas com as memórias originais silenciadas pelo processo de colonização do Alto Itapecuru.

Identifiquei-me com o que sabiamente afirma o antropólogo Candau, e reconheço que ninguém melhor que o escritor local, aquele que se empenha a registrar os traços do passado, no ensejo de oferecer ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos. Acredito que esse “poder de registrar” tão inerente ao homem, não se constitui numa tarefa qualquer, nem meramente mecânica, nem puramente metodológica. É certamente a ciência de um dever de memória, aqui mais relacionado ao “lembrar” do que ao “esquecer”, que me move pela inquietação com uma memória história legada de forma autocrática como é a da região do Alto Itapecuru onde vivo, e onde os meus ancestrais fincaram-se centenariamente.

Neste sentido de contribuição, o simples fato de eu estar neste estudo me debruçando sobre tais questionamentos, apontando possibilidades de reconstituição e transmissão de memórias possíveis sobre o processo de formação histórica e social da região em estudo, representa nada menos do que o embrião de uma modalidade de transmissão escrita da memória silenciada e não-sacralizada desses grupos humanos.

Creio que a despeito da pouca profundidade das discussões e confrontações de memórias aqui formalizadas, o texto do presente capítulo desta Dissertação de Mestrado, enquanto exteriorização memorial de um indivíduo que se posta a representar seu grupo, já é uma contribuição na busca pela reapropriação do passado e da revisitação da história e da memória do Alto Itapecuru.

### **3. Alto Itapecuru: transformações espaciais e socioeconômicas no século XIX**

O terceiro e último capítulo se ocupam a princípio de esboçar uma possível configuração do espaço territorial do Alto Itapecuru a partir das transformações que aos poucos vão se processando, sobretudo pela dinâmica econômica que avança pelo espaço que categorizei como “região indistinta” entre a porção norte (agricultura de *plantation*) e a porção sul (pecuária) do espaço maranhense, ainda na primeira metade do século XIX, assim como seus desdobramentos na segunda metade do aludido século.

Reconhecendo, nesse sentido, como o projeto integrador sinalizado com o Arraial do Príncipe Regente se fez refletir, após a transferência de seu fortim militar em 1818 (para a povoação-porto de Almeida Del Rei), noutros empreendimentos congêneres os quais contribuíram para o avanço da “fronteira civilizatória” e o extermínio das populações nativas, tais como o porto-povoação e freguesia de Almeida Del rei (1820), a fazenda Maravilha (1822), a vila de Passagem Franca (1838), a vila do Mirador (1855) e a povoação-porto dos Picos (1863) o cerne da municipalidade de Colinas do Maranhão, cidade que foi erigida no mesmo local e com a símile função do extinto Arraial do Príncipe Regente.

Autores como Raimundo José de Sousa Gaioso (2011), Alberto Pizarro Jacobina (1938), José Sérgio dos Reis Jr.(1958), José Osano Brandão (1959), Eloy Coêlho Netto (1979), Maria Januária Vilela Santos (1983), Maria do Socorro Coelho Cabral (1992), Antonio Fonseca dos Santos Neto (2006), Paulo Eduardo de Sousa Pereira (2012), Flávio Reis (2013) para citar apenas alguns, são fontes bibliográficas importantes para a discussão historiográfica a que se pretende no sentido de compreender as disputas econômicas e políticas que se deram na região do Alto Itapecuru, a partir do segundo quartel do século XIX, quando a grande lavoura do algodão avançou pelos vales do Itapecuru em demanda de terras abundantes e férteis.

Tal contexto de ocupação econômica das terras, até então tidas como devolutas e incultas, fez imprimir uma nova realidade, interferindo evidentemente nas formas de organização do espaço natural, territorial e social sertanejo, sobretudo em função desse contato que se almejava efetivar entre a frente econômica da pecuária sulista e a frente econômica da agricultura de exportação nortista, como tão bem debatido foi nos capítulos anteriores, se constituiu como ponto nodal do projeto de colonização portuguesa daquela estratégica e próspera região.

Nesse sentido, também realçar que o Alto Itapecuru, mais necessariamente o local do antigo Arraial do Príncipe Regente, em face das transformações econômicas que se processavam no cenário maranhense no início do século XIX, aparece não mais como uma zona ou região indistinta, interstício entre as duas frentes de ocupação das distintas porções geoeconômicas do território, mas sim como um espaço de disputas entre potentados fundiários tendo como pano de fundo a ocupação da terra, que passa a ser mais valorizada e tida como signo ancoradouro de poder econômico e prestígio político.

Também é marcante nesse contexto, mesmo que de forma pouco profunda, como se inicia a formação do campesinato maranhense, assim como as estruturações das famílias dos potentados rurais em torno do controle político sobre alguns núcleos urbanos em formação. Ressalto que é nesta teia de poderes, naquele momento sendo tecida, que a povoação-porto dos Picos (eminente produtora de algodão, à margem do rio Itapecuru) é elevada à categoria de vila rebaixando politicamente a velha Passagem Franca (antigo território interior próprio para a pecuária).

Convém, nesse capítulo, analisar como essa trama de poder se estabeleceu no sentido da “invenção” política do município de Colinas, antiga povoação dos Picos, a qual passou de uma “*insignificantíssima povoação*” (MARQUES, 2008, p.350) para uma descrição bem mais próxima da realidade naquele período como afirmou José Ribeiro do Amaral que a visitou e a categorizou como “um dos empórios do comércio dessa parte do sertão e também um dos grandes centros produtores de algodão” (AMARAL, 1896, p.95).

De fato, foi a grande lavoura do algodão que possibilitou a formação social, política e econômica de Colinas, antiga fazenda e porto dos Picos, atraindo a si status político, eclesiástico e jurídico de Passagem Franca por meio, sobretudo, das articulações de Dr. Francisco Dias Carneiro, membro do Partido Conservador, latifundiário e industrial, em meio a muita celeuma. É ele quem escreve um extenso

relatório sobre a região do Alto Itapecuru, descrevendo suas potencialidades e atrativos para o “progresso da província”, e o remete à Assembleia Provincial convencendo os parlamentares da importância da região para o desenvolvimento da cotonicultura, atividade que tomava os solos férteis dos altos sertões maranhenses em demanda do mercado internacional. O capítulo findará com a configuração do espaço a partir da projeção da vila dos Picos como maior centro comercial e cultural do Alto Itapecuru.

Acrescento que nesta etapa da pesquisa conseguiu-se levantar algumas importantes fontes documentais primárias no Arquivo Público do Estado do Maranhão, notadamente a documentação referente ao período em estudo, no âmbito das disputas políticas pelo território, as quais serão contextualizadas com os debates aqui propostos.

Dentre estes documentos primários, há de se fazer especial menção ao “Relatório que a câmara municipal da Passagem Franca remeteu à presidência da província sobre a lavoura e a criação de gados do seu município e as medidas que convém tomar para o seu desenvolvimento” (1869), pois trata-se de um relatório técnico extremamente refutado em conhecimentos agrônômicos e, devido à sua densidade e minúcias, foi atribuído ao Dr. Francisco Dias Carneiro, ensaísta de agronomia, Direito e proprietário da Companhia Fabril Caxiense, com profundos interesses em elevar a povoação de Picos (atual Colinas) ao status de vila e à função de maior produtor e entreposto econômico-fluvial do Alto Itapecuru, o que de fato aconteceu.

Antes, porém, de enveredar pelas discussões econômicas, sociais e políticas que entornam a instituição oficial do espaço geográfico do Alto Itapecuru, faz-se necessário a compreensão conceitual dos termos muito recorrentes no presente estudo tais como território e territorialidade, compreendo-os segundo os aportes teóricos da Geografia. Neste fim, serão muito válidas as contribuições de teóricos e estudiosos da geografia como Milton Santos (2000), Godelier (1984), Dantas & Morais (2008) que lançaram as bases conceituais imprescindíveis para a compreensão do espaço geográfico em estudo.

Porquanto, nesse primeiro momento, busco apoio nos aportes teóricos da Geografia para a compreensão da noção de território sob as concepções naturalista, materialista, econômica, jurídica e também simbólica. Isto porque, compreendo que a discussão conceitual de território deve partir de sua compreensão preliminar de uma unidade geográfica fixa, mas que comporta uma dinâmica de ações responsáveis pela formação de uma teia de complexas relações. Tais relações se estabelecem, sobretudo, a

partir da interação das múltiplas facetas que a sociedade apresenta no processo de apropriação e transformação do espaço por ela habitado.

Assim, segundo o que nos ensina DANTAS & MORAIS (2008, p.03), o conceito de território será discutido na interface da dinâmica social, capaz de articular, por meio de pontos distintos, as relações de trocas, sejam elas simbólicas, materiais, econômicas ou políticas. Afinal, “O território define-se a partir de sua rede de interações, seus limites e fronteiras são estabelecidos de forma mais flexível, sua compreensão torna-se mais complexa”.

Tal inferência é muito salutar, pois permite compreender que o conceito de território se relaciona às múltiplas visões e apropriações que as sociedades fazem dele. É aceitar que, em sua essência, se reveste de grande polissemia e complexidade, considerando-se que as distintas áreas do conhecimento o tomam sob diferentes perspectivas.

Segundo DANTAS & MORAIS (2008, p.05) o caráter polissêmico é identificável mesmo na Geografia onde seu conceito varia desde uma abordagem física, jurídica, social, cultural, e mesmo afetiva, cuja compreensão prescinde das “relações que a sociedade estabelece com a natureza, mediadas por mecanismos de apropriação, dominação, ocupação ou posse de uma fração do espaço”.

Portanto, as relações sociais, os interesses e as formas de apropriação dos espaços estarão sempre correlatos à formação e ao caráter específico dos territórios, pois tais formatos de percepção e apropriação atuarão tanto no fracionamento como no reordenamento que refletem sempre os interesses dos atores envolvidos na organização, gestão e manutenção dos espaços geográficos instituídos.

E um questionamento nos vem à tona: qual a origem desta palavra? Sua etimologia está relacionada à terror, pavor? Ou território deriva mesmo de terra?

Conforme o Novo Dicionário Aurélio (2004, p.1940) “Território” deriva do vocábulo latino “territorium” e nessa língua corresponde a “territorium” significando uma extensão considerável de terra; torrão. O Geógrafo francês Guy Di Méo (1998, p.47 apud HAESBAERT, 2004, p.43), especialista em geografia social e cultural pela Universidade Michel de Montaigne (Bordeaux III), apresenta interessante relação conceitual da palavra território. Para ele se origina do *jus terrendi*, o “direito de aterrorizar”, estando possivelmente ligado ao período das grandes invasões bárbaras.

Embora não havendo consenso sobre tal origem etimológica, convém observar que ela não é improvável, haja vista a observação, o que se deu tanto na

Europa, quanto na América, e em outras partes do mundo, e notadamente à região do Alto Itapecuru, marcada pelos conflitos entre brancos e indígenas, o que se propagou a respeito do conceito de território está associado a um duplo sentido: à terra e ao território como materialidade, e aos sentimentos que o território desperta, como o medo (terror) para quem dele é excluído ou com ele não se identifica, quanto o prazer para quem dele usufrui e com ele se identifica.

### **3.1 O Alto Itapecuru e as diferentes dimensões de “território”**

Importa-me, nesta secção, estabelecer as relações de significado entre os conceitos de “território” e o espaço geográfico do Alto Itapecuru, lugar físico, social, político e econômico onde se desenvolve esta dissertativa histórica. Portanto, não seriam compreensíveis as diversas facetas da ocupação e invasão da região que foi geograficamente assinalada entre as duas frentes de povoamento (norte – sul) sem levar-se em conta os interesses e as implicações que moveram o avanço dessa conquista oficial, assim como a não-oficial, sobre o espaço sul maranhense, buscando inscrever nosso objeto nas diferentes dimensões que o território abarca.

Para o Geógrafo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Rogério Haesbert (2004), é possível agrupar as várias conceituações de território em quatro vertentes básicas: dimensão política, cultural, econômica e natural.

A dimensão política se situa nas relações de espaço-poder, ou jurídico-políticas, que dizem respeito às relações espaciais que se estabelecem no âmbito da organização do Estado. Neste sentido, é concebido como uma porção do espaço geográfico, delimitada e controlada pelas relações de poder, quase sempre associadas ao poder político do Estado.

Em sua dimensão cultural o território é demarcado a partir de seu conteúdo cultural e simbólico que apresenta em função da teia de subjetividades que os indivíduos tecem sobre ele e fincam raízes conferindo-lhe identidade. Porquanto, nessa dimensão conceitual, o território é concebido como um produto da apropriação e valorização simbólica do espaço por um grupo de indivíduos que com ele interage conferindo-lhe valor e firmando laços afetivos.

Possivelmente, a mais presente em numerosos contextos, sobretudo por ser característica e regra dos processos de colonização desde tempos imemoriais, a dimensão econômica localiza o espaço como fonte de recursos capazes de produzir

riquezas, gerar lucro. Nesse sentido, extravasa sua relação meramente econômica, interferindo decisivamente na própria hierarquização social e na divisão social do trabalho, assim como na estruturação do todo social, político e cultural.

Em sua base original, o território se forma a partir das relações que os indivíduos estabelecem com o meio físico, uma vez que o território é, antes de qualquer coisa, uma porção delimitada do espaço natural. Nesse sentido, a perspectiva naturalista emprega uma noção de território baseada na interação entre sociedade e natureza, notadamente ao que se refere ao comportamento natural do homem em seu ambiente físico.

Como se pode perceber, o conceito de território, por mais simples que pareça ser, compreende uma discussão que está vinculada a um conjunto de perspectivas teóricas. Entendo que, de todas elas, as que melhor se aplicam ao nosso estudo são a “perspectiva materialista” (concepções naturalistas, econômicas e jurídico-políticas) e a “perspectiva idealista” (concepção simbólica e cultural).

Essa categorização do território é defendida por alguns teóricos e apresentada por DANTAS & MORAIS (2008, p.07 a 12) em “Território e territorialidade: abordagens conceituais”. No âmbito da perspectiva do Materialismo, a “concepção naturalista” considera a territorialidade como uma característica fundamentalmente humana, biológica e geneticamente herdada pelo instinto animal de delimitar espaços como garantia de abrigo e usufruto dos recursos naturais que lhe favoreçam a sobrevivência.

Essa concepção de territorialidade foi primitivamente limitada à parcela considerada irracional do mundo animal, sendo que só posteriormente, a partir dos estudos do antropólogo norte americano Robert Ardrey (1969, p.10 apud Haesbert, 2004, p.44), foi estendida a possibilidade de uma “territorialidade animal” para a espécie humana. Segundo Ardrey, o território compreende “uma área do espaço que um animal ou grupo de animais defende como reserva exclusiva, pode também descrever a compulsão interior em seres animados de possuir e defender tal espaço”.

Apesar de tal discussão não interessar objetivamente ao presente estudo, convém observar que, do ponto de vista antropológico, a defesa do espaço habitado por grupos de indivíduos, no caso específico dos indígenas do sertão do Alto Itapecuru, é uma constante no processo de colonização portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, quando se digladiaram em sangrentos conflitos brancos e indígenas pela posse do território. E, não será demasiado recordar, foi o Arraial do Príncipe Regente erguido

com este fim: extirpar a presença das comunidades indígenas como forma de assegurar o controle efetivo da região para as autoridades capitais portuguesas.

No meu entendimento, reforçado pelos teóricos em estudo, não é possível desarticular o âmbito natural do âmbito social, o comportamento biológico do social. A delimitação de territórios tanto do homem quanto de outros animais, conforme visto, está essencialmente relacionada às necessidades de abrigo, proteção contra os intempéries naturais e outros animais, sobrevivência e organização dos diferentes grupos vivos no espaço natural.

Sobre isto asseveram DANTAS & MORAES (2008, p.09) que “[...] no que diz respeito à perspectiva material do território, é preciso considerar a sua dimensão natural, que em alguns casos se revela como um de seus elementos fundadores, embora nunca dissociada das relações sociais.”

Conquanto, é preciso compreender que, à revelia dos interesses das autoridades capitais maranhenses, da coroa portuguesa, dos vaqueiros e colonos que concorriam para as terras férteis do Sul da Capitania do Maranhão, havia um imenso espaço geográfico naturalmente dado, divinamente criado, ainda bravo, mas povoado em sua maior parte pelas numerosas comunidades indígenas.

Tal espaço geográfico, ao contrário dos insistentes discursos de poder empreendidos pelo colonizador, não era inculto nem tampouco deserto, mas habitado por seres humanos com organização social e dinâmicas produtivas peculiares, que se dispersavam em todas as continentais direções dos sertões dos Pastos Bons, entre as bacias dos rios Parnaíba, Tocantins, Itapecuru e para além das Balsas.

Essa verdadeira “mesopotâmia maranhense” já estava, portanto, habitada, milenarmente, ao modo e ao gosto do nativo, alcunhado de “índio”, de bárbaro, dentre outros cognomes pejorativos. Foram esses grupos humanos que primeiro imprimiram à paisagem uma configuração de espaço organizado ao utilizarem-se das formações geomorfológicas e acidentes geográficos, assim como de topônimos tomados de espécimes da flora e fauna para demarcarem os possíveis “territórios” de cada grupo de indivíduos. Como ainda se vê em alguns lugares do município e da região, foram grutas e cavernas nas fendas das gigantescas chapadas e carrascos que lhes serviram de moradia primitiva.

O militar português Francisco de Paula Ribeiro, a propósito, ao realizar sua missão oficial demarcatória das fronteiras das capitânicas do Maranhão e Goiás, em 1815, também evidenciou isto em seu “Roteiro ...”. Segundo o professor Manoel de

Jesus Barros Martins, da Universidade Federal do Maranhão, no prefácio de uma publicação da obra deste militar, Ribeiro manteve sólidos contatos com os mais antigos habitantes daquele sertão, buscando identificar a noção de pertencimento por eles desenvolvida em relação a uma ou a outra capitania. E sustenta que tratou logo do reconhecimento dos acidentes geográficos passíveis de serem indicados como marcos perenes ao cabo da faina demarcatória (MARTINS in RIBEIRO, 2002, p.11-12).

Muitos desses elementos estão ainda atualmente a servir de referência para as regionalizações que têm sido, desde o final do século XVII, recorrentes no sentido de organização do poder sobre as riquezas naturais maranhenses, sobretudo utilizando-se as bacias dos rios Parnaíba, Itapecuru, Grajaú, Mearim, Pindaré, Munim, Tocantins, estes são apenas alguns exemplos de que a regionalização do espaço na verdade principia com o nativo habitante dos sertões, são topônimos do tronco linguístico desses povos que primeiro nomearam as formações naturais presentes no espaço.

Tal forma de divisão do espaço possuía ordenamento próprio firmado entre os grupos de nativos que estabeleciam acordos e tratados de territórios de caça, de pesca e plantio, comum e exclusivo de cada um. Isto pode não haver ficado aparente para o colonizador que os consideravam desprovidos de qualquer regra ou acordo de civilidade. Em verdade, não dominando a escrita padrão da “civilidade” do povo europeu, tais tratados eram feitos, sobretudo, valendo-se da oralidade, de um direito baseado nos costumes e na palavra dada, muitas vezes por meio de rituais.

Assim, constata-se que os condicionantes naturais firmaram as bases de organização desse espaço geográfico no sentido de um território, aqui compreendido como uma porção do espaço delimitada, habitada e defendida por um grupo de indivíduos. A necessidade de sobrevivência, abrigo e organização dos grupos humanos imprimiu tal necessidade. Porquanto, o conceito de território aplicável ao espaço geográfico do Alto Itapecuru, sob a perspectiva natural, na dimensão Materialista, não condiz exclusivamente à delimitação que é oficializada pelos discursos de poder dos colonizadores, mas bem anterior se considerado o modo peculiar de organização dos primeiros habitantes da região, os indígenas.

Em profunda sincronia com a concepção naturalista, a concepção materialista do território admite sua utilização humana com fins de subsistência e econômicos. Isto nos faz rememorar o que foi debatido no capítulo segundo desta dissertação, quando tratei do avanço da “fronteira civilizatória” pela qual o colonizador

justificava a ocupação “racional” do território com vistas à exploração econômica das riquezas naturais do sertão do Alto Itapecuru e de todo os Pastos Bons.

Deste modo, as terras já habitadas pelos povos indígenas são desapossadas sob a justificativa do desenvolvimento econômico da região e da capitania do Maranhão. No âmbito da dimensão Materialista, esta é a concepção econômica do território. O antropólogo Godelier (1984, p.112 apud DANTAS & MORAES, 2008, p.10) nessa vertente assim conceitua território como

Uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre a qual determinada sociedade reivindica e garante à todos, ou à parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar.

Como se percebe pela definição de Goldelier há uma forte referência de território à natureza, enquanto fonte de recursos, exploração, controle e uso racional. Porquanto, no âmbito econômico, o conceito de território está associado à ideia de uma porção do espaço geográfico que é defendida em função dos recursos materiais que ela dispõe e que é alvo de cobiça econômica de uns e de subsistência de outros indivíduos que a têm como indispensável pela sua reprodução e permanência.

A defesa do território por parte dos nativos do Alto Itapecuru, aguerridos e implacáveis que foram, está intimamente associada a esta questão. As sangrentas disputas entre o agente colonizador e as comunidades nativas não transitaram apenas no campo simbólico. Tanto um grupo humano quanto o outro disputam os recursos naturais (notadamente os cursos de água e os terrenos entre as bacias hidrográficas, com seus baixões férteis e prenes de diversidade de frutos e animais apreciados para a alimentação) como forma de garantir a sobrevivência e o aproveitamento econômico comercial de tais riquezas.

Segundo o Geógrafo Milton Santos (2000, p.3), o uso econômico é o mais comum e essencial condicionante da constituição de um território, o que compreende uma disputa constante em função dos interesses diversos daqueles que o habitam. Para ele, então, o território enquanto “espaço usado” “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”.

Isto leva à reflexão da potência que esse conceito possui, pensando-se processualmente as relações que se estabelecem entre o lugar, os seus habitantes, a formação sócio-espacial e o espaço global onde ele está inserido. O conceito de território, nesse viés, é capaz de proporcionar as diversas conexões que interligam desde

a escala local até a escala de regionalização planetária, todas interdependentes, conectadas e dizem respeito a diferentes níveis de uma mesma realidade: a humanidade.

Nesse sentido, segundo visão defendida por Milton Santos (2000, p. 12-13), a expressão “território usado” é uma forma de se compreender o espaço geográfico como um recurso e como um abrigo. Mas como diferenciar a função do território?

A diferenciação, conforme ele afirma, está em função dos “atores da territorialidade”, os indivíduos que habitam e interferem na paisagem. Para os “atores hegemônicos”, os que exercem domínio sobre o espaço geográfico, o “território usado” é um “recurso”, uma via de realização de seus empreendimentos particulares e econômicos. Mas para os “atores hegemonzados”, o território corresponde “a um abrigo no qual buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (Santos et al, 2000, p.12-13).

As afirmações de Santos contribuem sobremaneira para o presente estudo onde se enseja compreender a formação territorial do Alto Itapecuru, nos sertões dos Pastos Bons, pois pensando esse lugar a partir de seu uso, compreende-se o porquê de sua ocupação estar tão bem alinhada à dimensão econômica.

E assim posso afirmar que foi a ação humana, motivada pelos seus interesses culturais, a responsável pela configuração que tomou conta do espaço natural. Sociedades como as indígenas, aqui compreendidas no âmbito do conceito de “atores homogeneizados”, modificaram a natureza com menor intensidade e com ela se adaptaram, retirando apenas o básico e indispensável, de forma harmoniosa no sentido de sua sobrevivência. O colonizador, ao contrário, como “ator hegemônico”, passou a transformar a natureza e inserir nela seus elementos culturais como construções mais tecnologicamente sofisticadas, imprimindo à paisagem natural sua marca cultural, de forma que pudessem desenvolver suas atividades econômicas, sociais e transformadoras dos abundantes recursos naturais.

Portanto, a presença do agente colonizador, desde o final do século XVIII, no território do Alto Itapecuru, assinala as mais impactantes transformações. Ao construir moradas de materiais mais sólidos e elaborados, os currais, as feitorias, os portos, as estradas abertas por entre inúmeros territórios indígenas, eles processualmente iniciaram tais transformações à medida que modificaram e se apropriaram do espaço. Afinal, a atividade humana não apenas produz um espaço geográfico como também o reconstrói e o reproduz constantemente.

Para compreender esse processo, basta recordar como se dá a formação territorial do Brasil, na condição de colônia da metrópole portuguesa, no século XVI, constituindo uma etapa relevante do processo de expansão comercial europeia e das bases do sistema capitalista, na transição da chamada *economia natural* para uma *economia de mercado*. Nesse sentido, observa-se que as relações sociais foram tecidas sobre uma base de profundas contradições, tanto no sistema estatal importado da Europa, quanto no modo de produção baseado na escravização e extermínio dos povos indígenas, sendo que os escravizados africanos formavam a base produtiva da sociedade e que a sustentava, acentuando uma disparidade muito nítida entre os diferentes estratos sociais.

Analisando o Alto Itapecuru pela vertente conceitual jurídico-política de território percebo que além das transformações anteriormente descritas, a presença do agente colonizador foi responsável pela reconfiguração espacial da região, imprimindo unidades organizadas e oficializadas do espaço, no âmbito da organização estatal portuguesa. A primeira delas são as divisões em Datas e Sesmarias (enquanto fracionamentos territoriais da capitânia concedidos pelo rei oficialmente), o próprio Arraial do Príncipe Regente e seu forte militar, as fazendas, feitorias, portos, distritos, subdistritos, freguesias, termos, comarcas, municípios e cidades que vão se estruturando em função das atividades econômicas, notavelmente a agricultura do algodão, a pecuária e o extrativismo vegetal.

É conveniente esclarecer que tanto território quanto territorialidade são conceitos que surgem no âmbito da Geografia Política, e sua raiz etimológica está associada à ideia de apropriação de um espaço de forma organizada. Para Ratzel (apud MORAES 2000, p.19), território é “um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um âmbito espacial”.

Conforme DANTAS; MORAES (2008, p.12-13), entre as referências que fazem relações entre a territorialidade animal e a humana, tem relevo a concepção de que a sociedade teria o direito *natural* a um espaço ou mesmo a uma propriedade privada da terra, na medida em que corresponderia ao *espaço vital*, indispensável ao progresso social. Os simpatizantes dessa afirmação desenvolveram a associação “que fez do território político – principalmente o território do Estado – uma extensão da dinâmica do mundo biológico (animal)”. Verifica-se a transposição dos *espaços vitais* da *Biogeografia* para a realidade territorial do Estado, considerando-o este também uma forma de expansão da vida na superfície da Terra.

Na perspectiva do *direito natural* ao espaço em função do desenvolvimento e do progresso social e humano seguem os estudos do teórico alemão Friedrich Ratzel. Ele propôs as bases do chamado Determinismo Geográfico, inscrevendo o comportamento humano como um produto do meio, ou seja, segundo Ratzel, as condições naturais é que determinam como será a vida humana em sociedade, pelo que não poderia ser concebido fora das relações de causa e efeito, as quais condicionam a vida humana no meio ambiente.

Conforme DANTAS & MORAES (2008, p.13) Ratzel foi o elaborador do conceito de “espaço vital” como sendo o lugar ideal para a reprodução de um grupo humano, desde que considerados os recursos disponíveis e sua proporcionalidade ao agrupamento humano que nele habita. Assim, “o território se define através do elo entre uma dimensão natural (física) e uma dimensão política (que se confunde com o próprio Estado)”. Tal concepção se aproxima daquela que valoriza a dimensão econômica e percebe o território como fonte de recursos para a reprodução social, uma vez que Ratzel usa da disponibilidade de recursos como parâmetro para sua formação conceitual.

Milton Santos (1994, p.15) em “O retorno do território” confirma tal versão afirmando que não é o território em si mesmo, mas o seu uso que o coloca como objeto de análise social. Até porque o território, apesar do que defende a dimensão jurídico-política, não é estático ou permanentemente em suas características. Seu uso pelos que nele habitam e interferem é que vai defini-lo, ou ao menos brevemente delinear-lo. Assim, o território dos municípios que atualmente integram a região do Alto Itapecuru mantém como característica de permanência o fato de ser um “espaço usado”, um “quadro de vida” daqueles que o habitam, no entanto, não tem mais a função econômica, social, material e nem mesmo político-jurídica quando de sua constituição no século XIX.

Portanto, se faz essencial reconhecer a dinâmica do processo de uso dos espaços e formação dos territórios a partir das necessidades e interesses dos seus atores sociais. Apesar de reconhecer isto, como bem observa Milton Santos, na mesma obra, o território acaba por causar uma inquietação em seus habitantes por desvendar sua gênese, pois “O território habitado cria novas sinergias e acaba por impor ao mundo uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí a metáfora do retorno” (SANTOS, 1994, p.15).

Assim não é à toa o presente estudo, movido que estou pelo desejo de “retorno” à constituição desse território do Alto Itapecuru, como forma de conhecer os condicionantes de sua formação política, econômica e social, estabelecendo as interfaces e contrapontos entre a utilização dos recursos naturais, a sobrevivência, o aproveitamento econômico, no âmbito do uso do chamado “espaço vital”, e, sobretudo relacionar sua utilização em função do modo de produção capitalista que estava se configurando no cenário econômico mundial. Milton Santos inscreve tal fenômeno no que ele convencionou chamar de Geografia do Trabalho. Para esse teórico, renova-se a importância do fator trabalho em favor da configuração técnica do território e seus recursos, no campo e na cidade, “e que está ligado ao processo imediato da produção e os resultados auferidos desse trabalho, cujo valor é ditado por relações mais distantes” (SANTOS, 1994, p.18).

Ao lançar um olhar sobre a formação histórica da região é possível divisar claramente a dinâmica de utilização econômica e de constituição oficial do território. Da pecuária e da agricultura do algodão ao extrativismo de madeiras nobres, couros de gados, peles de animais silvestres, coletas de frutos e resinas valorizados pelas suas potencialidades farmacológicas, além da palmácea nativa do babaçu, cuja amêndoa de ricas propriedades representou fonte de riqueza para a região, contribuindo para que a navegação do Itapecuru permanecesse ativa até a década de 1960, aproximadamente, completando um ciclo de um século dessa importante atividade.

É bem ponderada a exibição da Mapa 08 “Carta Geral da Província do Maranhão de 1854” (p.113), de autoria do capitão graduado Franklin A. C. Ferreira, que a região do Alto Itapecuru aparece em franca integração econômica (linhas azuis) por meio dos desdobramentos do Arraial extinto: Povoação de Picos, no mapa mantendo a denominação de Príncipe Regente, a povoação de Almeida Del rei, a povoação de Mirador, com as vilas de Pastos Bons e Passagem Franca, que no mapa aparecem interligadas por linhas de contato, ligando-se a outros empórios comerciais em diferentes direções: Riachão, Chapada (Grajaú), Caxias, Codó e São Luís, principalmente.

E são as atividades econômicas que vivem o seu momento de auge que ditam as formas de ocupação dos “espaços vitais”. E há de se considerar que as terras do centro-sul e centro-leste maranhense se deu em função de uma divisão social do trabalho muito distante daquela praticada pelas comunidades indígenas e os sertanejos que primitivamente habitavam a região.

Mapa 08: Carta Geral da Província do Maranhão -- 1854



Fonte: Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Departamento de Cartografia, 2016.

Nesse sentido, como se verá mais adiante, o mesmo território oficial do extinto Arraial do Príncipe Regente, já com outros topônimos, vai cumprindo a missão de fazer povoar e produzir a região. Dividido em datas e sesmarias que pontilham todo o sertão, espalhando-se a montante a jusante da importante e estratégica ribeira do Alto Itapecuru, avançando pelo espaço da sua margem esquerda, no rumo do divisor de águas Itapecuru-Mearim, então área tida como deserta e indômita, o projeto de colonização é mantido e vai se efetivando paulatinamente em função da grande lavoura de exportação, no primeiro quartel do *Oitocentos*.

Desde a utilização dos recursos naturais até a imposição dos currais e das cercas, a dinâmica do sertão é modificada tenazmente. A economia primitiva, própria de um espaço utilizado e vivido sem fins lucrativos, é interferido por uma ideologia que dominava aos poucos o espaço global, de uma imposição cultural massificadora europeia, que trouxe consigo todo um aparelho de objetos, mecanismos e normas preestabelecidas pela Coroa portuguesa e voltadas, exclusivamente, ao atendimentos de seus interesses econômicos e ideológicos.

Numa visão bem atual, contextualiza-se o início do século XIX, marcado por uma ideologia puramente racionalista que atingia e permeava diversas searas da sociedade, ainda hoje quem produz, comanda e normatiza a divisão social do trabalho são as leis de Mercado, e quem elabora tais leis e as conduz são as grandes potências capitalistas do mundo. Como bem explica Santos (1994, p.19), “O território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), [...]”.

O encontro da fronteira agrícola com *os caminhos do gado*, engendrado no âmbito do projeto do A. do Príncipe Regente, parece ainda não haver completado sua efetivação. Vive-se um momento de expansão agrícola e uma acirrada concorrência de migrantes sulistas em demanda das terras férteis, pródigas em extensão e acesso a custo reduzido se comparado ao valor do hectare em outras regiões produtoras do país. O agronegócio, como nos tempos áureos do algodão, toma a região dos férteis altiplanos do sertão do Itapecuru e dos municípios de Colinas e Mirador em direção ao sul para além de Pastos Bons e Balsas. Desta vez com a força da soja, o milho e arroz tipo exportação são o “carro – chefe” da produção e movimentam grandes volumes de capitais.

Junto com o agronegócio, vêm também funestas consequências para os biomas da Mata dos Cocais, da Pré-Amazônia Maranhense e do Cerrado, pelo

desmatamento da cobertura vegetal para a produção dos campos agrícolas, assim como pelo ameaça a fauna nativa, aos incontáveis mananciais de água doce do sertão, quase todos com suas nascentes ali, bem como seu envenenamento causado pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, que contaminam as águas, causam a morte dos peixes (principal fonte da dieta alimentar das populações ribeirinhas) e dificultam e limitam o acesso à terra e práticas agrícolas de subsistência.

Faz-se, porquanto, urgente, um “retorno” histórico ao “território usado” com vistas a uma avaliação de seu uso desde sua ocupação, e suscitar a racionalização de seu uso de forma sustentável. Neste cenário, os “atores hegemônicos” não são os portugueses, mas os sulistas comumente chamados de “gaúchos” (nome genérico atribuído para designar pessoas de diversas naturalidades de agricultores do sul e sudeste do Brasil) que em sua maioria exploram as terras, os recursos naturais até o esgotamento, assim como a mão-de-obra abundante e a baixo custo.

Na verdade, ao suscitar brevemente essa reflexão sobre o atual uso do território em estudo é porque sou habitante desse espaço, onde convivo, trabalho e por isso interfiro e sou interferido pelo meio natural e social do Alto Itapecuru. Tenho consciência da importância que o território exerce sobre a formação social dos indivíduos, e compreendo que grande parte dos problemas de ordem social, necessariamente a miséria e as disparidades gritantes, estão associados diretamente ao processo de formação da estrutura político-econômica brasileira.

Certo é que o espaço geográfico do Alto Itapecuru ganha notoriedade como um território oficial a partir do Arraial do Príncipe Regente, fundado em 1807, atendendo as determinações da Carta Régia de 1798, e por ordens expressas do Príncipe Regente, Dom João Maria de Bragança – a posterior rei D. João VI. É ele o primeiro núcleo urbano instituído como povoação depois do Distrito de Pastos Bons, fundado em 1744, sendo a ele submetido, e agregou as funções de quartel militar (o segundo da região), a possuir capela de cura, porto de embarque e desembarque de gêneros e pessoas, possuir casas dispostas em ruas alinhadas e habitado por 215 almas<sup>13</sup>.

É a presença desse sutil urbanismo que influencia a solicitação de diversas Cartas de Sesmarias para o território. Os registros de processos de Sesmarias dão noção do afã pela posse da terra, incentivada também pela possibilidade de navegação pelo rio Itapecuru, ligando os altos sertões à ilha de São Luís. Em que pese a campanha

---

<sup>13</sup> Segundo informações de seu visitador oficial cel. Sebastião Gomes da Silva Berford, em seu “Roteiro da Cidade...” (2008 p.28-29).

empreendida pelas autoridades para povoar tão próspera região e integrá-la ao restante do território maranhense, é conveniente lembrar que, conforme vimos, é a realidade do capitalismo europeu em formação que exerce papel preponderante na produção de um espaço voltado para atender as necessidades das potências européias.

Conforme exposto anteriormente, são os interesses econômicos, as leis de Mercado, que regem a dinâmica da ocupação dos espaços geográficos. Com o sertão maranhense não foi diferente: a divisão espacial do trabalho está diretamente vinculada ao processo de constituição urbana e formação social da região.

A análise desse processo de “povoamento” do Alto Itapecuru, no século XIX, nos sertões dos Pastos Bons, permite observar uma célere insistência das autoridades portuguesas em dinamizar a ocupação da região pela via oficial. Entre empreendimentos privados e oficiais, o território esteve em contínua ocupação, avançando para além do Arraial, rumo às terras próximas às cabeceiras dos rios Itapecuru e Alpercatas, e para além do divisor de águas Itapecuru – Pucumã, na margem esquerda do Itapecuru, assim como avançando por toda a margem direita em direção ao rio Parnaíba, o que segundo Sebastião G. da Silva Berford contava com uma área de influência em torno de 50 léguas rio acima e circunvizinhanças, e umas 18 léguas do seu centro aos arrabaldes. Tal distância, considerando-se a medida da légua do século XIX, em Portugal, poderia equivaler a uma área de trezentos mil metros (300 km) de abrangência do Arraial do Príncipe.

De sua polarização e resguardo militar surgem dezenas de fazendas de gado e lavoura, povoados, e a primeira freguesia da região, criada pelo Alvará Régio de 1820. Local não apenas de partida de expedições de apresamento e dizimação de comunidades indígenas, o A. do Príncipe Regente era o núcleo urbano onde se processavam as trocas comerciais, assim como para onde afluíam as riquezas comerciáveis do sertão maranhense, funcionando mesmo como um ancoradouro natural de bens e pessoas fomentando o “progresso” do sertão dos Pastos Bons. Nesse sentido, o Alto Itapecuru parece ser exemplo da influência do capitalismo na divisão social do trabalho e na expansão regional que o núcleo urbano atinge a partir de sua posição e função estratégica no sertão.

A partir da leitura de Ana Fani A. Carlos, em seu artigo “A natureza do espaço fragmentado” (1994, p.170), é compreensível como ela relaciona diretamente o aspecto econômico à organização social e política dos espaços. Afirma que à medida que a divisão social e espacial do trabalho se verticalizam em busca de uma “nova

racionalidade” do uso dos recursos naturais, pela utilização de conhecimentos tecnicamente mais elaborados, se dá uma preponderância de um poder político que tende a criar padrões massificadores da sociedade em função do controle e vigilância da vida cotidiana, sobretudo dos “atores homogeneizados” do espaço geográfico.

Como visto em momentos outros desta dissertativa, há um processo de aculturação da região no que tange as comunidades indígenas, marcado pela imposição de padrões alinhados à cultura europeia e impostos pelos agentes colonizadores. Prova mais exemplar é a maneira de apropriação do espaço natural.

Antes de uso comum aos nativos, passa sofrer as influências das relações capitalistas de produção, troca e consumo pelo que vai passando por um processo de fragmentação em função dos interesses de seus “atores hegemônicos”: criação de gados, agricultura de exportação, agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, animal e mineral, assim como o próprio desenvolvimento urbano-comercial que se instaura a partir do primeiro quartel do século XIX. Como assevera CARLOS (in SANTOS et al, 1994, p. 193) “No caso do espaço, este aparece como produto de uma atividade dividida, onde a fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada”.

É de fato a dinâmica do povoamento branco-europeu que vai se espalhando pelo amplo espaço dos sertões dos Pastos Bons, em movimento inverso ao da frente de colonização da pecuária, no século XVIII, uma vez que movida pela força oficial e com um objetivo econômico diferente, no caso a grande lavoura, e cujo movimento vem do litoral em direção ao sertão, tendo a região do Alto Itapecuru, conforme insisto, como o ponto de contato das duas frentes e das duas regiões geoeconômicas da capitania do Maranhão.

A estrutura que possibilita a expansão desse povoamento é a mesma vigente no processo de colonização portuguesa, com base nas “Cartas de Datas e Sesmarias”. Concebidas sob forma de sesmarias o fracionamento do território entre os compreendiam lotes de terra medindo geralmente duas léguas de comprimento por uma légua de largura, tendo sua doação garantida no âmbito do Sistema de Capitánias Hereditárias, estrutura primitiva de organização e administração do território do Brasil, quando colônia de Portugal.

Desse modo, a ocupação do espaço se deu em função dos interesses dos colonizadores, em sua expressiva maioria pessoas abastadas, já possuidoras de verdadeiros “feudos” e que não raramente deixavam as terras sem aproveitamento.

Solicitadas ao rei por intermédio do Capitão General da Capitania do Maranhão e demais funcionários representantes do gabinete real, as cartas de sesmarias constituíram-se na primeira forma de fragmentação oficial do território do Alto Itapecuru, e de todo o sul maranhense.

É a partir delas que o espaço geográfico, antes visto como um espaço natural vital é concebido sob o valor de mercado, sobretudo em consequência da lavoura de algodão que se impunha por um processo produtivo baseado na propriedade privada da terra, o que refletiu num quadro de apropriação desigual, e responsável pelo surgimento de diferentes estratos sociais.

Como bem anotou um conhecido historiador sertanejo, Eloy Coelho Netto (1985, p.123), “O século XIX encontra o Maranhão em pleno progresso em função da economia do algodão que representava 70% das exportações”. O setor fundiário também começava a consolidar-se em função do grande número de sesmarias espalhadas pelas ribeiras dos principais rios, tendo o Itapecuru como a mais apreciada para a cotonicultura, “e pelos centros de produção onde se localizava a agricultura, a bem numerosa criação de gados vacum e cavalar e os engenhos de cana, tocados, sobretudo, à força do braço escravo”.

Nesse sentido, para SANTOS (et al, 1994, p.194) a constituição do espaço deve ser compreendida sob dupla perspectiva. A primeira contempla a influência do processo de “mundialização” da economia, a qual objetiva a “homogeneização” econômica e cultural dos espaços geográficos e da sociedade.

A segunda considera que ao mesmo tempo que a constituição dos espaços prima pela homogeneização, também produz-se uma fragmentação do espaço, tanto no aspecto físico, pelos documentos de divisão de terras oficiais, as cercas, e divisões de propriedade privada, quanto pela divisão dos agentes sociais em função da hierarquização que a divisão social do trabalho, nos moldes capitalistas, impõe. Nesse sentido, “O processo de produção da sociedade se, de um lado, cria um espaço homogêneo, de outro, produz sua fragmentação que se concretiza de modo diferenciado”.

Tal pensamento, no meu entender, comporta os condicionantes da estrutura política, econômica e social que se fará representar na própria organização do espaço, na segregação e aglutinação dos diferentes estratos sociais. As relações de poder são instituídas, nesse contexto, em favor daqueles que detém a posse da terra, o poder de

fazê-la produzir, quase exclusivamente dispendo de grande número de mão-de-obra escravizada africana e semi-escravizada, composta da população pobre e livre.

Quando se lança um olhar sobre a constituição do espaço maranhense, considerando o contexto histórico e ideológico que entorna o *Oitocentos*, compreende-se com densa clareza as reais motivações e insistências por parte das autoridades capitais maranhenses e portuguesas em promover o projeto do Arraial do Príncipe (sito na zona de interstício das duas frentes de colonização) como ponto de contato entre a região geoeconômica litorânea e a região geoeconômica da pecuária.

Na faina da “missão integradora”, portanto, estava velado o intento de constituir uma elite agrária nos sertões capaz de gerir não apenas os negócios do gado, da lavoura e do comércio, mas, para além, instituir uma classe política capaz de representar a autoridade capital, defender seus interesses e exercer o controle social como uma extensão de seu poderoso cetro, num período imediatamente contemporâneo à “independência” do Brasil em relação às cortes portuguesas, na iminência de se projetar o novel país como uma Nação coesa, forte e politicamente organizada. Fórmula essencial de atrair a si o respeito e reconhecimento das demais Nações da América e da Europa.

A ação oficial se faz potente nesse projeto integrador das regiões distintas. Em verdade, em função do processo bilateral de colonização, o espaço maranhense ainda encontrava-se desintegrado àquele período. Como é sabido, esse processo em todo o Brasil se deu das bordas litorâneas para o sertão em função das áreas que fossem mais pródigas em recursos naturais que instantaneamente oferecessem condições de enriquecimento à coroa. Nesse sentido, a colonização não primou pela integração das distintas áreas o que resultou na formação de núcleos urbanos isolados, de modo que a capitania do Maranhão, ainda às vésperas da independência, não possuía uma coesão territorial.

No caso específico, num retorno histórico ao território do Alto Itapecuru, é possível compreender a persistência de investidas oficiais, ora privadas, para a efetivação da conquista e integrar as distintas regiões, uma ao norte, outra ao sul. Nesse sentido, justifica-se a ereção do Arraial do Príncipe (1807), da povoação e Freguesia de Almeida Del Rei (1820), da fazenda Maravilha (1822), da fazenda Picos (1830), da freguesia de São Sebastião da Passagem Franca (1835), da povoação e porto dos Picos (1863), da vila dos Picos (1870) e da própria Comarca do Alto Itapecuru (1873), desmembrada da Comarca de Pastos Bons, todas na mesma região.

Como se vê, durante todo o século XIX, intensifica-se as investidas frente à necessidade de consolidação do território maranhense, principalmente pela ação oficial do Estado que se mostra persistente no sentido de expandir o “território político” por todo o espaço do Alto Itapecuru. Como se poderá constatar adiante, de forma mais detalhada, foi uma considerável quantidade de providências entre resoluções, decretos e leis que fundaram política e judicialmente o território com a criação de povoações, freguesias, vilas e comarcas, no ensejo de integrar o Maranhão do sertão ao Maranhão do mar.

Ao que se vê atualmente, as disparidades socioeconômicas, assim como as peculiaridades culturais do sertão parecem revelar que essa pretensa integração do território ainda de fato não se consolidou por inteiro. Em verdade, o território enquanto dimensão política e jurídica se funda na e pelas relações de poder, de forma que não se pode confundir território como sinônimo de espaço físico, pois o território é antes de tudo uma construção ideológica e abstrata de como os grupos humanos utilizam, usufruem e habitam esse espaço, e constroem sua territorialidade.

Conforme lembra ANDRADE (in SANTOS, 1994, p.213), o conceito de território está “muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público ou privado”. E é na territorialidade mais específica, no caso a da região do Alto Itapecuru, enquanto dimensão local do espaço nacional, que as estratégias de dominação e controle do poder se tornam mais aparentes, delimitando sua atuação na construção do território pelas vias da oficialidade estatal, é na dimensão local “onde o poder se exercita, ainda que de forma fluida, através das leis orgânicas municipais, dos planos e diretrizes, da captação e distribuição de recursos, dos sistemas tributários e de orçamento; [...]”.

Tal realidade de manobras, articulações de poder voltadas para a oficialização política e jurídica do território do Alto Itapecuru, no século XIX, terá como exemplo modelar a “invenção política” do município de Colinas, antiga fazenda e porto dos Picos, sita a margem direita do rio Itapecuru, no mesmo local do extinto Arraial do Príncipe Regente, nascida sob os auspícios do *boom* do algodão. Este será tema abordado na sessão seguinte.

### 3.2 O Alto Itapecuru entre os currais e as cercas do século XIX

Ainda na primeira metade do século XVIII, a economia maranhense encontrava-se na mais profunda decadência, marcada pela pobreza e inépcia econômico-comercial. Segundo MEIRLES (1980, p.227), por aquele período as donatarias são extintas, o indígena é emancipado (1755), os jesuítas são expulsos definitivamente (1759), e mesmo assim “este estado, e principalmente esta capitania, se acha reduzida a extrema miséria”. Para Raimundo José de Sousa Gaioso (2011, p.119), a situação da capitania naquele período era a seguinte:

Eram as produções da capitania muito insignificantes ao seu princípio, e pequeno, ou nenhum o seu comércio. Reduziam-se as primeiras de um pouco de arroz vermelho, farinha de mandioca, milho, mamona, e algum café [...]. Havia também uma pequena produção de algodão que os naturais fiavam, e reduzidos a novelos, e rolos de pano, formavam o representativo da moeda [...].

A precariedade econômica é atestada por esta afirmação de Gaioso, que denuncia um comércio de trocas, desprovido da utilização de moedas. Disso se abstrai a importância do algodão para a economia, mesmo num momento de crise e apatia. Segundo ele, “reputando-se o novelo tecido ou o rolo de pano por dez mil réis, de sorte que ainda hoje a gente ordinária, nas suas pequenas permutações de compra e venda, se explica pelo termo de tantos rolos de pano, para designar outros tantos dez mil réis”.

O Historiador Capistrano de Abreu (apud CAMPOS, 2010, p.99) associa a crise pela qual a capitania do Maranhão passava ao abandono da agricultura, e a dedicação quase maciça dos colonos ao extrativismo das drogas florestais do Pará, subsidiado e incentivado pelos missionários jesuítas, e que movimentavam imensas somas de capitais. Porquanto, o restabelecimento das práticas agrícolas era assaz necessário para a saída da situação calamitosa vivenciada por todos os maranhenses, sendo que as únicas atividades que moviam braços era a agricultura de subsistência e o quase inexistente extrativismo de plantas medicinais, como o óleo de andiroba.

Sobre a generalidade da crise, e se referindo às principais áreas produtoras do território da capitania, afirma Jerônimo de Viveiros (1992, p.63) que

De um modo geral, nenhum destes lugares prosperava: da capital ninguém sai com medo dos Tapuyas; dos engenhos de Alcântara só um não estava de fogo morto; o gentio do Icatu impedia a extração do azeite de andiroba; as cachoeiras do Itapicuru dificultavam-lhe a navegação; estacionava a criação de gado, e, entretanto, lá se abastecia de carne o Maranhão.

A situação somente se reverteria a partir de 1755, tendo como alavanca a própria importância que o algodão desempenhava na economia maranhense e que passou a representar no mercados nacional e internacional. Segundo o historiador César Marques (1970, p.77), aos 16 de janeiro de 1755, o Governador e Capitão-General da capitania do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa,

Mandou correr um bando pelas ruas de São Luis ao som de caixas, onde dizia que sendo o principal objeto da instituição da Companhia Geral deste Estado o aumento da agricultura e do comércio em seu continente, e às vistas dos inevitáveis prejuízos dela, e da agricultura de um dos mais preciosos gêneros, que nela se produzem, permitia S. M. a exportação do algodão, até então proibida, por ser de onde se fazia a moeda e o vestuário dos moradores, derogando todas as determinações em contrário.

Sem dúvidas, tal determinação trouxe novo alento à castigada e descrente economia maranhense. Sobretudo, começa a ser superada a crise pela implantação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que passou a impulsionar a economia com a injeção de capitais oriundos da Europa, oferecendo aos lavradores oportunidades de desenvolvimento econômico através da introdução paulatina de mão-de-obra africana escravizada, assim como de ferramentas, incentivos financeiros e, sobretudo, pela concessão de navios que favoreciam o tráfico de escravizados das mais diversas regiões da África para o Maranhão. No entanto, a mais importante ação foi a ingresso da agricultura de *plantation* do algodão, com vistas ao atendimento das demandas externas. Associando a grandeza e fertilidade do solo das altas ribeiras maranhenses, ao incremento técnico, aos investimentos de capitais e, sobretudo, à força do braço escravizado, o Maranhão estava apto a sair do marasmo e reerguer-se da fossa econômica.

O historiador Caio Prado Jr. (1987, p.143) atenta para isto ao se referir às modificações que o sistema de *plantation* causara na estrutura social brasileira, esclarecendo que o que diferencia, fundamentalmente, a agricultura de subsistência da grande lavoura é a forma de organização de cada uma. A grande lavoura congrega para seu êxito: unidades produtoras com extensas áreas de terra, as quais demandam especialização técnica e numeroso contingente de trabalhadores, notadamente escravizados, que obedecem a uma rotina de trabalho coletivo.

É conveniente pontuar que é, prioritariamente, pela iniciação no sistema de produção da grande lavoura que a sociedade maranhense, ainda em formação nos meados do século XVIII, conheceria profundas transformações no sentido da

hierarquização social e da formação de sua elite agrária, poderosa e apta a engrenar-se nas lutas políticas pelo controle do poder. Sobre a interferência do modo de produção na estruturação social, afirma o mesmo historiador que conhecer essas características diferenciais dos dois modos de produção é importante pela sua grande significação na formação social e econômica dos espaços.

É deste tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que tem de mais profundo e essencial (PRADO JR., 1987, p.143).

Ao referir-se especificamente ao algodão, Caio Prado (1987, p.149) afirma que o Maranhão é um dos pioneiros lugares de sua produção e que a primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior, datada de 1760, e provém do Maranhão. Acrescenta que embora outras capitanias o tenham produzido, “é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ele parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia”.

E bem ilustra a situação da capitania no momento de seu soerguimento econômico, afirmando que “O algodão lhe dará vida e a transformará, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias. Deveu-se isto, em particular, à Companhia geral do comércio do Grão-Pará e Maranhão, concessionária desde 1756 do monopólio deste comércio”.

Acrescenta que a Companhia não colheria os frutos plantados, posto de sua extinção em 1777, com a “cessação de seu privilégio que não é renovado. Mas o impulso estava dado, e o Maranhão continuará em sua marcha ascendente” (PRADO JR.1987, p.149).

De fato, o impulso dado fora forte, resultado da ampla reforma econômica realizada pelo Ministro de D. José I, o nobre Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Foi por meio de suas reformas administrativas que se proveram as radicais mudanças no setor econômico da capitania do Maranhão, responsável por sua inserção no cenário econômico nacional e internacional.

Devotado seguidor da filosofia Iluminista, Pombal era um estadista visionário e objetivava firmar a supremacia de Portugal frente às demais nações europeias, sobretudo perante a Inglaterra, a partir de um planejamento racional de exploração dos recursos naturais das colônias portuguesas do além-mar. Com a morte

de D. José e a consequente demissão de seu ministro, o projeto caiu por terra e Portugal, assim como suas colônias, sofreu intensamente a dominação inglesa.

Mesmo com a saída do Ministro Pombal, a economia maranhense se manteve expressiva e ascendente. A demanda internacional se manteve favorável, sobretudo, em função das culturas do arroz e do algodão, esse último “carro-chefe” das exportações, assim como o couro, cuja exportação foi incentivada, tendo como tímido fornecedor os sertões dos Pastos Bons. A situação demonstra uma “radiografia” da economia colonial, movida pela agricultura de *plantation*: grande propriedade privada, escravismo e forte dependência do mercado internacional. Sobre isto escreveu Maria do Socorro Cabral (1992, p.79) que

A produção mercantil, assentada na grande propriedade e na mão de obra escrava, provocou sensíveis mudanças na configuração do espaço. Na época, consolidou-se a ocupação dos vales dos rios Mearim, Pindaré e, em especial, do Itapecuru, por onde se assentaram as lavouras de algodão. A vila de Caxias, até onde, na época, se adentrou a cultura algodoeira, transformou-se no maior centro comercial e de produção agrícola do interior do Maranhão.

E acrescenta que a expansão do povoamento foi muito favorecida “pelo caráter extensivo da grande propriedade, sempre em busca de novas terras, devido ao desgaste que ocasionava ao solo”. De fato, a expansão da grande lavoura que seguiu rumo à ribeira do Itapecuru, por condições já aqui destacadas, dentre elas a questão da navegação rio acima, estancou em Aldeias Altas, depois vila de Caxias, no último quartel do século XVIII.

Mas essa expansão não tardou a acontecer sendo a ribeira do Alto Itapecuru considerada a mais preciosa para a lavoura do algodão, com seus vales férteis e altiplanos arejados, logo no início do século XIX, e, a partir da criação do Arraial do Príncipe Regente (1807), foi essa ribeira tomada de sesmarias num verdadeiro afã por títulos de terra na região. Afirma Cabral (1992, p.146) que

A distribuição de terras na Ribeira do Alto Itapecuru, no início do século XIX, foi, segundo alguns, tão abusiva e indiscriminada que chegaram a ser concedidos alguns títulos de uma mesma área a diferentes sesmeiros. Registrou Gaioso, em 1818, que as terras situadas no Alto Mearim, Alto Itapecuru e Alto Grajaú encontravam-se já “repartidas por vários sesmeiros que as não podiam demarcar sem grandes riscos e despesas superiores às suas forças”.

A confirmar tal informação a leitura dos Registros de Cartas de Datas e Sesmarias passadas pelo Governador e Capitão General do Maranhão (Livro nº36, de 1809 – 1814), observa-se facilmente a grande quantidade de concessões de terras na

média e na alta ribeira do rio Itapecuru, nos sertões dos Pastos Bons. Dentre elas, duas nos chamou atenção. A primeira por ser de uma mulher, dona Columba de Santo Antônio de Sousa Gaiozo que recebeu, em 11 de maio de 1812, uma extensa área de 8.712 hectares de terras no território do Arraial do Príncipe Regente.

A segunda, ainda mais inédita, trata-se do próprio fundador do Arraial do Príncipe Regente, o major graduado Francisco de Paula Ribeiro. Estabeleceu o tenente Francisco de Paula Ribeiro o Arraial do Príncipe Regente na margem direita do rio Itapecuru, uma légua abaixo de sua confluência com o rio Alpercatas, ficando toda a margem esquerda a ser “povoada”. Nesse sentido, reconhecendo a importância das terras do Alto Itapecuru, solicita para si uma sesmaria que se inicia do lado oposto da sede do Arraial e avança até a foz dos ditos rios, conforme se lê no documento abaixo:

**Illm<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor**  
**Por Carta de Data de tres legoas**  
**de terra de comprido, e [hum]? de largo**  
**Palacio de S. Luis do Mar<sup>am</sup> 28 de**  
**Maio de 1809**  
**[rubrica]**

Diz Fran<sup>co</sup> de Paula Ribr<sup>o</sup> Ten.<sup>e</sup> da 5<sup>a</sup>  
Comp<sup>a</sup> de Regimento de Linha desta cidade  
q. reconhendo-se do julgado de Pastos Bons com  
o destacamento q<sup>e</sup> ahy comandava. embarcando  
pelo Rio Itapecuru obcervâva q<sup>e</sup> da parte Es-  
querda; descendo para baixo; no lugar em q este  
Rio já encontra com o Rio das Alpercatas, ha mui-  
tas, e Suficientes terras para lavoura, as quaez  
se achão devolutas, e a discrição dos Gentios  
daquele continente: e porq<sup>e</sup> o supp<sup>te</sup> preten-  
de Establecer-se logo q’ tenha terras proprias para  
o fazer, Requer a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> q<sup>e</sup> em nome de S. Alteza  
lhe conceda por dacta e Sesmaria trez leguaz de terra  
de Comprido a beira Rio, e [duas] leguas de fundo, fa-  
zendo [sic] no dito lugar em q’ os douz Rios Se  
Encontrao; descendo a’ partê Esquerda, Correndo  
os Seus Marcos para Sima, e para baixo co=  
mo minha Conta lhe fizer ao tempo da Demarca-  
ção; com todos os pontos, Obras, Campos, logra-  
dours q’ nelas se acharem por tanto.

P.<sup>de</sup> a V.<sup>a</sup> E.<sup>a</sup> Seja Servida  
Deferir-lhe Como requer  
E, M, M<sup>ce</sup>

Em verdade, a corrida pelas posses dessas terras, pelo seu repartimento oficial, notarial, em outras palavras, é em função da realidade econômica que toma o momento histórico: o encontro das fronteiras econômicas que por séculos estiveram

separadas: a grande lavoura de exportação do algodão e a pecuária dos altos sertões maranhenses via rio Itapecuru. Detalhe a ser observado é que embora com características muito distintas, tanto a criação de gado quanto a lavoura de algodão possuíam uma necessidade comum: as grandes extensões de terra em função do caráter extensivo em que a produção delas se operacionalizava, sobretudo em função do incipiente nível técnico de exploração do solo.

Pela vertente econômica do território, a qual se tratou na sessão anterior, compreende-se com clareza essa conjuntura de encontro das frentes de movimentação produtivas no espaço maranhense (que sempre estiveram apartadas de si), e aqui concebe-se o território em seu plano imaterial, no sentido estrito de ocupação do espaço em função do poder econômico, em favor da integração político-jurídica do território que até então vivenciava segregações geográficas e econômicas. Em caso específico, vê-se que a integração primou por manter as duas atividades concomitantemente, pois, ao contrário do que se deu em outras capitânicas, como a de Pernambuco, os rebanhos bovinos não foram tangidos daqui em função da cultura algodoeira, mas mantidos e permanecendo até nossos dias como atividade importante.

É interessante como esse movimento de encontro das frentes econômicas distintas, litorânea e sertaneja, que atuavam no espaço maranhense no início do século XIX, e desdobraram-se para as décadas seguintes, é categorizado por Caio Prado Jr. Para ele o que se dá é a “internação” da produção da grande lavoura, antes assentada exclusivamente na foz dos grandes rios, nas bordas litorâneas. Mas “Na localização, o algodoeiro não acompanhará as antigas e tradicionais culturas tropicais brasileiras: açúcar e tabaco”, pois num movimento contínuo de subida pelos cursos dos rios toma de assalto “[...] as regiões mais arredadas do litoral, onde as chuvas são menos frequentes e mais regulares, se avantajam sobre os setores que foram os de eleição para a cana e o tabaco” (1987, p.150).

Segundo ele, a cultura algodoeira representa grande importância para a dinamização da economia agrícola, uma vez que, pelas necessidades expostas, foi conduzida a áreas que até então somente conheciam a pecuária e a mineração. Ao se relacionar à crise que tão logo abateria a economia algodoeira, nas primeiras décadas do Oitocentos, Caio Prado reafirma a força da produção maranhense, “A concorrência internacional e a queda dos preços eliminarão estas regiões mais desfavorecidas; e sobrarão apenas, mas em posição medíocre, internacionalmente falando, o Nordeste e o Maranhão” (1987, p.152).

Segundo CAMPOS (2010, p.111), bem no início do século XIX, incentivado pela carência de inovações técnicas, a produção do algodão maranhense sofreu considerável inépcia. Em contrapartida, o algodão produzido nos Estados Unidos, por razões inversas, ganhava em qualidade, quantidade e em mercado, o que proporcionou uma gradual substituição do algodão maranhense pelo norte americano.

Em contraponto, Mathias Assunção (2000) afirma que o algodão maranhense continuava sendo o item mais representativo das exportações brasileiras para a Inglaterra. Ele afirma que

Em 1812, 56% das exportações maranhenses já iam diretamente para a Inglaterra e 45% das importações provinham desse país. [...]. O Maranhão constituía assim uma província atípica no Império brasileiro, e mesmo na América Latina: aqui os negociantes ingleses compravam mais do que vendiam.

Segundo ele, tal realidade se confirmava em favor do contínuo estabelecimento dos comerciantes e firmas comerciais em São Luís, desde a abertura dos portos às nações amigas, em 1808. Entre 1817 e 1819, os preços do algodão no Maranhão ainda se mantiveram altos, gerando lucros para o comércio e a lavoura. Conforme afirma Viveiros (1992, p.139) “provocando verdadeira euforia entre fazendeiros, que compraram muitos escravos a crédito no intuito de expandir a produção”.

Por sua afirmação se torna compreensível como a região do Alto Itapecuru, apesar da queda considerável que sofrerá a economia algodoeira, consegue se manter em ascensão, contribuindo para o bom êxito do projeto integrador e promovendo a ocupação efetiva da região. Cabral reafirma a importância desse momento histórico para a formação do território do Alto Itapecuru:

A partir do segundo quartel do século XIX, a grande lavoura de algodão, adentrou pelas antigas ribeiras do Alto Itapecuru e do Parnaíba, ocupando as férteis matas ali situadas. A expansão algodoeira fez surgir novos núcleos urbanos como Picos, Mirador, enquanto provocou o declínio de outros, como Passagem Franca, situado em antigas áreas de pastoreio. A reorganização espacial, nessas antigas ribeiras, [é] resultante da implantação da nova economia agrícola mercantil [...] (1992, p.156).

Conforme foi possível constatar, a formação do território está fortemente vinculada aos condicionantes naturais do espaço do Alto Itapecuru, em função, sobretudo, de seu aproveitamento econômico, inscrito num projeto político-ideológico que extrapola as relações regionais.

O retorno à construção desse espaço geográfico, enquanto território oficial e político tem proporcionado a compreensão de toda uma complexa teia de representações e relações de poder, pois nele pode-se observar como se estabelecem as relações produtivas, a apropriação econômica do espaço em função de um delineamento político de poder, assim como a sociedade se estrutura a partir da divisão social e territorial do trabalho, comportando os “atores hegemônicos” e os “atores hegemonzados”, numa luta entre a sobrevivência e a produção de riquezas. Seguidamente, tratar-se-á especificamente da construção desse espaço, demonstrando, num estudo de caso, como o poder hegemônico das elites agrárias são preponderantes na construção dos espaços territorializados como oficiais.

### **3.3 Do espaço simbólico ao político: dinâmicas territoriais no Alto Itapecuru**

Com respeito às abordagens do conceito de território, aqui consideradas, quando se busca contextualizar o Alto Itapecuru, é necessário de antemão considerar que a ocupação do espaço geográfico dos sertões maranhenses foi multifacetada, num percurso histórico marcado por diversos focos de interesse, que por sua vez permitem variadas concepções e representações.

Assim, se considerarmos primeiramente o espaço dos sertões dos Pastos Bons na dimensão naturalista, enquanto “espaço vital”, onde se dá a apropriação pelos seres humanos com fins de usufruto, fonte de sobrevivência, podemos chamar sim de território, numa dimensão física, de uma porção do espaço cuja disputa e domínio é, antes de tudo, com vistas à sobrevivência dos grupos humanos.

Sob a dimensão político-jurídica, todavia, não podemos enquadrar o espaço em estudo nesse conceito, uma vez que, como foi exposto anteriormente, o projeto de integrar as distintas regiões maranhenses fazia parte de um plano maior: enquadrar política e economicamente o espaço, delimitar as fronteiras da capitania, modelando sua feição de território jurídico-político, no âmbito da organização do Estado. Portanto, jurídica e politicamente o espaço maranhense ainda se construía enquanto território, no início do século XIX.

Conforme os escritos de Paula Ribeiro (2008, p.145), a Capitania do Maranhão, em 1815, se encontrava dividida em “duas quase partes, [...] e que muito bem poderiam formar duas comarcas, uma sul, do norte a outra [...]”. Tal afirmação pode ser analisada da seguinte forma: não havia até então uma unidade territorial nem

política, nem tampouco jurídica e/ou econômica no espaço maranhense, o qual ainda estava se delineando, à custa de conflitos sangrentos entre as comunidades indígenas e não indígenas.

Deste modo, o sertão vivia desarticulado e mesmo apartado do litoral maranhense, onde se achavam assentados os centros políticos de maior vulto econômico, e a cabeça administrativa da capitania: a cidade de São Luís. Por isso, os núcleos habitacionais dos sertões dos Pastos Bons comunicavam-se economicamente de forma quase exclusiva com a região das minas e com os centros açucareiros do Nordeste do que com a região Norte maranhense. Todo esse gigantesco espaço, prenhe de riquezas naturais, indômito, foi paulatinamente tomado de fazendas de gado e lavoura, sobretudo, do algodão, as quais, muitas delas, foram se convertendo em feitorias, entrepostos comerciais, portos fluviais, e povoações, entre os séculos XVIII e XIX.

São tais formas de ocupação econômica e produtiva do espaço, responsáveis pelo posterior nascimento das primeiras vilas e cidades que, pontilhando os sertões dos Pastos Bons, vão contribuir para a fragmentação do espaço do Distrito de Pastos Bons, que, gradualmente, dará ensejo ao surgimento de novas unidades geográficas. Para que se tenha uma melhor noção da vastidão do espaço geográfico, no qual estava regionalizada a importante Ribeira do Alto Itapecuru, procura-se, após uma leitura do mapa do Maranhão, elencar os atuais municípios maranhenses que estão totalmente ou parcialmente assentados nessas terras, genericamente chamadas de Pastos Bons.

É conveniente destacar que alguns municípios aqui elencados foram criados a partir de desmembramentos de outros mais antigamente instituídos, caso mesmo de Passagem Franca, Colinas (antiga Picos) e Mirador. Segue uma relação com os municípios que elenquei a partir da sobreposição do “Mappa Geográfico da Capitania do Maranhão”, da autoria do major Francisco de Paula Ribeiro (1819) e um Mapa do Maranhão Político atual.

- |                          |                              |
|--------------------------|------------------------------|
| 1- Alto Parnaíba;        | 8- <b>Buriti Bravo;</b>      |
| 2- Amarante do Maranhão; | 9- Carolina;                 |
| <b>3- Balsas;</b>        | 10- <b>Colinas (Picos);</b>  |
| 4- Barão de Grajaú;      | 11- Campestre do Maranhão;   |
| 5- Barra do Corda;       | 12- Davinópolis;             |
| 6- Benedito Leite;       | 13- Estreito;                |
| 7- Buritirana;           | 14- Fortaleza dos Nogueiras; |

- |                                     |                                |
|-------------------------------------|--------------------------------|
| 15- <b>Fortuna;</b>                 | <b>37-</b> Riachão;            |
| 16- Formosa da Serra Negra;         | 38- Ribamar Fiquene;           |
| 17- Feira Nova do Maranhão;         | 39- São Domingos do Azeitão;   |
| 18- Fernando Falcão;                | 40- Sucupira do Riachão;       |
| 19- <b>Graça Aranha;</b>            | 41- Sambaíba;                  |
| 20- Grajaú;                         | 42- <b>São Domingos do</b>     |
| <b>21-</b> Governador Edison Lobão; | <b>Maranhão;</b>               |
| 22- Imperatriz;                     | 43- São Félix de Balsas;       |
| 23- João Lisboa;                    | <b>44- São Francisco do</b>    |
| 24- Jenipapo dos Vieiras;           | <b>Maranhão;</b>               |
| 25- <b>Jatobá;</b>                  | 45- <b>São João dos Patos;</b> |
| 26- Loreto;                         | 46- São Raimundo das           |
| 27- <b>Lagoa do Mato;</b>           | Mangabeiras;                   |
| 28- Lajeado Novo;                   | 47- Sítio Novo;                |
| 29- <b>Mirador;</b>                 | 48- <b>Sucupira do Norte;</b>  |
| 30- Montes Altos;                   | 49- São Pedro dos Crentes;     |
| 31- <b>Nova Iorque;</b>             | 50- Santa Filomena do          |
| 32- Nova Colinas;                   | Maranhão;                      |
| 33- <b>Passagem Franca;</b>         | 51- Senador La Roque;          |
| <b>34-</b> Pastos Bons;             | 52- São Francisco do Brejão; e |
| <b>35-</b> Porto Franco;            | 53- Tasso Fragoso.             |
| 36- <b>Parnarama;</b>               |                                |

No nosso sertão, o gado, desde o século XVIII, e posteriormente a grande lavoura do algodão, já no século XIX, fez fixar o colonizador e devassar as terras milenarmente ocupadas pelos diversos grupos autóctones, seus primeiros habitantes. Os currais foram baluartes seguros para o surgimento das futuras vilas e cidades sertanejas maranhenses. Os lugares das antigas fazendas de gado cedem gradualmente seus topônimos para as povoações que vão sendo edificadas no sertão. As capelinhas das fazendas, pequenas e de pouco luxo, vão cedendo espaço para matrizes caiadas e bonitas ao entorno de onde vão se concentrar os largos, os passeios públicos, onde terá lugar as efemérides, a vida social e religiosa das comunidades sertanejas.

A casa-grande, distante de sua antiga serventia, juntamente com os currais que a circundavam, sede seu símbolo de prestígio ao casario citadino, de inspiração

mais civilizada, mais ao gosto urbano. Assim, o sertão vai se transformando por meio do gado, dos currais, da pecuária extensiva que se deitava pelas desmedidas sesmarias. Ao esmiuçar a cultura sertaneja, o grande pesquisador e estudioso da cultura brasileira, professor Luís Câmara Cascudo, expõe interessante relato sobre isso, em sua obra “Vaqueiros e Cantadores” (CASCUDO, 1984, p. 85):

A pecuária dava, como na Grécia antiga, o sentido de riqueza e de força social. A figura máxima era o fazendeiro, com sua gadaria, seus vaqueiros e trabalhadores do eito. [...]. O isolamento, a distância dos centros que se iam civilizando, fazia daquela pequenina população entregue aos cuidados de um homem, um mundo que se bastava. [...]. Nas grandes festas do ano, S. João e Natal, ia-se à missa do povoado. As fazendas maiores tinham suas capelas. Estas são atualmente as Igrejas das cidades sertanejas. (g.n.).

No entanto, como ficou constatado pelos embates teóricos sobre território e territorialidade, a construção humana do território deve ser discutida em interface com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas, e culturais. Isso porque se considera que tal construção se dá sobre uma complexa teia de relações de poder, a qual nada mais reflete que as intenções dos atores envolvidos na fundação e gestão das unidades geográficas.

E no que tange o espaço do Alto Itapecuru, com vistas a um possível retorno à sua formação territorial, deve-se considerar as relações de poder que se estabelecem a partir da atuação dos atores envolvidos em sua constituição, os dominadores e os dominados. Porquanto, dissertar sobre o Alto Itapecuru é, antes de tudo, dissertar sobre a formação do atual município de Colinas. Não como ele se configura no tempo atual, mas considerando os processos de sua constituição, os quais acompanham a própria formação econômica e política da região e do Maranhão, representando peça importante na engrenagem do devassamento da porção sul maranhense.

O Arraial do Príncipe Regente foi a primeira tentativa oficial de ocupação do território do atual município de Colinas, e muitas dúvidas persistiam acerca de sua localização, se em Mirador (acima da foz do rio Alpercatas), se no lugar exato da foz do Alpercatas, ou se há quatros quilômetros abaixo do lugar onde o rio Alpercatas deságua no rio Itapecuru (onde se localiza geograficamente a cidade de Colinas). Após a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro haver localizado, digitalizado o “Mappa Geográfico da Capitania do Maranhão” (1819), elaborado pelo fundador do Arraial do Príncipe Regente, major Francisco de Paula Ribeiro, a dúvida foi sanada, uma vez que ele marcou com um ponto vermelho e escreveu o nome (Arr<sup>a</sup> do P. Regente), bem abaixo da foz do rio Alpercatas, e abaixo da grande curva que o rio Itapecuru faz, onde

está geograficamente a cidade de Colinas, antiga Picos. Sendo que nesse mesmo espaço foram posteriormente estabelecidas as antigas fazendas de gado “Maravilha” (alcanhada de “fazenda Grande”) e “Picos” (PEREIRA, 2012, p.44-45).

D. João Maria de Bragança, futuro D. João VI, então príncipe regente do trono português, reconhecendo possivelmente a necessidade da implementação de um projeto que, assim como o do ex-governador e capitão – general Joaquim de Melo e Póvoas, integrasse economicamente as distintas áreas geoeconômicas do território maranhense, lavrou e assinou, em 12 de março de 1798, uma Carta Régia que mandava, dentre outras determinações, “fundar um núcleo de povoamento na mais distante paragem a que se pudesse chegar subindo-se o rio Itapicuru”.

Não obstante isso, nenhum governador dignou-se a cumprir suas determinações. Apenas no governo de Dom Francisco de Melo Manuel da Câmara é que tem lugar a fundação do **Arraial do Príncipe Regente**, dada em **24 de junho de 1807** pela expedição comandada pelo Tenente do Regimento de Linha do Maranhão, **Francisco de Paula Ribeiro**, auxiliado por um destacamento de 60 soldados no total. **Dois anos após sua fundação achava-se este Arraial habitado por 215 pessoas, possuindo ruas alinhadas, um quartel para o destacamento militar e uma Capela para os ofícios divinos.**

O nome “*Príncipe Regente*” é, não restam dúvidas, um preito de homenagem ao Príncipe Regente João, futuro D. João VI, pai de Dom Pedro I, e primeiro monarca do Brasil. Como já bem exposto no capítulo segundo, o Arraial, em si, teve vida transitória, mas de certo modo se fez sentir em continuidades dada a importância do projeto que motivou a sua fundação, refletida pelos objetivos dos empreendimentos que foram edificados em seu lugar e em seu entorno.

Concomitantemente ao desaparecimento do Arraial do Príncipe Regente (1818), teve origem, no primeiro quartel do século XIX, a fazenda Maravilha, mais conhecida pelo cognome de “Fazenda Grande”. Uma monografia, publicada em 1959, na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Volume XV, atesta que a sesmaria foi concedida a Jerônimo Pereira de Sá, em 1822, por força de uma deliberação régia, e que essa sesmaria demarcada com o nome **fazenda Maravilha** deu ensejo a que se apregoassem a ela o nome de **fazenda Grande**, dado o seu largo desenvolvimento agropastoril. Sobre isso, escreveu o escritor José Osano Brandão (1959, p.157), em um verbete da dita Enciclopédia:

Em 1822 êsse pouso certo dos viajantes que vinham do povoado Almeida já era conhecido. Essa versão se confirma pelo fato de ter sido a demarcação das terras da **Fazenda Maravilha**, situada a 40 quilômetros do citado povoado, somente realizada naquele ano de 1822, por graça de sesmaria requerida e concedida a **Jerônimo Pereira de Sá**. O local, de terreno fértil, muito apropriado pela lavoura e criação de gado, tornou-se, por isso, uma grande fazenda e centro produtor de algodão e cereais que passou a ser conhecida pelo nome de **Fazenda Grande** (g.n.).

A fazenda Grande possuía uma área de terras de duas léguas de comprimento por uma de largura, sendo subjugada, quando de sua fundação, à jurisdição do julgado de Pastos Bons e, a partir de 1838, à vila de Passagem Franca, em cujo território se assentou posteriormente o município de Colinas.

Em verdade, as terras que foram demarcadas sob o topônimo “Maravilha”, por força de deliberação de 10 de janeiro de 1822, já se achavam habitadas pelo seu sesmeiro desde pelo menos 1819, ano imediatamente posterior à extinção do Arraial. Segundo dados da Carta de Data e Sesmaria da Fazenda Maravilha, o Sr. Jerônimo Pereira, pela época da demarcação oficial, já ali se encontrava com seu numeroso contingente de escravizados, já tendo promovido a derrubada da mata bravia da Ribeira do Alto Itapecuru, onde “se estabeleceu com gado de criar e lavoura de Raiz, sendo the preciso por isso levantar cazas de vivenda, corraes para o gado, e fornecer seu estabelecimento de todos os mais accessorios que the são indispensaveis [...]”(PEREIRA, 2012, p.61).

Pouco se sabe concretamente sobre Sr. Jerônimo Pereira de Sá. Sabido pela tradição oral é que, ainda na primeira metade do século XIX, o dito proprietário da fazenda Maravilha, veio a falecer. Sobre ele, pessoa de quem se dispõe de poucos conhecimentos, e que carece ainda de muita pesquisa, recolhemos um dos poucos registros conhecidos, na obra “Minha Terra, Minha Gente” do colinense Reis Júnior (1958, p. 42):

O seu primeiro proprietário foi Germano Pereira de Sá, **homem abastado, dono de grande escravatura. Era um morenã de cara fechada, arrogante e intratável. Desfrutava, naqueles rincões, da fama de valentão,** advinda, talvez, de sua natural aspereza, pois não há notícia de qualquer ato que justifique esse conceito (g.n.).

Transcrever-se-á a seguir a Carta de Sesmaria da Fazenda Maravilha, requerida e concedida a Jerônimo Pereira de Sá, que, conforme a tradição oral e registros mais antigos era pai do Capitão José Pereira de Sá, a quem, feito herdeiro seu,

coube a parte central da fazenda, a qual batizou-a com o nome de Picos (onde se localiza a cidade de Colinas).

Esse documento, além de inédito na historiografia de Colinas, haja vista que até então desconhecido, é muito relevante para o conhecimento da origem histórica do município e da região.

#### **A Jeronimo Pereira de Sá**

Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, etc. Faço saber aos que esta minha Carta de Data e Sesmaria virem que Jeronimo Pereira de Sá reprezentou que elle fora quem nas vertentes do Rio Itapicuru paragem denominada Maravilha, athe então inculto dezerto, e devoluto, se estabeleceu com gado de criar e lavoura de Raiz, sendo the precizo por isso levantar cazas de vivenda, corraes para o gado, e fornecer seu estabelecimento de todos os mais accessorios que the são indispensaveis, com o que gravemente tem arriscado sua vida, e a de seus escravos, e todo o seu Patrimonio, em razão do Tapuio, pelo que se faz merecedor com preferênciã a outra qualquer Pessoa da consessão das ditas terras povoadas por elle, por cujo motivo me requeria que lhe consedesse em Nome de S. Magestade, por Data e Sismaria duas légoas de terra de comprido, e huã de largo na referida Paragem Maravilha, servindo-lhe d'extrema as Fazendas Gameleira e dois Irmãos, pertencentes a Francisco Pereira de Sá, com todas as pontas, e abas, que nela pelas voltas do Rio se compreenderem, e com a faculdade de poder ao tempo da demarcação dirigir os rumos para onde melhor lhe convier fazendo comprimento largura, e desta aqueles, não prejudicando a terceiro: a que atendendo e no que atendendo, e ao que sobre esta matéria responderão o Desembargador Interino Chanceler desta Relação, officiaes da Comarca do Destricto, que forão ouvidos e o Desembargador Procurador da Fazenda Nacional a quem se deu vista e se lhe não ofereceu duvida alguma, e serem utilidade da mesma Fazenda o cultivarem-se as terras nesta Província. Hei por bem conseder lhe em Nome de S. Magestade Data, e Sismaria as ditas legoas de terra de comprido e huma de largo, já povoadas pelo suplicante na forma e parte que pede, com as confrontaçõens, que declara, e condiçoens expressadas nas Reaes Ordens, etc. Dada na Cidade de São Luís do Maranhã aos 8 de janeiro de 1822. João Rufino Marques a fez = Eu Rodrigo Pinto Pizarro a fiz escrever, no impedimento do Secretario = Bernardo da Silveira Pinto = Carta de Data, e Sismaria por que V. Ex<sup>a</sup> há por bem conseder em Nome de S. Magestade a Jerônimo Pereira de Sá 2 legoas de terra de comprido e huma de largo, como acima se declara = Para V. Ex<sup>a</sup> ver. Por Despacho de S. Ex<sup>a</sup>. de 19 de Dezembro de 1821 = N. 352 = Pago 1\$600 reis de Sello. Maranhã 10 de janeiro de 1822 = Gomes = Oliveira. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Livro n.º 37, 1814-1824, Registro de Data e Sesmaria, f. 210 v., g.n.).

O sr. Jerônimo Pereira de Sá, português de origem específica ignorada, era o primogênito de um clã importante da elite agrária maranhense – os “Pereira de Sá”- uma das mais importantes famílias do Alto Itapecuru e do sertão dos Pastos Bons, onde

estabeleceram-se com grande escravatura e latifúndios, se entrecruzando com outras tantas famílias advindas dos sertões mineiro, baiano e cearense.

Fato mesmo é que foi ele quem aforou parte das terras que hoje compõem o território municipal de Colinas, e por extensão das sedições territoriais sofridas por esse município, no século XX. E, quanto a esta questão, lembre-se que após a extinção do Arraial do Príncipe Regente, possivelmente entre 1818-1820, as terras da ribeira direita do rio Itapecuru, abaixo da confluência desse rio com o rio Alpercatas, encontravam-se devolutas dada a falta de ação do novo governo que substituíra dom Francisco de Melo Manuel da Câmara, sendo sempre o referido território alvo das incursões dos grupos indígenas, que tomaram de assalto e destruíram o Arraial e seus moradores.

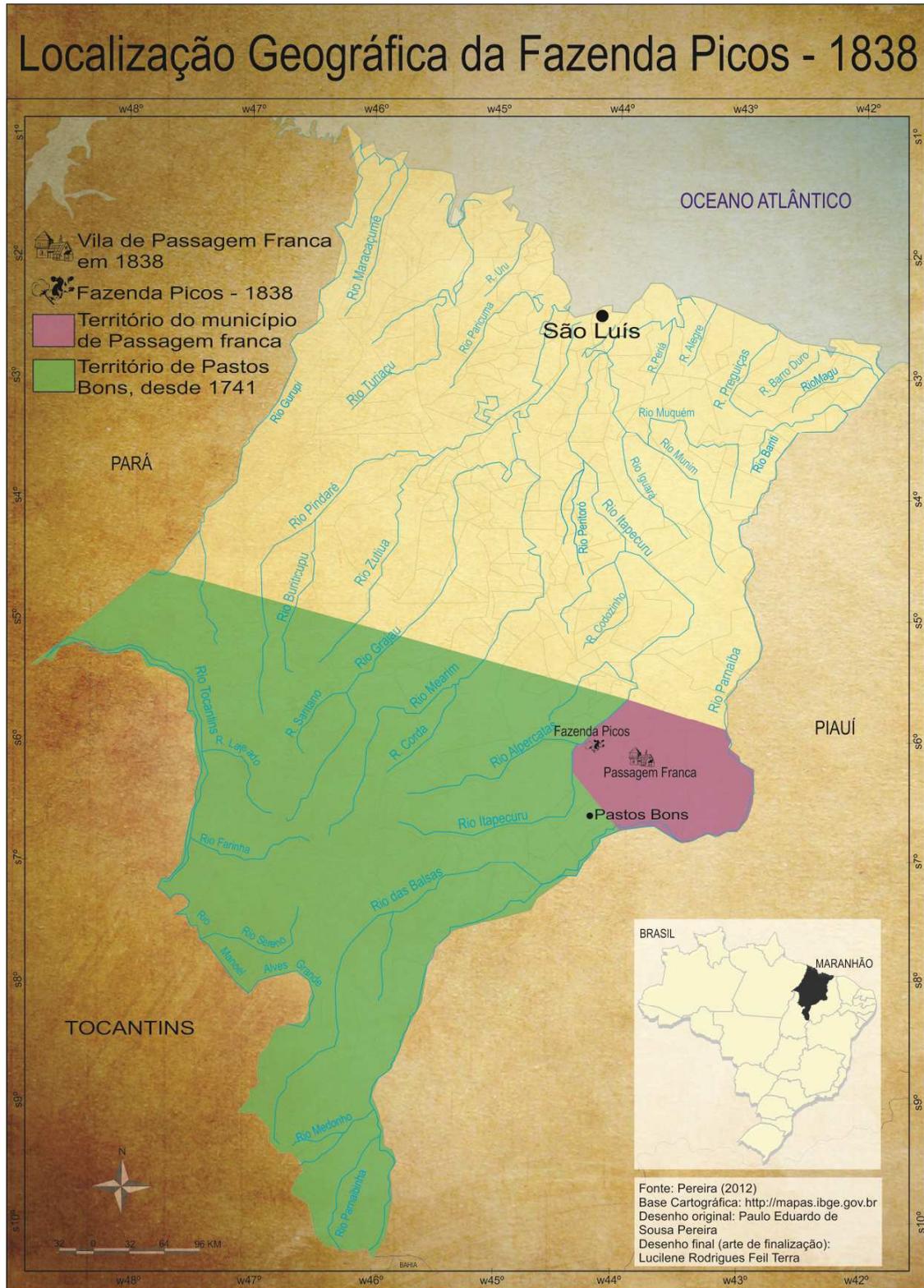
Conforme ilustra o Mapa 09, na página seguinte, a sede da Fazenda Picos compreendia a mesma área de terras onde, a priori, se assentou o núcleo populacional do Arraial do Príncipe Regente, à margem direita do rio Itapecuru, poucas léguas abaixo de seu encontro com o rio Alpercatas. E, em 1838, situada no Município de Passagem Franca, que surge como freguesia, ainda em 1835, no contexto dos caminhos das boiadas em direção à Caxias e aos empórios comerciais da margem esquerda do rio Parnaíba.

Sua formação se dá mesmo no contexto da pecuária, sua função enquanto centro econômico vai perdendo espaço, portanto, à medida que a fronteira do algodão avança pelo Alto Sertão. Sua importância enquanto produtor de rebanho bovino foi relevantíssima para a economia maranhense no final do século XVIII e início do XIX. Juntamente com Riachão, Carolina, Chapada (Grajaú) e Barra do Corda, segundo levantamento de Cabral (1992, p.142), correspondiam seus rebanhos a 78,2% da totalidade de gado vacum e 64,2% da produção anual de bezerros de toda a província do Maranhão, até a segunda metade do século XIX.

O território de Colinas, antigo município de Picos, tem sua base produtiva na atividade ganadeira, e sua produção de gado se encontra na estimativa acima. No mapa seguinte, vê-se o local da fazenda Picos (de apenas três léguas de comprimento por uma de largura) assinalado num imenso espaço lilás que, em 1838, correspondia ao espaço territorial do município de Passagem Franca, o qual avançava até a margem do rio Parnaíba, do Corrente, Balseiros e Itapecuru.

Conforme será tratado adiante, todo esse espaço territorial fora antes sob o domínio do Arraial, novamente tornará sua sede ao mesmo lugar do extinto com o nome de Picos: a fazenda, porto e depois a sede do município e da Comarca do Alto Itapecuru.

**Mapa 09: Localização Geográfica da Fazenda Picos - 1838**



Nesse sentido, parece não haver dúvidas, é a mesma terra do Arraial destruído que o Sr. Jerônimo Pereira de Sá requereu e recebeu em sesmaria. Como ficou evidenciado, naquele período, em função da atividade algodoeira, deu-se uma corrida em busca dessas terras do Alto Itapecuru. A propósito, lê-se na Carta de Sesmaria acima que Jerônimo Pereira de Sá, devassou o território **“com o que gravemente tem arriscado sua vida, e a de seus escravos, e todo o seu Patrimônio, em razão do Tapuio”**. A expressão “Tapuio” refere-se aos grupos indígenas que, não se submetendo ao agente conquistador de suas terras e águas, concorriam para o “entrave” na ocupação da terra, guerreando, matando escravos e fazendeiros, destruindo e despovoando fazendas, espalhando assim o “terror” entre os sesmeiros do Alto Itapecuru, o que nada mais foi do que uma forma de resistência contra a invasão e dominação praticadas pelo colonizador.

Essa informação presente na Carta confirma a dificuldade que os desbravadores enfrentavam para estabelecerem suas fazendas nos sertões. Indica também uma das causas que assinala o próprio fim do Arraial do Príncipe Regente, que, segundo muitos cronistas, encontrando-se à revelia de ajuda governamental, portanto sem corpo militar de defesa, fora massacrado pelos contínuos ataques indígenas, ainda em 1819.

Portanto, a fazenda “Maravilha” ou fazenda “Grande”, toponímias do mesmo território, insere-se perfeitamente no projeto colonial português de dinamizar sua dominação sobre a região do Alto Itapecuru, porção territorial, conforme já foi visto, extremamente estratégica para interligar o comércio de gêneros daquela área para a capital São Luís, via Caxias.

A referida sesmaria detinha a extensão de duas léguas de comprimento por uma de largo, ou seja, duas léguas quadradas, sendo, em data imprecisa, dividida entre os herdeiros, após a morte do senhor Jerônimo Pereira. Tal divisão deu origem a várias fazendas menores (que até hoje mantêm seus topônimos nos vários povoados do município, inclusive o próprio povoado Maravilha), sendo que sua sede foi herdada pelo capitão José Pereira de Sá, um dos filhos de Jerônimo. O capitão Pereira de Sá deu à sua terra o nome de Fazenda Picos, em um preito de homenagem à sua esposa Dona Cândida Francisca de Monte Serrath, cuja família possuía uma fazenda no distrito de Guimarães, em Sobral (CE), com a designação de Picos, “Picos de Baixo” (REIS JR., 1958, p. 79-80).

A Fazenda Picos manteve-se em largo crescimento, exportando couro, reses de gado vacum e notadamente gêneros agrícolas, posto que o forte de sua movimentação estava na lavoura, sem falar de sua localização estratégica à margem direita do rio Itapecuru. Lembre-se que toda a movimentação comercial se dava por meio do porto da feitoria de Almeida Del'Rei, núcleo de povoamento fundado pela Provisão Régia de 1820, que, instalado na margem direita do rio Itapecuru, a poucas léguas da fazenda Picos, era o único a servir entre 1821 e 1860 ao comércio de Passagem Franca e Pastos Bons com Caxias e São Luís (REIS JR.1958, p. 79-80).

A introdução da grande lavoura do algodão, em produtividade desde o final do século XVIII, ocasionou um intenso fluxo de mão-de-obra escravizada africana introduzida no Maranhão, a partir da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755). Entre as décadas de 20 e 30 do século XIX, a província do Maranhão possuía um dos maiores contingentes de escravizados do Império do Brasil, onde a população escravizada superava a população livre.

Vivia-se um momento de crise e tensão política, marcado por enormes disparidades sociais em face do sistema de produção e divisão social do trabalho nos moldes capitalistas. Como bem pontua Santos (1983, p.4), as transformações mais profundas se deram quando ocorreu a mudança “da mão-de-obra indígena para a africana – ambas escravas -, adquirindo pleno significado como propulsoras de diferentes formas de produção. No fim do século XVIII, o aumento de afluxo de escravos negros incidiu na demografia, acarretando mudanças na composição da sociedade”.

A ocupação da região do Alto Itapecuru estava no cerne dessa realidade, como importantíssimo centro produtor de algodão. Conforme Raimundo Gaioso (1970, p.164), a população escrava desta região algodoeira representava, no século XIX, mais de 80% da demografia local. Como dito, o modo de produção e divisão espacial do trabalho reflete de forma incisiva nas relações sociais que os indivíduos tecem no espaço geográfico onde convivem.

O sistema produtivo marcante na grande lavoura era basicamente escravagista. As tensões de diversas camadas sociais, que advinham desde a Setembrada e as revoltas de adesão do Maranhão à Independência, se agravaram com os excessos de autoritarismo e violência praticados contra as camadas da base da pirâmide social, assim como a situação de abandono por parte do governo das comunidades interiores culminaram num movimento popular sem precedentes.

Esse período foi marcado pelas contradições existentes entre senhores e seus escravos, entre senhores e homens livres pobres e marginalizados, além de conflitos dentro da própria elite política e econômica, representada pelos partidos Conservador (os cabanos) e Liberal (os Bem-te-vis), que disputavam o poder diante da instabilidade política gerada pela menoridade do menino-imperador, Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II.

Entre os insurretos estavam sertanejos pobres, vaqueiros, pessoas sem ocupação fixa, ex-soldados, escravos fugidos e libertos que lutavam contra os potentados da aristocracia rural maranhense, contra a discriminação e a miséria em que estavam encerrados. O movimento teve como ponto de dispersão a vila da Manga, nas margens do rio Iguará, espalhando-se por toda a banda oriental do Maranhão, subindo os vales do Rio Itapecuru até o sertão de Pastos Bons (BOTELHO, 2008, p.104-105).

Era liderado por Raimundo Gomes Juthaí, “o Vaqueiro”, Manoel dos Anjos Ferreira, “o Balaio”, e por “dom Cosme Bento das Chagas”, que se intitulava “Tutor e Imperador das liberdades Bem-te-vis”.

E aqui abrem-se esses parênteses para em breve comentário ilustrar a passagem da “Revolução dos Balaio” pela fazenda Picos, atual colinas, não apenas por estar inserido esse movimento no contexto em estudo, mas também por que sua passagem trouxe consequências profundas para a divisão social e espacial do trabalho na região da fazenda, que cujas extensões se estenderiam por todo o Alto Itapecuru.

Retomando o contexto histórico, o potentado da fazenda Picos, Capitão José Pereira de Sá, também seria alvo dos revolucionários, pois fazia parte da aristocracia rural, escravocrata e Capitão da Guarda Nacional do Império. Possivelmente, fora ele informado dos atos sanguinários cometidos pelos Balaio em tantas outras fazendas por onde passaram saqueando, e alguns cometendo crimes com requintes hediondos. Segundo relatos orais, a fazenda Picos foi tomada em 1841 (PEREIRA, 2012, p.73).

Mesmo conhecendo-se os reais motivos que moveram a revolta da Balaiada, a historiografia oficial nos dá conta de que os balaio eram sanguinários e bandoleiros, praticantes de todos os tipos de torpezas. Assim sendo, ciente da possibilidade de ataque dos insurretos, o capitão José Pereira de Sá tentou organizar defesa para proteger sua família e bens, inclusive os escravos, que poderiam querer se juntar ao movimento, como já estava comumente acontecendo por todo o *hinterland* maranhense. Assim, montou uma barricada na estrada que ligava a fazenda Picos à vila de Pastos Bons, local

de onde advinham os insurretos, até que chegasse a ajuda militar requerida a Caxias (PEREIRA, 2012, p.73).

Na tentativa ardorosa de defender sua honra de potentado latifundiário, família e bens materiais, em pujante e enfurecido combate com os invasores que ameaçavam seu poderio, o Capitão Pereira de Sá lutou até a morte. Tombou no local da barricada por ele construída, área tradicionalmente chamada de “Piquete”, em alusão à resistência armada e ao conseqüente confronto ali ocorrido com as tropas do “Balaio Vingador”. Sobre isso, esclarece Osano Brandão (1959, p. 158):

Impossibilitado de organizar defesa contra os agressores, pois temia que seus escravos se unissem àqueles malfeitores [...] resolveu pedir socorro às autoridades da vizinha cidade de Caxias [...]. De lá veio um contingente sob o comando do **Tenente Joaquim Eloi de Queiroz**. Este aliado às forças de que dispunha José Sá, deu combate aos balaaios, rechassando-os, morrendo, porém, no combate, José Pereira de Sá (g.n.).

Do matrimônio do casal Pereira de Sá não frutificou filho do sexo masculino. Desta forma, após expulsar os insurretos, e compadecendo-se da situação de dona Cândida, o tenente Joaquim Elói de Queiroz permaneceu na Fazenda Picos, estabelecendo naquela importante ribeira um ponto de resistência ao movimento dos “Balaaios”, como forma de salvaguardar a honra da viúva e das filhas em caso de os mesmos insurretos retornarem.

Reza a tradição oral que, após a morte do patriarca Pereira de Sá, dona Cândida esteve envolta em séria celeuma familiar. Casadas as filhas, e ao repartir o pecúlio, houve uma acirrada concorrência entre os genros de dona Cândida pela posse da sede da Fazenda Picos, local onde está erigido o centro urbano da cidade de Colinas, e onde já existia uma capela-oratório em um preito a Nossa Senhora da Conceição (PEREIRA, 2012, p.75-76).

Assevera José Osano Brandão, em sua monografia sobre Colinas, que a viúva de José Pereira de Sá, embora tivesse outros genros e entre estes Francisco de Paula Mattos, José Trajano Caminha Brandão (casado com Feliciano), e Joaquim da Costa Figueira (casado com Joana<sup>14</sup>), era desvelada pelo ex-tenente Queiroz (casado com Belisária), talvez em sinal de reconhecimento por haver ele arriscado sua vida, ao

---

<sup>14</sup> Joana Pereira de Sá e Joaquim da Costa Figueira eram pais de Frederico Pereira de Sá Figueira, ou simplesmente Frederico Figueira. Segundo Milson Coutinho (1981, p.229), “Nasceu em Colinas a 18 de dezembro de 1852. Fundou, com Isaac Martins, em 1888, em Barra do Corda, o apreciado jornal republicano O Norte. Foi deputado provincial e estadual, além de vice-governador do Estado. Homem de grande erudição, autodidata notável, educador de primeira grandeza, muito deve a história de Barra do Corda a esse comprovinciano”.

lado de seu marido, defendendo sua propriedade, e por ter sido professor de suas outras filhas menores. Como é natural, deste carinho especial dispensado ao ex-tenente Queiroz surgem o ciúme e a inveja dos demais (BRANDÃO, 1959, p. 158).

Desgostosa e preocupada com aquela situação, e querendo preservar a paz no seio familiar, resolveu dona Cândida, reservar meia légua de terra em quadra para constituir patrimônio da santa-padroeira, o que pela época era algo comum e juridicamente legal de acordo com as velhas ordenações portuguesas e com o então em vigor, Padroado Régio. Deste ato, a meia légua de terra em litígio passava a ser de patrimônio da Padroeira e, por conseguinte, da capelinha já existente desde a fundação da fazenda Picos. Era, pois, o patrimônio que ela doava à santa, o objeto de discórdia na família.

Tais terras, segundo bem informa Reis Júnior (1958, p.47), eram chamadas de **“terras da Santa”** e limitavam-se, segundo demarcação da prefeitura feita em 1894: **Ao norte, com o riacho “Pitingau”; ao sul, com o riacho “do Padre”; e a leste com o sítio “Buritirana” e o baixão dos “Tucuns”; e a oeste com o rio Itapecuru.**

As “terras da santa” representaram fator inquestionável para um efetivo povoamento da localidade, ao passo que essas terras, diga-se, terras “de ninguém e de todos”, estavam franqueadas aos que se colocassem sob a invocação da padroeira. Como se viu, a passagem da “Revolução dos Balaios” desacelerou decisivamente o impulso de desenvolvimento vivenciado pela fazenda, o que contribuiu para sua mudança de função produtiva. Até mesmo porque, com a divisão das terras da fazenda Picos entre seus herdeiros, ela perdeu sua expressividade econômica de centro agropastoril, passando progressivamente para a função de importante entreposto comercial e, posteriormente, grande polo algodoeiro dos altos sertões maranhenses.

Por situar-se em estratégica posição, a prodigalidade das “terras da santa” foi fator de atração de fazendeiros de algodão, mercadores e certamente tropeiros e comerciantes, de Passagem Franca, Pastos Bons, Mirador, de paragens e províncias circunvizinhas, que demandavam gêneros dos quais não dispunham especialmente comercializando produtos como couro, resinas medicinais, algodão, babaçu, milho, arroz e reses (PEREIRA, 2012, p.78).

Esses negociantes, atraídos também pelo rio Itapecuru, foram se aglutinando com seus “teres e haveres” ao entorno da capelinha, que, segundo a tradição oral, é onde atualmente localiza-se a Matriz de Nossa Senhora da Consolação. Foi ao redor da primitiva capela e posteriormente da Matriz que depois foram traçadas as primeiras ruas

da povoação, o que sem dúvida deu um ar de organização ao pequeno núcleo em formação. Segundo Alberto Pizarro Jacobina, em sua obra “Dias Carneiro, O Conservador” (1938, p. 93-94), foi de autoria do Dr. Francisco Dias Carneiro (filho) o traçado urbano da vila dos Picos.

No quadriênio de 1873 a 1877, foi [Dias Carneiro] presidente da 1ª Câmara Municipal da Cidade de Picos, na Comarca do Alto-Itapicuru, quando recém-formada por desmembramento da de Pastos-Bons [...]. É de sua autoria a planta e o traçado da cidade de Picos, cuja Praça central, que tem hoje o seu nome, é considerada ainda uma das de melhor traçado em todo o Maranhão (g.n.).

Como bem se observa o patrimônio da “santa-padroeira” constituiu-se num importante elemento do povoamento e crescimento urbano da povoação dos Picos, que, a partir da segunda metade do século XIX, passa a ser depositária de intensos fluxos populacionais que não advinham apenas de Passagem Franca, Caxias e adjacências, mas, sobretudo, de outras províncias, como as do Ceará e Piauí, fugindo dos horrores das frequentes secas.

Considerarei tais informações para o efeito da presente pesquisa por compreender, tal como preconiza a concepção idealista e simbólica do território, que o espaço geográfico está carregado de valores, não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É nesse sentido que o território simbólico-cultural do Alto Itapecuru precede ao território político e principalmente ao território sob o viés econômico.

Conforme DANTAS & MORAIS (2008, p.3), na compreensão de território manifestada pelos autores Bonnemaïson e Cambrézy (1996), fica clara a natureza simbólica das relações sociais, “através de expressões como: pertencemos a um território, não o possuímos, o habitamos, somos impregnados por ele; o território também é ocupado pelos mortos que o marcam com o signo do sagrado”.

Para esses autores “o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer” (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14 apud HAESBAERT, 2004 p. 72-73).

Tal concepção se aplica de forma ideal ao que se deu no processo de ocupação do Alto Itapecuru, especificamente no território da cidade de Colinas. Ali o simbólico se fez presente e potente na constituição territorial. A fé, o aspecto religioso e

sagrado, foi um importante instrumento de povoamento uma vez que franqueou o acesso as terras que antes estavam em poder circunscrito dos membros de uma elite agrária. Ou seja, terras que, por via jurídica, não seriam livremente ocupadas por posseiros.

Foi, parece não haver dúvidas, a ação da matrona da fazenda Picos, dona Cândida Francisca do Monte Serrate “Pereira de Sá”, ao doar as terras ao patrimônio da capela da padroeira, quem proporcionou a incursão de intenso afluxo de pessoas que buscavam lugar favorável à fixação e ao desenvolvimento das mais diversas atividades.

A respeito da ocupação das “terras da santa”, observa-se que o recém-criado Conselho Municipal da Câmara da vila de Picos deixou bem claro no texto do primeiro Código de Éticas e Posturas, no ano de 1873, sua preocupação em fiscalizar e limitar o acesso a estas terras por meio do aforamento. Igualmente, dá as dimensões do perímetro das terras doadas por dona Cândida Francisca do Monte Serrate para constituir o patrimônio da padroeira da localidade e, ao que se observa já em poder da Câmara Municipal. Vejamos a transcrição do artigo 1.º do Código de Posturas da vila dos Picos, de 1873<sup>15</sup>:

#### **TÍTULO I CONSTRUÇÃO, ALINHAMENTO, AFORMOSEAMENTO**

Art. 1.º Ninguém poderá levantar casa ou fazer qualquer serviço nas terras da câmara municipal desta villa dos Picos, sem a licença da mesma câmara. [...].

A área compreendida na disposição deste artigo é a de três mil e duzentos metros em quadro (meia légua), servindo de centro para um e outro lado de norte à sul a praça já conhecida com o nome de – Dias Carneiro – e do ponto de partida de poente à nascente à margem direita do rio Itapecuru.

Tanto a capela quanto a matriz, edificada a segunda sobre a primeira, estavam localizadas no centro do enorme quadrilátero que desde a criação do município recebeu o nome de “Dias Carneiro”, homenagem ao maior entusiasta de sua emancipação, o que condiz com a localização das “terras da santa”, e onde até então se encontra assentada a sede urbana e os bairros do município de Colinas.

O aforamento por parte da Câmara Municipal foi de fato uma medida cautelar, pois o desenvolvimento comercial e urbano só se efetivaria bem depois. Somente em 1870, com ações do Presidente da Província do Maranhão, Dr. José da

---

<sup>15</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. *Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão*. Lei Nº1.043 de 25 de julho de 1873. Vol. 29, p. 61-62.

Silva Maia, que incumbiu o engenheiro João Etchgoyen Portal de promover a desobstrução das cachoeiras (Laranjo e Sanharó, em especial) que impediam a navegação a vapor entre a vila dos Picos e a vila de Caxias, é que se teve de fato possibilitada a navegabilidade do Itapecuru até sua foz, sendo a cidade de Caxias o ponto comum entre a zona agropastoril sertaneja e a zona agroexportadora da província do Maranhão (MEDEIROS, 2001, p. 41).

No contexto descrito, a antiga fazenda Picos já erigida em porto-povoação, **o Porto dos Picos**, adquire função importante e passa a ser entreposto comercial das principais vilas e distritos da região de Pastos Bons, possuindo um grande armazém onde eram estocados os gêneros agrícolas dali exportados (algodão, arroz, milho, solas, couros, tabaco e resinas), constituindo-se numa espécie de paragem obrigatória a todos que demandavam a região. E sobre isso também esclarece José Osano Brandão (1959, p. 157) que

O município de Colinas foi, primeiramente, um porto de desembarque de Passagem Franca, plantado à margem do rio Itapecuru. Construindo-se à beira do aludido rio um armazém onde eram estocadas as mercadorias que deveriam ser embarcadas para a capital do Estado, transformou-se o aludido depósito no marco inicial do futuro município, suscitando a fixação do primeiro habitante e a construção de sua residência à Rua dos Fogosos [...] (g.n.).

Reafirma-se que seu posicionamento estratégico abaixo da confluência dos rios Itapecuru e Alpercatas, o mais distante porto fluvial possível de se atingir pelo Itapecuru, fez chegar à nascente povoação dos Picos os ventos do progresso e do desenvolvimento. Em verdade, toda a força de tal progresso tinha por raiz o projeto integrador regional, desde o final do século XVIII, intencionado pelas autoridades capitais. Curiosamente, mas não ao caso, o porto-povoação dos Picos é erigido no mesmo espaço do antigo porto-povoação do Príncipe Regente, ambos fundados com o mesmo fim.

Como dito, por esse período a cotonicultura adentrou as fertilíssimas ribeiras dos rios Itapecuru e Parnaíba, fazendo surgir novos núcleos urbanos como Picos e Mirador, enquanto povoações mais antigas, como Pastos Bons e São Sebastião da Passagem Franca, encontravam em franco declínio.

Em verdade, Passagem Franca florescera, no final do século XVIII, sob o impulso da expansão da pecuária, enquanto a povoação de Picos despontava, ainda na primeira metade do XIX, sob os auspícios da atividade agro produtora do algodão e da conseqüente navegabilidade a vapor que tomava impulso pelas ribeiras dos rios perenes

dos altos sertões maranhenses. Pelo Mapa 10 (p.146) é possível compreender o sentido da transferência e como ela se adéqua aos interesses das fronteiras em contato, o Alto Itapecuru é o lugar por excelência para a grande lavoura do algodão, ao passo que não exclui a atividade ganadeira.

Assim sendo, resultando do contexto político-econômico daqueles meados do século XIX, apenas um ano após ser criado o Distrito de Picos (1869), tem sua municipalidade constituída ao ser elevado, por força da **Lei Provincial n.º 879 de 04 de junho de 1870**, à categoria de vila, a “Villa dos Picos”, passando a ter sua autonomia por ser uma unidade política integrante do Império do Brasil. A propósito, cite-se, na íntegra, o texto da referida lei, que é claro e enfático.

**Lei n.º 879 de 4 de junho de 1870**

**O Dr. José da Silva Maia, Vice-Presidente da Província do Maranhão:**Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1.º – **Fica elevada à categoria de villa a povoação dos Picos à margem direita do Itapicuru, no município da Passagem Franca.**

Art. 2.º – **Para esta villa fica transferida a sede do município de Passagem Franca.**

Art. 3.º – Na mesma villa fica criado um districto de paz cujos limites ficam sendo os mesmos da subdelegacia que já ali existe por portaria de 24 de abril de 1869.

Art. 4.º – **Fica extinta a villa de Passagem Franca passando a ser o 2.º districto de paz do mesmo município.**

Art. 5.º – Os limites deste município com o de Pastos Bons continuam a ser a linha imaginária da foz do Alpercatas em direção à Inhumas e às cabeceiras do Riacho Fundo conforme a lei provincial nº 13 de 8 de maio de 1835.

Art. 6.º – **Ficam pertencendo ao município de Picos** os lugares denominados Presídio de Baixo, Maravilha, Genipapeiro, Floresta, Suçuarana, Mate, Peixe e os mais que com êstes estão debaixo da mesma linha divisória.

Art. 7.º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como se contém. O Secretário do Governo a faça imprimir, publicar e correr.

**Palácio do Governo do Maranhão, 4 de junho de 1870.**

**José da Silva Maia<sup>16</sup>.**

---

<sup>16</sup> Publicada no Jornal “Publicador Maranhense”, 10 jun. 1870 (*apud* REISJÚNIOR, 1958, p. 154)

**Mapa 10: Localização e limites territoriais do Município de Picos em 1870**



A respeito da justiça dessa lei n.º 879/1870, comentou o arguto Historiador do século XIX, Dr. César Augusto Marques, em seu prestimoso Dicionário Histórico-Geográfico, que, naquele ano de 1870, organizara exatamente no verbete “Picos”, às páginas 515-516:

**Picos – povoação e villa** – Na margem direita do rio Itapicuru, no município da Passagem Franca, dez léguas abaixo do Mirador.

Dizem pessoas conhecedoras desta localidade e de seus recursos que para aqui se devia transferir a sede da vila da Passagem Franca.

Destruídas ou pelo menos melhoradas as cachoeiras que existem no leito do rio, de Caxias para cima, **pode até aí chegar a navegação a vapor, com que grandemente lucrará tanto esta nascente povoação como a do Mirador e tôda a comarca, pois que a fôrça da lavoura é justamente para o lado do rio Itapicuru, onde estão assentadas estas duas povoações.**

Dizem outras justamente o contrário, e que só o espírito de partido é que poderia descobrir utilidade em elevar à categoria de vila esta insignificantíssima povoação, composta de 18 ranchos de palha, como se fez pela Lei Provincial n.º 879 de 04 de junho de 1870 (g.n.).

Sobre a afirmação final de Marques sobre Picos, no seu Dicionário Histórico-Geográfico, é conveniente levar-se em conta que, naquele ano em que se mudava a sede da vila de Passagem Franca para a povoação de Picos, esse historiador lutava para conseguir da Assembléia Provincial um subsídio para publicar seu supracitado dicionário, o que foi indeferido pela dita Assembléia da qual era deputado e representante do Partido Conservador o Dr. Dias Carneiro, votando ele contra o projeto do subsídio do governo para a publicação. Deve-se, pois, analisar sua impressão sobre a povoação dos Picos lembrando que era Dr. César Marques ferrenho opositor dos Conservadores e, portanto, contrário à mudança orquestrada pelo Dr. Dias Carneiro (PEREIRA, 2012, p.84-85).

Segundo SANTOS NETO (2006, p. 115), o fato do porto-povoação dos Picos ter atraído a si a sede da vila da Passagem Franca, não foi um caso sui generis. Tendo encontrado pelo menos mais três exemplos entre o Maranhão e o Piauí: “a) Intenta-se por algum tempo transferir até mesmo a sede da já então secular Pastos Bons para a povoação-porto do Mirador (1855); a sede de São Gonçalo do Amarante, PI, é transferida para o porto de São Francisco, na margem direita do rio Parnaíba (hoje cidade de Amarante); c) a capital do Piauí é transferida de Oeiras para a vila do Poti, que ganha o nome de Teresina, também situada na margem direita do rio Parnaíba.

Diante desses exemplos, verifica-se que o principal fator propulsor do povoamento e do desenvolvimento da povoação dos Picos, a partir da segunda metade

do século XIX, além do seu posicionamento estratégico, foi a navegabilidade a vapor do rio Itapecuru, que naquele período estava se tornando concreta.

Considere-se que, por esse final de século XIX, a pecuária, então força motriz do povoamento dos altos sertões maranhenses e piauienses desde o século XVIII, estava definindo consideravelmente, ao passo que a lavoura de exportação, o agronegócio, estava em franca expansão. Segundo Maria Januária Vilela Santos (1983, p.42) assim pode se configurar esse momento:

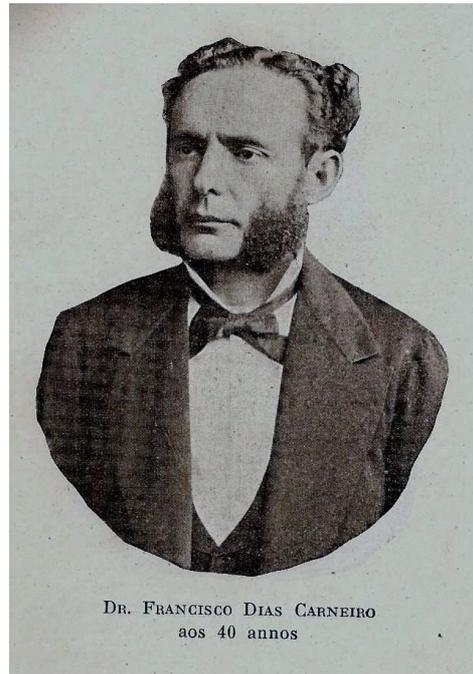
A criação de gado, atividade responsável pela ocupação de extensas áreas do interior maranhense, foi sensivelmente afetada a partir dos fins do século XVIII, em decorrência das novas circunstâncias econômicas impostas à Província. Pressionada na direção litoral – interior pela grande lavoura de algodão, a pecuária havia abandonado seus antigos estabelecimentos, em busca de novos campos no alto sertão.

Pela década de 60 do século XIX, o algodão maranhense, cuja produção entrara em crise desde 1820, experimentava uma fase de demanda considerável, ocasionada pela eclosão da Guerra Civil Norte Americana, a Guerra de Secessão (1861-1865), que entravara, mesmo que temporariamente, a economia dos Estados Unidos com a Inglaterra. Afirmativamente, registraram os naturalistas europeus Spix & Martius (1961, p.309) que “Nas inúmeras fazendas, que se vêem ao longo das margens, rio acima, e onde antigamente se cuidava quase exclusivamente de criação de gado, cultivava-se hoje algodão”.

Assim sendo, o Maranhão exportava, a partir desse período, grande quantidade de algodão para a Inglaterra, configurando-se a província como grande exportadora da matéria-prima para o mercado externo, chegando o algodão a ser o segundo produto nas exportações brasileiras. Era a cotonicultura que se espalhava pelos férteis vales do Alto Itapecuru, parindo fazendas agrícolas e estabelecendo novos senhores potentados.

Seguem abaixo duas ilustrações. A Fig.3 a fotografia do Dr. Francisco Dias Carneiro, um dos maiores empreendedores do algodão maranhense; e a Fig.4 da “Companhia Prosperidade Caxiense”, indústria têxtil por ele fundada, que recebia e manufaturava a maior parte do algodão que vinha do sertão do Alto Itapecuru, via porto dos Picos, até Caxias, de lá para São Luís e outros países.

Fig.3: Dr. Francisco Dias Carneiro (Foto de 1877)



Fonte: Alberto Pizarro Jacobina (1938).

Fig.4: Fábrica “Companhia Prosperidade Caxiense” de Dr. Dias Carneiro



Fonte: Álbum do Maranhão – 1908.

O doutor Francisco Dias Carneiro tendo conhecimento da Guerra de Secessão e das potencialidades da ribeira do Alto Itapecuru para a cultura do algodão, dada a sua grande ilustração e ciência, foi ele o entusiasta maior da elevação da povoação aos mais superiores status, tanto político, quanto jurídico e eclesiástico.

Portanto, não nos parece agora tão confuso o motivo que levou Doutor Dias Carneiro a tão insistente luta pela emancipação de Picos e pelo incremento de sua navegação e lavoura. Na realidade, para além das razões outras, era um empreendedor nato, tinha indústrias de tecido em Caxias e desfrutava de idéias de vanguarda, pouco compreendidas, diga-se, no seu meio sertanejo conservador. O perfil de Dr. Francisco Dias Carneiro está em consonância com o projeto ideológico nacional do século XIX, que mais tarde se efetivaria em todo o Maranhão. Sobre tal realidade, pondera Santos (1983, p.46) que

O Maranhão, de certa forma, participou de todas as fases desse processo, integrando-se ideologicamente à realidade nacional. [...] As possibilidades de reformulação ideológica provincial ampliaram-se com o desdobramento do processo de criação da consciência nacional a partir da consolidação do poder dos proprietários de terras.

Com efeito, Dr. Dias Carneiro pretendia utilizar seus conhecimentos técnicos em favor da melhoria dos modos de produção do sertão, tão rudimentares e ainda ligados ao sistema de exploração da terra pela “roça do toco” e pelo “braço escravo”, ambos característicos de um modo de produção defasado. Segundo Alberto Pizarro Jacobina, o seu espírito adiantado, com tendências um tanto exageradas contra a *rotina*, levaram-no desde logo a romper com os métodos tradicionais da lavoura local, introduzindo reformas radicais.

Sobre isso, cite-se o mesmo Jacobina (1938 p. 81-82):

Francisco Dias Carneiro sentia melhor que ninguém a grande reforma que se operava ‘nos princípios, nos meios e nos fins do trabalho’. O braço escravo cedia lugar ao braço livre e este por escasso e caro deveria ser suavizado pelo emprego de machinas [máquinas]. Era o exemplo que nos vinha da América do Norte, onde a guerra de secessão acabava de pôr o problema. [...].

Tudo isso se avoluma no cérebro de Francisco Dias Carneiro, e **elle sonha ser o grande incentivador do algodão. [...] Assim predisposto, elle funda em 1864, a pouca distancia da fazenda paterna, a sua primeira lavoura de algodão. ‘ Jaguarana’ denominou-a, e nella iria empregar novos methodos. Era a primeira tentativa** (g.n.).

Para melhor compreender a ação de Dias Carneiro nesse período antecedente à elevação da povoação dos Picos à categoria de vila, quando da extinção

da vila de Passagem Franca, vamos apresentar trechos pinçados de um relatório substancial elaborado pela Câmara de Passagem Franca, em 1869. O documento versa consistentemente sobre as potencialidades da lavoura e da criação de gados nas ribeiras do Itapecuru.

Esse relatório, devidamente orientado por Dias Carneiro (para alguns foi mesmo de sua autoria), é o mais completo documento que descreve a região do Alto Itapecuru, e constituiu-se como chave mestra para a emancipação político-econômica do território da atual cidade de Colinas. Ele foi extraído do “Dicionário” de Marques (1970, p. 508-512):

**“Relatório que a Câmara da Passagem Franca remeteu à presidência da Província sobre a lavoura e criação de gados do seu município e as medidas que convém tomar para o seu desenvolvimento”.**

A indústria quer a considerem largamente como o desenvolvimento da inteligência do homem em empresas lucrativas, quer restritamente aplicada aos progressos agrícolas e pastoris, **não é conhecida neste município. Geralmente se lastima entre nós que os homens de conhecimentos e estudos fujam dos campos, e que a lavoura seja considerada uma profissão indigna do homem culto.** [...] A lavoura e a criação de gados, os **dois ramos principais da nossa riqueza, estão exclusivamente entregues a direção de homens ignorantes, sem conhecimento algum nem prático nem teórico do mecanismo industrial,** que já vai tomando pé em nossa Província, e que noutras tem desenvolvido a riqueza da nação e dos particulares.

Por justiça não podemos, entretanto, deixar de consignar um fato isolado. **O Drº Francisco Dias Carneiro, filho deste município, procura, por assim dizer, romper as trevas em que está engolfada nossa lavoura. Tem-se mostrado um campeão infatigável da indústria; conversa, doutrina a todos e tem excitado este amor e desejo de melhoramentos, de que todos se acham hoje possuídos, e que já tivemos a satisfação de levar ao conhecimento da presidência;** sabemos que em agricultura está preparando terrenos, para receberem os benefícios de instrumentos agrários, e que tenta mostrar-nos praticamente quanto o sistema *aratório* é superior à *rotina*<sup>17</sup> em seus resultados finais e nas suas operações mais compatíveis com a dignidade humana. No estado de ignorância em que se acha a este respeito a população do município, que o nosso compatriota não terá deixado de compreender e estudar, o exemplo, a prática, as cifras enfim, serão talvez o meio mais eficaz, senão único de esperar uma revolução em nossos costumes agrícolas (g.n.).

Nesta parte, o relator é incisivo ao destacar as condições desfavoráveis ao progresso da atividade criatória do gado. Em verdade, naquele momento, conforme

---

<sup>17</sup> A palavra *rotina* está aqui relacionada à prática das coivaras, da roça do toco, que desgasta o solo, o empobrece e o mata, mas que, infelizmente, é, até atualmente, praticada pelo homem do campo, sertanejo maranhense.

expomos anteriormente, a pecuária estava vivendo uma crise ao passo que a lavoura entrava em ascensão.

Os primeiros habitantes do município e da comarca foram criadores de gado vacum e cavalar. **Vinham pela fama dos pastos, e a tradição confirma pelo nome que ficou designando a comarca, que nesses tempos primitivos em que toda a Província era singularmente própria para a criação de gados, esta comarca excelente.** De feito as raças bovina e eqüina se propagaram com rapidez, e se entregaram ao seu maior desenvolvimento pelos tempos da revolução de Raimundo Gomes [...]. Não havia então epizootias, nem pragas; as chuvas eram regulares e abundantes, e o trabalho do criador era somente amansar o gado e queimar os pastos na seca. **Com os estragos da rebeldia e aumento subsequente do povo a criação começou a desaparecer, acompanhada de achaques e inconvenientes de toda a sorte. Vieram as epizootias. De toda as mais fatais o toque no gado vacum e o escanchar no cavalar são as que fazem mais estragos. Acometem em todos os lugares e o animal mais gordo é o que preferem para suas vítimas.**

**As pragas se multiplicaram: - o carrapato, o berne, a mutuca, o morcego e a mais terrível e pior de todas – a vareja são outros tantos flagelos da criação.** Para cúmulo de infortúnios, os invernos escasseiam e as aguadas se extinguem. **Há intermitências em todos esses males, e o criador sertanejo na sua ignorância e impotência, como o pastor de Virgílio, espera sempre os auxílios divinos.**

**É nessa apatia que se acha atualmente a nossa indústria pastoril. Os criadores mais ativos e experientes, não vendo possibilidade de remediar tantos males, passam-se para a lavoura, os menos diligentes vão-se arruinando pouco a pouco (MARQUES, 1970, p. 509) ( g.n.).**

Depois de citar os achaques que afetavam a atividade criadora e mostrá-la em toda sua decadência, o relator assim expõe sobre as condições da lavoura de algodão, no então “boom” pelo qual ela passava naquela década de 1860. Segue:

**Ao passo que a criação desaparece, a lavoura medra e prospera.** As matas que os criadores abandonaram como inúteis foram exploradas. [...] **a revolução dos Estados Unidos<sup>18</sup>, que elevou o nosso algodão a um preço fabuloso, firmou o predomínio da lavoura, ficando a criação como um acessório dos lavradores abastados.**

**A grande lavoura atual do município é, pois, a de algodão.** Cultivavam-no em todos os lugares. [...]. O Tenente-Coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre certifica que chegou a obter 420 arrobas de algodão em caroço numa quadra, e o Drº Carneiro 460 em seis hectares! Sendo opinião dos americanos que nas terras mais ricas do seu país, a produção de 500 arrobas por doze acres (um pouco mais de uma quadra) é satisfatória, quanto não devemos nós esperar das nossas

---

<sup>18</sup> Referência à Guerra de Secessão (1861-1865), deflagrada nos Estados Unidos da América pelo confronto entre as colônias do Sul, escravistas e monocultoras, e as colônias do Norte, manufatureiras e onde predominava a mão-de-obra assalariada. Como vimos, por mercê dessa guerra civil, a Inglaterra perdeu temporariamente contatos com seu principal fornecedor de algodão, os E.U.A.

terras, quando receberem os benefícios da indústria? (MARQUES, 1970, p. 509, g.n.).

Nesta parte do relatório, Doutor Dias Carneiro e seus companheiros de partido são mais incisivos ao destacarem o caráter eminentemente estratégico da povoação dos Picos no processo de incentivo à lavoura de algodão e ao consequente incremento da navegação a vapor pelo rio Itapecuru, tal como já se havia dado na ribeira do Parnaíba. Lembre-se, no que citamos anteriormente, que, pela segunda metade do século XIX, muitas eram as povoações ribeirinhas que, pela mercê da navegação fluvial, estavam levando para si as seculares “cabeças de vilas, comarcas e paróquias”. Analise como o relator é convincente ao tratar disso:

Em primeiro lugar é digno do nosso cuidado o porto aonde se embarcam nossos produtos, a nascente povoação dos Picos. A sede do município, a antiga vila de Passagem Franca, está colocada no centro do termo, que como vimos são terrenos de chapada e brejo, só próprios para a criação de gados e a cultura quase extinta da cana. Foram sem dúvida bem ponderadas as razões que aí a colocaram, no tempo em que a criação de gados florescia e era a nossa maior riqueza. Mudadas, porém as condições da nossa existência está ela hoje em contradição com os interesses do município. A decadência da criação de gados arrastou a sua; o desânimo e pobreza daquela se refletem no seu estado atual de abandono. A lavoura do algodão que se foi originando procurou o seu centro natural, à beira do Itapecuru; do seu maior desenvolvimento e afinal decidida preponderância levantou-se a povoação do porto dos Picos.

Para este ponto é indispensável que o governo dirija suas vistas. Colocado no centro das nossas melhores terras e mais cultivadas, à beira do rio que é a única via de transporte razoável para o mercado de Caxias, o porto dos Picos reúne ainda vantagens excepcionais para a lavoura e o comércio desta comarca. **É o melhor porto do Alto-Itapecuru; num terreno ligeiramente elevado, enxuto e arejado não se conhecem nele epidemias. É o entreposto da navegação do Mirador, onde as barcas duplicam as suas cargas, porque assim o permite a maior capacidade do rio. Enfim, situado uma légua abaixo da confluência do Alpercatas, é o último porto em que pode chegar uma boa navegação, que derramando seus benefícios pelos portos intermediários se tornem largamente vantajosas as três comarcas vizinhas** (MARQUES, 1970, p. 511).

Mediante as incontestáveis benesses apresentadas pela dadivosa povoação dos Picos, nesse documento relatadas, o relator acaba por ser enfático em seu intento:

Eriger, pois em vila esta povoação, que já conta para mais de quatrocentas almas, cercar de garantias este lugar cheio de atividade, que representa legitimamente a concentração dos nossos interesses, é uma medida que a lavoura está reclamando com instância, tanto mais que a ela se prende o melhoramento da

navegação do Alto-Itapecuru, de que vamos tratar (MARQUES, 1970, p. 511, g.n.).

E sobre as fortes potencialidades da navegação efetiva entre os Altos Sertões e o Litoral, aliás, sonho muito antigo tanto dos povos dessa ribeira quanto das autoridades portuguesas, o relatório dá dados bem ponderados sobre tais, apresentando inclusive soluções práticas para desobstruir alguns lajedos no leito do rio, que em tempos de estiagem das chuvas atrapalhavam a navegação:

*É o rio Itapecuru, segundo informações de pessoas práticas, mais fundo dos Picos a Caxias; e não tem um só raso ou seco; suas águas correm tão lentas que, gastando-se dos Picos a Caxias ao tom da água (de borbulho) 10 dias de viagem, navega-se em 15, rio acima, a mesma distância. Existem, porém, algumas cachoeiras, cuja importância tem sido exagerada, e que a falta de exame por pessoas competentes, tem dado lugar a supor-se a navegação a vapor impossível (MARQUES, 1970, p. 511, g.n.).*

Segundo o mesmo relatório, seriam importantes medidas que deveriam ser tomadas para um grande desenvolvimento agrícola no “município de Passagem Franca”:

- Favorecer e policiar o nosso porto de embarque – a povoação dos Picos;
- Melhorar a via de transporte – o curso do Itapecuru;
- Estabelecer uma navegação a vapor, que ao menos dê duas viagens por mês ao nosso porto;
- Erigir em vila a povoação dos Picos.

E, por fim, assevera o relator que

Desta maneira, não há que duvidar. **A lavoura deste município e de toda a comarca tomará um grande impulso.** E que riquezas não fará brotar um governo colonizador das matas imensas que ficam ao lado esquerdo do Itapecuru? Com mais de 30 léguas pela margem do rio, com um centro desconhecido, e que alguns exploradores afiançam ser de solo idêntico ao nosso, é um país novo, que destinado a colonização estrangeira dará ao Estado recursos inexauríveis (g.n.).

Num período assinalado por profundas tensões e agitações políticas e econômicas, é passível de questionamento o impacto dessas transformações na região do Alto Itapecuru, no âmbito das disputas pelo poder que se orquestravam de forma bem aparente. Como visto anteriormente, pela Lei Provincial n.º 879, de 4 de junho de 1870, foi transferida a sede da vila de Passagem Franca para a povoação dos Picos, elevada nessa ocasião à categoria de Vila, sede administrativa do recém-emancipado município. Sobre essa resolução acrescenta Marques (1970, p. 512):

*No dia 3 de setembro desse mesmo ano representou contra tal resolução a respectiva Câmara Municipal ao presidente da Província que em ofício de 30 de dezembro lhe respondeu “**nada poder resolver**”*

*a tal respeito visto achar-se já em execução a referida lei”. A Lei Prov. Nº 911 de 18 de julho de 1870 concedeu ao Tenente-Coronel João Manuel de Magalhães, ou a qualquer outro cidadão a faculdade de abrir para uso público a sua custa uma estrada entre os municípios da Passagem Franca e Pastos Bons.*

*Em virtude desta autorização o Drº Francisco Dias Carneiro e o Coronel Antonio Carneiro da Silva Oliveira em 30 de dezembro do mesmo ano comunicaram ao presidente da Província achar-se já pronta a expensas suas a referida estrada, que se encarregaram de abrir entre os ditos municípios até o porto da vila dos Picos, sendo por este serviço louvados pela presidência em ofício de 3 de fevereiro do ano seguinte.*

*Em relação ainda a este fato, o Drº Severino Dias Carneiro, o Coronel José Vasco de Sousa Coelho, e outros interessados representaram ao presidente da Província contra a lei, que deu tal autorização, porque são eles donos das terras competentemente demarcadas, por onde se pretendia fazer passar essa estrada, já embargada em fevereiro ou março quando principiaram a abri-la, obstáculo que superaram por meio dessa lei, promulgada de propósito para esbulhá-los de sua propriedade, sem consenso seu, sem indenização alguma, e sem a menor necessidade, porque já existia uma estrada na direção da nova (g.n.).*

Analisando o arcabouço de leis e resoluções relativas ao período, vê-se com clareza que o projeto de transferência do município de Passagem Franca, fundado em 1838, para a antiga fazenda, porto, povoação dos Picos já estava em execução pelo menos uma década antes da lei nº 879/1870.

Três leis provinciais são indicativas desse fato. A primeira ainda em 1858, lei provincial nº512, de 29 de julho, a qual estende a malha territorial do município de Passagem Franca para além da margem da direita do rio Itapecuru, tomando o lado oposto do território da antiga fazenda e já “Porto dos Picos”, fato que demonstra, como visto, o abandono da região de chapadas e brejos, próprios para a pecuária, e onde estava localizada a velha sede municipal passagensense, em favor dos altiplanos ensolarados, próprios para a cotonicultura.

A segunda é a mais explícita. Pela lei provincial nº386, de 06 de julho de 1863, o governo provincial do Maranhão determina a exata transferência da sede da vila de Passagem Franca para o “Porto dos Picos”, na margem direita do rio Itapecuru, com vistas a formar um território mais abrangente distanciando-se da ribeira do Paraíba e cumprindo as vias do projeto integrador do extinto Arraial do Príncipe Regente que, conforme aqui se analisa, não decaiu enquanto sentido de sua criação e objetivos do projeto que lhe deu surgimento.

Afinal, a área de disputas continua sendo a mesma Ribeira do Alto Itapecuru, e, no plano simbólico, político e econômico, o retorno do centro de poder para a margem direita do Itapecuru, onde outrora fora levantado o arraial, e, em continuidade a fazenda, o porto, e a povoação elevada a Distrito Administrativo de Passagem Franca, em 1869, assim como a vila de Picos, em 1870.

Fato é que, em decorrência de sua significativa prosperidade político-econômica, a Vila dos Picos passou a ser um centro de atração populacional e certamente onde também circulava considerável riqueza. Abandonado o ar essencialmente rural, foram surgindo casas de pedra e adobe cobertas de telhas, rebocadas, caiadas e mais ou menos alinhadas em ruas ao entorno do largo da igreja e ao longo da extensão da calha do rio Itapecuru (PEREIRA, 2012, p.85).

Prova disto é que naquele ano de 1873<sup>19</sup> a Câmara Municipal da Villa dos Picos organizara o primeiro Código de Posturas do Município. O referido código fora sancionado pelo Decreto-Lei n.º 1.043, de 25 de julho de 1873, do Governador do Maranhão, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. A sua promulgação reflete o estágio de organização e gerenciamento que tomava conta do município, haja vista que o código era o conjunto de leis reguladoras da ordem político-administrativa, econômica e social de um município.

Isso pelo fato de que as Câmaras ou Conselhos Municipais, resquícios das “*Ordenações Afonsinas*”, representavam, por assim dizer, os poderes executivo e legislativo, já que não estava em voga a figura do prefeito. Quem governava o município em nome da câmara de vereadores era o seu Presidente. Em rápida pincelada, diga-se, lembremos um pequeno trecho da Carta Magna de 1824, quando tratou dos nossos municípios:

*Art.167: Em todas as cidades e vilas ora existentes e nas mais que para o futuro se criarem, haverá câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal das cidades e vilas.*

*As câmaras serão eletivas e compostas de vereadores que a lei designar, e o que obtiver maior número de votos será o Presidente<sup>20</sup>.*

A respeito da constituição da municipalidade de Colinas, que ainda carece de mais pesquisa, lembre que, segundo obra de Alberto Pizarro Jacobina, já citada em capítulos anteriores, foi o Doutor Francisco Dias Carneiro o grande articulador da

---

<sup>19</sup> Por ser oportuno, corrijam-se muitos históricos sobre Colinas nos quais seus autores afirmam que Picos somente teve organizado seu 1.º Código de Posturas em 1893, com o advento da República. Doravante se sabe que foi logo da elevação a vila, por força da Lei n.º 1.043, de julho de 1873.

<sup>20</sup> (PEREIRA, 2012, p.87)

emancipação de Picos, e o primeiro Presidente da Câmara Municipal, cargo que exerceu de 1873 a 1877.

Após transferir-se a sede da vila de Passagem Franca para Picos, adquirindo esta povoação notável status de unidade administrativa do Império, imperava uma nova empreitada: transferir para a vila dos Picos as importantes repartições judiciais e administrativas, o que não ocorreu por força da mesma lei de transferência da vila.

Assim, é que numa faina ruidosa, com um somatório de forças, o desenvolvimento da navegação fluvial a vapor do Itapecuru associado à força política de Dr. Francisco Dias Carneiro, **Picos foi elevada à categoria de Comarca, independente do termo judicial de Passagem Franca e da comarca de Pastos Bons.**

Na verdade, o termo judicial passagensense, erigido em 1841, foi elevado à categoria de comarca, “Comarca do Alto-Itapicuru”, cuja sede situou-se na vila de Picos, não em Passagem Franca, em função de ter sido rebaixada a distrito de Picos. Esse fato se dá principalmente pela influência e prestígio de seu maior articulador, Dr. Francisco Dias Carneiro (PEREIRA, 2012, p.88).

Por ação sua, a velha Passagem Franca perdia mais um notável status de civilidade passando a constituir-se termo de Picos. Eis o teor da referida lei:

**Decreto n.º 1.052 de 1873**

Art. 1.º – **Fica desmembrado da comarca de Pastos-Bons o termo judicial dos Picos**, e com parte do de São Francisco, da comarca de S. José dos Mattões, **elevado à categoria de comarca, com a denominação de comarca do Alto-Itapicuru.**

Art. 2.º – Os limites da comarca são os seguintes:

§ 1.º – Da barra do rio Corrente até a do riacho S. Domingos, e por este acima até as suas cabeceiras, de onde seguirá em linha recta para as cabeceiras do Brejo da Onça até a estrada real que vae para Paranaguá, passando na fazenda, Por enquanto, até o porto dos Veados no rio Parnahyba; e por este acima, até defronte da fazenda Burity.

§ 2.º – Da fazenda – Burity – seguirá uma linha recta passando pelas fazendas: Serra-Grande, Taboleirão, Genipapo, pé da Serra, União, Ma-ravilha, Presídio de Baixo, e Barra do Alpercatas.[...] (g.n.).

O Dr. Francisco Dias Carneiro era um industrial-têxtil, homem de grande escravatura, possivelmente o maior latifundiário da ribeira do Itapecuru. Incentivou a emancipação da povoação de Picos, sobretudo, por ter a isso ligado seus interesses econômicos. Com a navegação fluvial efetiva entre Picos e Caxias seria fácil transportar para a capital a sua larga produção de algodão. Lembre-se que, no momento da evolução de Picos, na segunda metade do século XIX, o Maranhão vivia o “boom” do algodão em virtude da Guerra Civil Norte Americana (JACOBINA, 1938, p. 93).

No Livro de Notas do Primeiro Tabelionato de Picos, encontrei uma escritura pública de compra, venda e quitação de uma escrava de nome Lucia. No referido registro cartorial, datado de 1876, já é explícito a prerrogativa de vila e de comarca galgados por Picos. Qual seja o trecho que nos interessa:

*Saibão os que este público instrumento de procuração virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e setenta e seis, aos desenove dias do mez de Setembro do dito anno, nesta Povoação da Passagem Franca segundo Districto da Villa dos Picos, Comarca do Alto Itapecurú Província do Maranhão em meu Cartório foi prezente como outorgante Dona Anna Benta de Oliveira que a reconheço pela própria de que tracto, faço menção e dou fé.[...] que por esta fará seus bastantes procuradores na Villa dos Picos aos senhores Franco Pereira da Fonseca e Raimundo Vieira Torres <sup>21</sup>(g.n.).*

A escritura, conforme se observa, é lavrada no ano de 1876, período caracterizado por forte efervescência econômica e política em Picos, quando da transferência da sede político-administrativa e jurídica passagensense. Pelo documento, no que é citado acima, fica evidente que essa transferência foi de caráter definitivo. Picos, uma povoação-porto rebaixa a velha Passagem Franca a segundo distrito e a termo seu, tornando-se assim o centro político, jurídico e econômico do Alto Itapecuru.

Lendo-se as entrelinhas do documento, vê-se que a comarca instalada em 1874, sob força da Lei nº1052, parece não ter transferido algumas repartições cartoriais, uma vez que o texto da referida procuração deixa claro que o cartório de títulos ainda estava situado na povoação da Passagem Franca. Por simples que pareça, tal leitura pode revelar toda a celeuma gerada pelas articulações do Dr. Dias Carneiro. Seria a permanência do Cartório uma resistência dos potentados locais contra o rebaixamento político e jurídico da extinta vila de Passagem Franca?

Todas essas manobras políticas geraram profundas contendas entre os potentados locais de Passagem Franca, haja vista a unilateralidade das decisões, pois, ao que nos parece, não houve um consenso sobre a decisão de se transferir para a ribeirinha Picos a sede da Vila e, posteriormente, as repartições cartoriais.

O historiador Flávio Reis em sua obra “Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão” (2013, p.23) analisa com precisão tal conjuntura de disputas e arranjos entre as esferas local, regional e nacional, afirmando que

---

<sup>21</sup> CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DE NOTAS. Livro do 1.º Tabellionato de Picos: 1876-1880 (fls 27 e 28v.). Colinas – MA.

A estrutura oligárquica (do Maranhão) teve seus traços formativos definidos entre meados do século XIX e o início do século XX e não será aqui analisada como um entrave (tradicional) à expansão do Estado (moderno), pois ela faz parte da formação da estrutura nacional de dominação. Assim pensada, a oligarquia funcionou como pólo de unificação, utilizando-se principalmente do clientelismo que sustentava a “cadeia de compromissos” [...] uma peça importante da formação do Estado, utilizada instrumentalmente pelo governo central e cujos padrões de atuação marcariam fundo a experiência política brasileira.

Nesse contexto político é que surge a “Villa dos Picos”, e vai crescendo a cavaleiro do seu porto fluvial, ao derredor da sua igreja e do grande passeio-público e comercial, o Largo Dias Carneiro, homenagem inquestionável ao seu idealizador e maior entusiasta de seu progresso. Por sua função e localização estratégicas, Picos vai atraindo fazendeiros, comerciantes, tropeiros, caixeiros-viajantes, profissionais liberais como professores, advogados, farmacêuticos, jornalistas, homens de letras, músicos, funcionários públicos das repartições que iam se instalando, além de outros profissionais de ofício, como alfaiates, modistas, boticários, barbeiros, carpinas, ferreiros, oleiros, e os indispensáveis vareiros, pessoas, enfim, dos arredores e diversas partes do Brasil.

Fig.5: Igreja Matriz de N. S. da Consolação, erigida em 1878, no lugar da antiga capela da fazenda Picos (foto de 1958).



Fonte: Acervo Particular do autor -- 2016.

Com uma praça comercial muito desenvolvida, figuravam dentre os empreendedores os senhores Francisco de Sousa Coelho, José Fernandes, Antonio Araújo Lopes, Francisco José Coelho, José Mariano de Melo Maranhão, Agostinho Pereira de Paiva Britto, Antonio Francisco Pereira, João Francisco Pereira, Antonio R. Pereira Labre, João Cândido Vieira Torres, José Moreira Lima, Francisco Dias Carneiro, Severino José Teixeira, Joaquim Dias Pimentel, Raphael Bernachi, Francisco Pereira de Sá, Patrício Pereira de Sá, José Vasco de Sousa Coelho, dentre outros, por sinal todos eminentes líderes políticos, latifundiários, senhores de escravos e portadores de cartas de patentes da Guarda Nacional do Império do Brasil.

Ali mesmo no “Largo Dias Carneiro”, ainda no final do século XIX, foram sendo erigidos os casarões-comércio, ao estilo neocolonial, ao gosto caxiense. As residências mais ricas, as de beiral alto e com cimalha escalonada, tinham as bandeiras das portas e janelas encimadas por vitrais coloridos; as de classe média, de beiral baixo, tinham suas bandeiras de portas e janelas entaipadas; e as mais pobres não tinham nem eira, nem beira, nem bandeiras. Como se pode ver na Fig.6 uma mostra dessa arquitetura neocolonial do século XIX, na cidade de Picos, atual Colinas, hoje já não mais existente.

**Fig.6: O casario colonial da cidade de Picos no cruzamento da Rua do Senador Leite com o Largo Dias Carneiro, em 1899.**



Fonte: Acervo da Família Meneses Pereira – 2016.

Como prova incontestada de seu refinamento, lembre-se que o “Largo Dias Carneiro” era, ainda no século XIX, um legítimo passeio público, artéria comercial e social da vila e, posteriormente, da cidade de Picos. Jornais do aludido século, dentre estes o “Gazeta de Picos”, que circulavam em Picos e região, faziam reclames das lojas-bazares e empórios oferecendo artigos importados e nacionais em “grande e geral queimação de vários tipos de fazenda” tais como “dril de linho e algodão, cambraias, casemiras de lã e algodão para ‘factos’ de homem, talas de baleia para armação de vestidos, bordados e babados ingleses, luvas de pelica, meias de senhoras, chales, gravatas, chapéus de feltro e de massa”, além de essências estrangeiras de “Coudray, Pinaud, Piver e Colgat”.

E provando seu desenvolvimento cultural, foi celeiro de muitos intelectuais, que se empenhavam em escrever jornais que, saindo de suas tipografias, circulavam em todo o estado do Maranhão e por algumas cidades do Piauí. Dentre esses jornais, podemos citar: O Município (1895); O Republicano (1896); A Estrela (1897); A Época (1898); A Imprensa (1898); A Gazeta de Picos (1902); Philolitera (1906); Correio de Picos (1910); e A Mocidade (1911). “Por tudo isso, na região do Alto Itapecuru/Pastos Bons, Picos torna-se uma referência de vida urbana com intensa atividade política, cultural e social. Razão pela qual os movimentos pela abolição da escravatura e da monarquia tiveram nela destacados centros ou “clubes” de agitação e propaganda” (SANTOS NETO, 2006, p.120). Vide a figura 7, do primeiro número de A IMPRENSA.

Toda essa movimentação social e cultural é produto do acúmulo de capitais da elite econômica e do contato que se dava com a cidade de Caxias, comuna de onde emanaram grandes famílias para constituir a sociedade picoense-colinense. Foi essa elite mais versada nos padrões do “bom tom”, que foi dissolvendo aos poucos o ar essencialmente camponês de Picos. Chega ao final do Império como uma das mais importantes praças comerciais da região a gozar de porto comercial e de passageiros, com vapores tipo “Gaiola” da Companhia de Navegação Maranhense, subsidiados pelo governo estadual, possuindo cadeiras de instrução pública e privadas, orquestras, grêmios literários e escola de teatro com apresentações regulares.

Fig.7: Exemplar número I do Jornal A IMPRENSA que circulou em Picos --

1898.



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Maranhão – Setor de Obras Raras --

séc. XIX -- HEMEROTECA.

Um atento historiador de Passagem Franca, Antonio Fonseca dos Santos Neto (2006, p.119) resume muito bem todo esse processo de avivamento político territorial que se deu no Alto Itapecuru na primeira metade do século XIX:

Nasceu Colinas como nasceram quase todas as cidades dos sertões nordestinos: primeiro fundou-se uma fazenda de criar gado, num lugar previamente arrebatado aos habitantes nativos (que pela desdita e ante a força bruta do invasor colonial, ou foram mortos, subjugados como escravos, ou migraram para escapar) e doado sem sesmaria aos chefes das campanhas vitoriosas contra os mesmos. A seguir, se fazia a capelinha (tomada como símbolo de vida cristã e também de elevação político-social-cultural), em derredor da qual cresceu e consolidou-se um núcleo urbano. Se for verdade que o lugar onde nasceu e onde a cidade de Colinas irradiou-se tenha sido exatamente o sítio do caído arraial, terá ocorrido, na emblemática que se faz daquele tempo, uma vitória da cruz pela espada.

Como visto, Picos, em que pese o projeto do Arraial do Príncipe Regente parece tê-lo mesmo superado. Dada sua efervescência cultural, econômica e política, em 1891, sob os auspícios da primeira Constituição da República, receberá com exclusividade o status de cidade, considerada a mais luzidia das sedes municipais da Ribeira do Alto Itapecuru: “atendendo o crescido número de seus habitantes e o desenvolvimento que apresenta, já quanto à sua edificação, já no que respeita seu comércio e agricultura, Art. 1º -- Fica elevada à categoria de cidade a vila de Picos com a mesma denominação. Art. 2º revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Maranhão, 10 de abril de 1891, 3º da República. Lourenço A. de Sá Albuquerque”<sup>22</sup>.

O território de Picos sofrerá modificações a partir da segunda metade do século XX (antes disso o próprio nome do território municipal mudou para Colinas – 1943), sofrerá em torno de quatro fracionamentos que se desdobraram em novos municípios: Buriti Bravo, São Domingos do Maranhão, Fortuna e Jatobá, não conservando assim sua supremacia territorial conquistada entre disputas simbólicas e sangrentas lutas físicas, o que contribuirá fortemente para o seu declínio socioeconômico. Conforme ilustra o Mapa 11, na página seguinte, as atuais sedes municipais da região foram um dia território da vila Picos, e da Comarca do Alto Itapecuru, erigidas respectivamente em 1870 e 1873.

---

<sup>22</sup> Decreto nº76 de 10 de abril de 1891. In Reis Jr. (1958, 154-155).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecido filósofo grego Heráclito afirmou certa vez que “Ninguém se banha duas vezes na água do mesmo rio”. Dentre as possíveis interpretações, queria ele dizer com isso que o tempo flui, os momentos não tornam, porquanto são únicos, vividos no agora. Tudo passa e naturalmente segue seu fluxo.

O renomado filósofo alemão, Friedrich Nietzsche (2008, p.10), ao se referir à memória, afirma que ao suportar o peso de suas memórias o homem se converte em um ser histórico. Mas ao invés de valer-se da memória como ponto de partida, ele a considera como ponto de chegada, vivendo com um olhar voltado para o que foi feito pelos seus antepassados: “O homem moderno não sabe ou não tem coragem de cultivar o esquecimento da mesma forma que cultivava a memória”.

Em verdade, o homem moderno tem sim cultivado o esquecimento do seu passado. “Fala-se tanto em memória porque ela não existe mais”. E com isso se quer dizer que a crescente preocupação em preservar a memória, em criar “lugares de memória”, é justamente pelo cultivo do esquecimento, uma vez que se ela fluísse naturalmente não precisaria dos museus, bibliotecas, arquivos, dentre outros congêneres para participar do tempo presente.

E o retorno aqui proposto à memória da formação do território político, econômico, social e cultural do Alto Itapecuru não se apoiou numa tentativa de reviver o passado, de se voltar-lhe o olhar como exemplo a ser imitado ou seguido. Até porque, tal como afirmou Heráclito, os momentos são únicos. O tempo avança sem esperar os passageiros incautos, ele não tem contra marcha.

Porquanto, a memória é uma construção impregnada de subjetividade, e na sua construção do passado é perpassada por uma seleção que surge da relação entre lembrar e esquecer. Nesse sentido, ao recordar-se do vivido não se revive o passado, mas sim o reconstrói a partir do que se é e do que se pensa no momento em que as memórias surgem e se formam em nossas mentes.

Eis que a memória da conquista e formação política dos sertões dos Pastos Bons, e da região do Alto Itapecuru, ainda não foi tangenciada pela historiografia maranhense, constituindo caso típico de memória mutilada, sufocada e silenciada pelas páginas da história que foi oficializada sobre a região.

Como estudioso, pesquisador e professor de História, tal realidade sempre me angustiou. Quando se estuda a história do Maranhão sente-se a falta da história do

sertão, como se tão complexo processo de formação territorial e política pudesse ser resumido na história de São Luís e seus arrabaldes.

Em verdade, todo aquele que já teve certo contato com a historiografia maranhense se deu conta das grandes lacunas que ainda persistem sobre a formação e o processo de colonização dos sertões maranhenses. Apesar de já existir qualitativas pesquisas e publicações científicas sobre a formação histórica dos sertões, há muito a ser feito de forma que se possa reconhecer e inserir teórica e metodologicamente a história e a formação das comunidades sertanejas no campo de estudos da historiografia maranhense, integrando-as, pois compreende-se a necessidade do estudo de um conjunto a partir de suas partes: o litoral é compreensível a partir do sertão e vice-versa.

No decurso da pesquisa, apresentou-se como ponto nodal a resistência à versão oficialmente instituída sobre a formação social, histórica e econômica do sertão do Alto Itapecuru, persistem inquietações e dúvidas, sobretudo por constatar-se que a “memória histórica” sacralizada no discurso fundacionista do Arraial do Príncipe Regente, como marco de partida para a formação da região não é a memória comum aos diversos grupos humanos que a constituíram.

Evidencia-se, por conseguinte, que os indivíduos não mais se identificam com uma herança que lhes foi imposta como “verdadeira e incontestável”. Afinal, “Interrogar uma tradição, por mais venerável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador”.

Conforme se pode constatar pela presente pesquisa, a memória sacralizada e cristalizada no discurso fundacionista do Arraial do Príncipe Regente não é a “memória coletiva” e representativa do percurso histórico comum da presença e da interferência humana na região do Alto Itapecuru. A “memória do vencedor” prevalece pelo discurso oficial sacralizado no seu “lugar de memória” que é o Arraial. Enquanto que a “memória do vencido”, do nativo habitante, padece assim nos subterrâneos da história. E aqui pelo presente estudo, a região do Alto Itapecuru tem a primeira “radiografia” de sua formação territorial.

Formação essa, que vai do natural ao simbólico, do jurídico ao político-econômico, possibilitando uma visão ampla da complexa teia de interesses e estratégias de poder na qual a região desponta como a mais pródiga em recursos naturais e materiais, e por isso mesmo alvo de intensas disputas entre o final do século XVIII e meados do Oitocentos, período marcado por profundas agitações políticas e ideológicas, assim como transformações econômicas que possibilitaram a estruturação da elite

agrária sertaneja, assim como uma reconfiguração do espaço geográfico e das relações sociais e de trabalho no Alto Itapecuru.

Uma vez estudada, e verificada sua relevância para o conhecimento profundo da história do Maranhão, a memória silenciada precisa ser difundida, mesmo ensinada. No caso específico da memória da região do Alto Itapecuru, conforme foi constatado pela presente pesquisa, não restam dúvidas que há um campo memorial vasto a ser estudado e revisitado pela história no sentido de “dar voz” a um grupo de indivíduos que está embrionariamente ligado ao processo de ocupação humana, não somente do sertão do Alto Itapecuru, mas também de todo o sertão dos Pastos Bons, e que foi sujeitado e silenciado por um discurso de dominação e memorização de uma versão que privilegia o conquistador europeu.

Cabe então a transmissão dessa memória, e aqui isso já está sendo feito, uma vez que o texto escrito é um dos mais importantes veículos de transmissão de memórias. Apesar da rasa profundidade das discussões aqui formalizadas, a presente Dissertação, enquanto exteriorização da memória de um elemento que compõe o grupo social em estudo, já se constitui um “lugar memória” que veiculará e democratizará a transmissão dessa memória, possibilitando que ela seja compartilhada com outras memórias ainda desconhecidas e prontas para ecoarem na memória história coletiva da região e do estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **O sertanejo**. Fortaleza: Editora Verdes Mares, 1998.
- AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos, vol.8, nº 15, pp. 145-152, 1995.
- AMARAL, José Ribeiro do. **“O Estado do Maranhão em 1896”**. São Luís-Ma: Typographia a Vapor – Frias, 1897.
- ANDRADE. Manuel Correia de. et al. Território, desterritorialidades, novas territorialidades .... In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M.L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.
- AROSO, Odir Correia Lima; LIMA, Olavo Correia. **Pré-história Maranhense**. São Luís (Ma): IHGM/Edição da Gráfica Escolar S/A, 1989.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre história e memória**. Bauru: Edusc (Coleção História), 2000.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Livro nº36 (1806 – 1813) Registro de Data e Sesmaria**.  
\_\_\_\_\_. **Livro nº 37 (1814-1824). Registro de Data e Sesmaria**.  
\_\_\_\_\_.  
**Correspondências das Câmaras com o Presidente da Província do Maranhão. (Diversas do Século XIX)**.
- BERFORD, Sebastião Gomes da Silva. **Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro**. Imperatriz- MA: Ética, 2008.
- BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difusão Editorial LTDA, 1989.
- BOTELHO, João. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís, Fortcom. Gráfica e Editora, 2008.
- BRANDÃO, José Osano. In **Enciclopedia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XV. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- COÊLHO NETTO, Eloy. **História do Sul do Maranhão: Terra, vida, homens e acontecimentos**. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.  
\_\_\_\_\_. **Geo-História do Maranhão**. São Luís – SIOGE, 1985.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: Conquista e Ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: Edições SECMA, 1992.
- CAMINHOS DO MARANHÃO (Revista: Turismo, cultura e meio ambiente): **Colinas, A majestade do sertão**. Ano I nº11 – Maio de 2000, pag. 12-17 -- São Luís – MA.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Luís – MA, Café & Lápiz; FAPEMA, 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Lucia Ferreira. 1ªed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

CARLOS, Ana Fani A.. et al. A natureza e o espaço fragmentado. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M.L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DE NOTAS, COLINAS - MA: **Livro de Notas do 1.º Tabelionato de Picos (1876-1880)**, Colinas -MA.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. São Paulo, Ed. Itatiaia, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COUTINHO, Milson. **O Poder Legislativo no Maranhão: 1830—1930**. São Luís, AMLA, 1981.

CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e sua passagem a mito. Revista USP, nº20, dez.jan.fev. de 1993, p. 29-41.

COLINAS, Câmara Municipal de. Livro das Leis, Resoluções e Decretos Legislativos da Câmara Municipal de Colinas, Estado do Maranhão. **Lei nº153, 13 de abril de 1993: Institui os Símbolos Municipais e dá outras providências**.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

DANTAS, Eugenia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Território e territorialidade: abordagens conceituais**. Programa Universidade à Distância; UNIDIS GRAD – Aulas 07-08 – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2008.

**D´CLASSE (Jornal)**: Órgão de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão. **“Professor resgata a história de Colinas”**. Nº61, pag. 06, Agosto/Setembro de 2012 -- São Luís – MA.

DECCA, Edgar S. de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

**DICIONÁRIO AMBIENTAL BÁSICO: Iniciação à Linguagem Ambiental**. 9 ed. XIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Brotas: Gráfica e Editora Rimi, 2011.

FIALHO, Olímpio Ribeiro. **A Casa de Pedra: uma caverna no território do município de Picos (Hoje Colinas – Maranhão)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, nº06, 1956, São Luís – MA.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Pelo Sertão**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2014.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. 3ª edição – São Luís: Instituto Geia, 2011 (edição de 1970).

GUIMARÃES, Raimundo Carvalho. **Buriti Bravo, nesga de sertão**. São Luís: SIOGE, 1979.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à Pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros** – VOL. XV. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

JACOBINA, Alberto Pizarro. **Dias Carneiro: O conservador**. Edição no 1º centenário de seu nascimento. São Paulo: ed. Brasileira; Cia Editora Nacional, 1938.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Unicamp, SP: 1998.

MALERBA, Jurandy. **A Velha História: Teoria, Método e Historiografia**. São Paulo: Editora Papirus, 1989.

MEDEIROS, Raimundo. **Rio Itapecuru: águas que correm entre pedras**. s/e São Luís, 2001.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 2 ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA, 1980.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico e geográfico da província do Maranhão**; notas e apuração textual de Jomar Moraes. – 3ª ed. São Luís: Edições AML, 2008.

NETO, Coelho. **Sertão**. 6. ed. Porto: Lello & Irmão; Lisboa: Aillaud & Lellos, 1933.

NIETSCHE, F. W. **Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida**. São Paulo: Editora Escala (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal), 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto Histórico. São Paulo: PUC, 1981.

NORMANO, J. F. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A Conquista do Espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. V(suplemento), pp. 195-215, julho de 1998.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando Mundos: navegação no Vale do rio Grajaú**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Instituto Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

PAIM, Elison Antônio. Lembrando eu existo. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO. **Livro de Batizados, n.º 01 (1856-1864)**. Arquivo Paroquial, Colinas - MA.

\_\_\_\_\_. **Livro de Batizados, n.º 02 (1864-1896)**. Arquivo Paroquial, Colinas - MA.

PEREIRA, Paulo Eduardo de Sousa. **O Campanário da Padroeira: subsídios para a história de Colinas**. São Luís – MA: Editora Café & Lápis, 2012.

PESSOA, Jordana Maria. **Entre a tradição e a modernidade: a belle époque caxiense: Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX**. Imperatriz: Ética, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.º3, 1989, p.3-15.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. 40ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. 2ª Ed. São Luís [s.n.], 2013.

REIS JÚNIOR, José Sérgio dos. **Minha Terra, Minha Gente**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos Sertões Maranhenses**. (Reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins). São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **“Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do maranhão, propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos e estado atual dos seus estabelecimentos”**. São Paulo: Siciliano, 2002.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, M. et al. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M.L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia A. de. (Organizadores). **Território, globalização e fragmentação**. 4ª edição. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC. SÃO PAULO, 1994.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. **Memória das Passagens**. Teresina: EDUFPI, 2006.

SPIX, J. B. Von & MARTIUS, C. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. 2ª Ed. São Paulo, Melhoramentos, 1961 (2vols.).

SOUZA, Candice Vidal e. Fronteira no Pensamento Social Brasileiro: o sertão nacionalizado. In: **Sociedade e Cultura**, vol. I, nº1, pp. 55-61, jan./jun. de 1998.

\_\_\_\_\_. A Noção de Fronteira e o espaço nacional do Pensamento Social brasileiro. In: **Textos de História**. V.04, n2, 1996, p.94-129.

TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. 19ª ed., São Paulo: Ática, 1991.

TORRES, Maria do Socorro Borba. **Colinas: Memórias**. São Luís – Ma: Edit. Gráfica do Maranhão Ltda (Edígraf), 2006.

VESENTINI, Carlos A.; DECCA, Edgar S. de. **A revolução do vencedor**. Contraponto, n. 1, p. 60-71, nov. 1976.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão, 1612 – 1895**. V.1. São Luís, Associação Comercial do Maranhão, 1992.

VOLVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa, Editora Presença, 1997.

.

## **ANEXOS**

1. Dobrão de prata português datado de 1815, época do Arraial do Príncipe Regente, pertencente a uma das famílias pioneiras do município de Colinas.



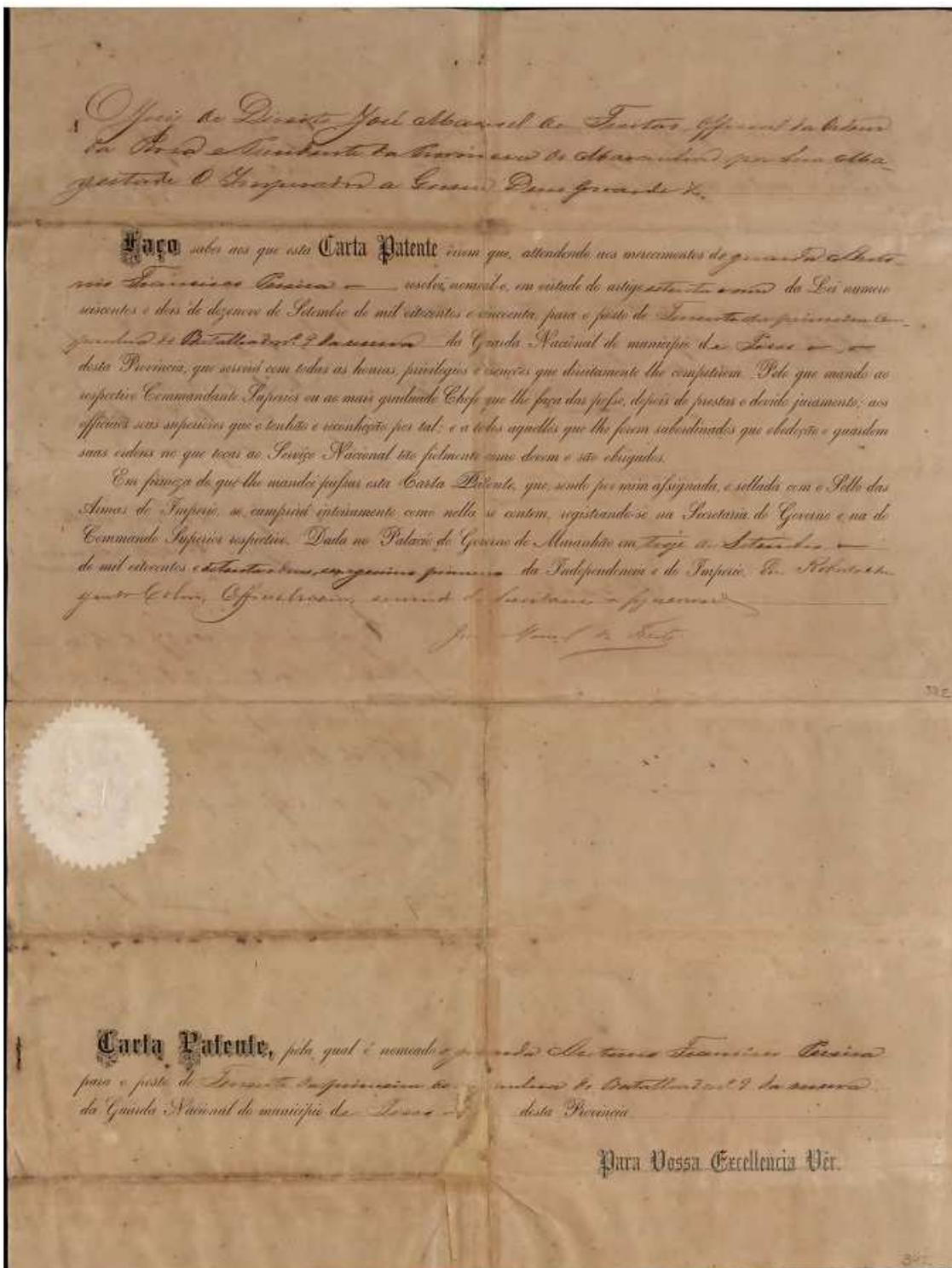
Fonte: Acervo “Família Sousa Pereira”.

2. **Capitão Patrício Pereira de Sá, filho de Jerônimo Pereira de Sá, irmão do Capitão José Pereira de Sá, primeiros sesmeiros do Alto Itapecuru, em fotografia de 1870.**



Fonte: Acervo Família “Pereira de Sá Raposo”

**3. Carta Patente da Guarda Nacional do Império do Tenente Cel. Antonio Francisco Pereira (Trisavô do autor), adido ao Batalhão de Infantaria nº19 da Comarca da Comarca do Alto Itapecuru – Picos, 1872.**



Fonte: Acervo Família “Sousa Pereira”

4. Espada com empunhadura em prata, datada do final do século XIX, pertencente ao Tenente Cel. Antonio Francisco Pereira – 1872.



Fonte: Acervo “Família Sousa Pereira”

5. **Visita técnica à caverna de habitação indígena, descoberta pelo Dr. Olímpio Fialho, em 1934, no lugar Lagoa da Serra . Colinas – Ma (10 de maio de 2016).**



6. **O historiador verificando os grafismos rupestres da Caverna Olímpio Fialho**

